



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - CAMPUS ERECHIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS**

MARIANA SEFFRIN

**A PRIMAVERA DAS MULHERES:
A RECONFIGURAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA
NA ERA DAS REDES SOCIAIS**

**ERECHIM
2019**

MARIANA SEFFRIN

**A PRIMAVERA DAS MULHERES:
A RECONFIGURAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA
NA ERA DAS REDES SOCIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas, sob a orientação do professor Dr. Cassio Cunha Soares.

**ERECHIM
2019**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado, 108 E
Centro, Chapecó, Santa Catarina – Brasil
Caixa Postal 181
CEP 89802-112

MARIANA SEFFRIN

**A PRIMAVERA DAS MULHERES:
A RECONFIGURAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA
NA ERA DAS REDES SOCIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul, para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas, defendida em banca examinadora em 26/09/2019.

Aprovado em 26/09/2019.

BANCA EXAMINADORA:

Professor Dr. Cassio Cunha Soares – UFFS
Presidente da banca/Orientador

Professora Dra. Simone da Silva Ribeiro Gomes - UFPEL
Membro titular externo

Professor Dr. Fábio Francisco Feltrin de Souza – UFFS
Membro titular interno

Professor Dr. Daniel Francisco de Bem - UFFS
Membro suplente

Erechim, setembro de 2019

Para Alice.

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pela concessão da bolsa de pesquisa, sabendo que, atualmente, oportunidades como esta são cada vez mais raras.

Ao meu orientador, Cassio, por acreditar no potencial desta dissertação – e meu, por extensão – , plantar muitas dúvidas (risos), e me instigar a ir além das minhas impressões iniciais. Definitivamente essa pesquisa não seria a mesma sem as suas contribuições.

Aos meus colegas e professores, que enriqueceram minhas perspectivas e horizontes e, para além de tudo, tornaram esse tempo muito prazeroso. Agradecimentos especiais ao saudoso *Bonde do RU* e à *Várzea de sofrimento*.

Aos meus amigos, por serem continuamente um lugar seguro. Carla e Jako, refúgios erechinenses. Van, por todo apoio, gigantesco e constante, impossível de retribuir.

À Ju, sempre minha pessoa no mundo (pensando na música do Pateta “É você, onde for”). Minha vida sempre foi muito mais fácil e completa por sua causa, muito conveniente que minha melhor amiga seja minha irmã.

Ao Yudae, por todos os links, todas as conversas, todas as sugestões, revisões, leituras, e muitos etc. (muitos), esta pesquisa tem muito de você, tudo tem. Gratíssima pelas infinitas horas e afetos, pelos significados compartilhados, por me trazer seu mundo e por construir outros muitos. “Meu bem, façamos mundos”, façamos.

À Alice, por ser sempre surpreendente, audaciosa e afetuosa. É uma experiência fantástica acompanhar a pessoa que tem se tornado.

À todas as pessoas que não podem ser creditadas, pois suas contribuições aconteceram em mesas, redes sociais, mensagens, estivessem elas conscientes ou não disso. Toda essa produção é resultado, direto e indireto, das minhas interações com essas subjetividades e identidades, com esses mundos. Não existe outra razão deste trabalho existir, nem outras condições possíveis para isso, que não o constante contato com a pluralidade humana e com as suas manifestações.

Muito obrigada.

[...]

Que diz a boca do mundo?

Meu bem, o mundo é fechado,
se não for antes vazio.

O mundo é talvez: e é só.

Talvez nem seja talvez.

O mundo não vale a pena,
mas a pena não existe.

Meu bem, façamos de conta.

De sofrer e de olvidar,

de lembrar e de fruir,

de escolher nossas lembranças

e revertê-las, acaso
se lembrem demais em nós.
Façamos, meu bem, de conta
– mas a conta não existe –
que é tudo como se fosse,
ou que, se fora, não era.
Meu bem, usemos palavras.
façamos mundos: idéias.
Deixemos o mundo aos outros
já que o querem gastar.
Meu bem, sejamos fortíssimos
– mas a força não existe –
e na mais pura mentira
do mundo que se desmente,
recortemos nossa imagem,
mais ilusória que tudo,
pois haverá mais falso
que imaginar-se alguém vivo,
como se um sonho pudesse
dar-nos o gosto do sonho?
Mas o sonho não existe.
Meu bem, assim acordados,
assim lúcidos, severos,
ou assim abandonados,
deixando-nos à deriva
levar na palma do tempo
– mas o tempo não existe – ,
sejamos como se fôramos
num mundo que fosse: o Mundo

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

O crescimento do feminismo, e dos movimentos subalternos e de identidades em geral, está relacionado ao processo de formação de opinião pública que acontece na internet: a prática social da troca comunicativa estabelecida entre os diversos sujeitos em rede fez com que o feminismo se popularizasse, se tornando um dos eixos centrais da discussão pública no início do século XXI. Articulando os conceitos de esfera pública, desenvolvido por Jürgen Habermas, e de espaço público, de autoria de Hannah Arendt, elabora-se a possibilidade do surgimento da esfera pública virtual, um espaço de auto comunicação social, mediado por plataformas digitais. A esfera pública virtual se estabelece como um espaço de disputas discursivas e políticas. As mulheres feministas utilizam a internet como espaço de vocalização, produzindo agenciamentos políticos de gênero, discursos e narrativas a partir de um ponto de vista localizado no feminino; devido ao formato e às características da *web 2.0*, essas produções discursivas se espalham disputando a opinião pública através do debate. As publicações digitais *Escreva Lola escreva* e *Capitolina* aparecem como estudos de caso do funcionamento da esfera pública virtual, explicitando duas de suas características particulares: a interação entre autor e leitor e entre os leitores e da publicação de discursos produzidos por mulheres sobre si. Traça-se um esboço das possibilidades de ação política emancipada (em um ambiente controlado por corporações monopolistas) e dos processos de horizontalização dos movimentos sociais subalternos.

Palavras-chave: Feminismo. Internet. Esfera pública virtual.

ABSTRACT

The growth of feminism, and of the subaltern and identities movements in general, is related to social practice of the formation process of the public opinion that occurs on the internet: the communicative exchange established between a variety of subjects on the web has made feminism popular, becoming one of the central axes of the public discussion in the beginning of the 21st century. Articulating two concepts of public sphere, one developed by Jürgen Habermas and the other by Hannah Arendt, we elaborated the possibility of the emergence of a virtual public sphere, a space of self-communication, mediated by digital platforms. The virtual public sphere establishes itself as a space for discursive and political disputes. Feminist women use the internet as a space for vocalizations, in that space they create discourses and narratives from a feminine point of view; due to the format and characteristics of web 2.0, these discursive productions spread out, competing for the public opinion through debate. The digital publications *Escreva Lola escreva* and *Capitolina* appear as case studies of the functioning of the virtual public sphere, demonstrating two of its particular characteristics: the first one is the interaction between the author and the reader and between the readers, the second one is the publication of discourses produced by women about themselves. We try to give an outline of the possibilities of emancipated political action (in an environment controlled by monopolistic corporations) and the horizontalization processes of the subaltern social movements.

Keywords: Feminism. Internet. Virtual public sphere.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. ESFERA PÚBLICA E DEMOCRACIA	23
1.1. O ESPAÇO PÚBLICO ARENDTIANO	24
1.2. A ESFERA PÚBLICA HABERMASIANA.....	34
2. A WEB 2.0 E A POSSIBILIDADE DE UMA ESFERA PÚBLICA VIRTUAL	47
2.1. REDES DISTRIBUIDAS E A WEB 2.0	48
2.2. A ESFERA PÚBLICA VIRTUAL.....	52
2.3. A BIG TECH VEM MONTADA NO NEOLIBERALISMO	58
3. FEMINISMOS E AGENCIAMENTOS POLÍTICOS DIGITAIS DE GÊNERO.....	62
3.1. EXPRESSÕES DO FEMINISMO.....	68
3.2. FEMINISMO PARA QUEM?.....	72
4. EXPERIÊNCIAS DE MILITÂNCIA E ATIVISMO NA ESFERA PÚBLICA VIRTUAL.....	79
4.1. ESCREVA LOLA ESCREVA	80
4.2. CAPITOLINA.....	91
4.3. UM BLOG TODO SEU.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS.....	108

INTRODUÇÃO

It eluded us then [the orgasmic future], but that's no matter – tomorrow we will run faster, stretch out our arms farther... And one fine morning...

So we beat on, boats against the current, borne back ceaselessly into the past.¹

F. Scott Fitzgerald

Desde 2013 a força das mobilizações em rede se faz notar no Brasil: em junho daquele ano o mundo assistiu à escalada inimaginável das Rebeliões da Tarifa. Os protestos contra o aumento das passagens do transporte público, que já estavam acontecendo em várias cidades do Brasil desde o começo do mesmo ano, mas limitados à participação de militantes do Movimento Passe Livre, estudantes, etc., durante o mês de junho se transformaram em alguns dos maiores protestos políticos do país, levando às ruas, e às redes sociais, milhões de pessoas e uma grande variedade de pautas.

Convocadas pela internet, as manifestações cresceram exponencialmente, especialmente após as denúncias de violência policial contra manifestantes e jornalistas serem gravadas em vídeo, descritas e compartilhadas por perfis em redes sociais. A cobertura das mídias tradicionais, que, até este momento, se agarrava à versão oficial e chegava a pedir mais rigor no tratamento dado aos manifestantes, foi constrangida (pela violência praticada contra seus jornalistas e pelo compartilhamento de vídeos de violência policial, que desmentiam a sua versão) a rever a cobertura dos protestos.

O ativismo na Rede pode ser compreendido como um conjunto de estratégias coletivas que manifestam a busca por transformações sociais a partir de ações de cooperação (ZAGO, 2011; JORDAN, 2002), que se “apropria” destas ferramentas, configurando a web como “uma nova esfera interconectada” (AMADEU, 2009), o que também afeta o jornalismo contemporâneo na medida em que tais eventos pautam/agendam a mídia massiva, por exemplo. Logo, o cenário de mudança das mídias pós-massivas (LE MOS, 2009) entre outros aspectos, reconfiguram o processo

¹ “Ele então nos iludiu [o futuro orgástico], mas isso não importa... amanhã nós correremos mais rápido, esticaremos nossos braços um pouco além... E numa manhã agradável... Então nós permanecemos, barcos contra a corrente, carregados incessantemente para o passado.”. Tradução nossa.

jornalístico como um todo, desde a apuração até a divulgação de mensagens midiáticas, bem como mudanças no perfil profissional e outros ângulos de abordagem. (SOUSA, 2013, p. 34).

No dia 13 de junho, os protestos, que já tinham se espalhado pelo Brasil, foram duramente reprimidos pela polícia, especialmente em São Paulo. Mais de 200 manifestantes foram presos (muitos deles por portarem vinagre, conhecido como uma forma de proteção contra o gás lacrimogêneo) e 11 jornalistas ficaram feridos na “Batalha da Consolação”². As cenas e relatos de violência policial foram documentados e espalhados pelo Twitter³. O professor Fábio Malini publica no dia seguinte, no site do LABIC (Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura), uma análise das hashtags⁴ utilizadas no Twitter durante as manifestações. Sobre isso, ele diz:

Agora o que se via era uma multiplicidade de hashtags: #passelivre #contraoaumento #vempruarua #changebrazil #tarifazero #indignação #occupySP #protestoSP #13jSP. O Povão no Twitter produziu, entre 17h e 23h50, mais de 17 mil tweets contendo a palavra “tarifa”. No lugar de uma hashtag, o que esquentou mesmo foram as chamadas *keywords*, palavras como *protesto*, *jornalista*, *ônibus*, *rua*, *manifestantes*, *vinagre*, *bomba*, enfim, todo um múltiplo universo e rico vocabulário que explicava os sentidos predominantes na Batalha da Consolação, quando os PMs iniciaram o processo de encurralar o Povão que seguia em passeata, usando bombas, gás lacrimogênio e tiros de borracha. [...] @SilvanaBit atraiu uma força relacional muito em função de um único tweet, que foi republicado 706 vezes. “Seis repórteres de um único jornal feridos em manifestação contra da tarifa de ônibus. Nem entre correspondentes de guerra isso acontece”. Já o escritor @marcelorubens teve republicações de diferentes nós inscritos na topologia da rede, ao afirmar que a pancadaria promovida pelos PMS fazia com que o protesto se tornasse algo com abrangência muito maior que a questão tarifária. “Esses protestos ã são apenas para baixar a tarifa de ônibus, mas contra a violência com que o Estado trata o cidadão, sem resolver a violência”. Já o blogueiro @pecesiqueira (muito lido entre adolescentes) fará ironia com a prisão de jornalista portando vinagre. “Vinagre PUTA ARMA PERIGOSA RT @Estadao SP: repórter da Carta Capital foi detido em protesto por estar com vinagre <http://migre.me/f0rLF>”. (MALINI, 2013).

O ápice dos protestos, que aconteceu no dia 17 de junho de 2013, uma segunda-feira, reuniu milhões de pessoas em várias cidades brasileiras, e foi coroado com a ocupação do Congresso Nacional pelos manifestantes. No decorrer de junho, as manifestações foram arrefecendo, mas permanecem no imaginário político popular brasileiro e seus desdobramentos ainda estão em curso.

² Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/06/ha-um-ano-batalha-da-consolacao-impulsionou-protestos-pelo-pais.html>>. Acesso em 04/01/2019.

³ Twitter é uma plataforma e rede social de microposts, chamados *tweets* (que aceitam textos de até 280 caracteres). A ferramenta ficou especialmente popular após seu uso por manifestantes durante a Primavera Árabe.

⁴ Hashtag é uma ferramenta de indexação de conteúdo através de palavras-chaves, muito usada em redes sociais como Instagram, Twitter e Facebook.

O fato de que os usuários de redes sociais fizeram a sua própria “cobertura”, popular, dos protestos gerou um sentimento empático de parte da população, que mostrou seu apoio aos protestos retweetando⁵ os relatos de violência e escrevendo posts de indignação. Nas redes sociais, cada perfil que se manifestava se tornava uma pequena mídia, de informação e opinião; e, neste processo de comunicação e formação de opinião, os usuários acabavam influenciavam outros perfis, alimentando um ciclo de comunicação social. Este ciclo acabou por influenciar a opinião pública a se posicionar a favor dos atos do MPL e a aderir aos protestos que aconteciam nas ruas de várias cidades do Brasil: “Para a sociedade em geral, a principal fonte de produção social de significado é o processo da comunicação socializada.” (CASTELLS, 2013, P. 11).

A partir de então, os protestos cresceram e outras pautas além da manutenção da tarifa começaram a surgir. Entre os dias 15 e 17 de junho a hashtag #VemPraRua atinge seu ápice, alcançando 140 mil microposts. (MALINI; GOVEIA; CIARELLI et al). O dia 17 de junho conheceu o auge das manifestações, que se colocavam como uma resposta à violência de Estado e demonstravam uma insatisfação generalizada com a classe política. O crescimento de manifestações segmentárias por conta da violência policial tem sido uma constante nos últimos anos (BEDINELI, 2015): a desconfiança do Estado e das suas instituições tem crescido em todo o mundo.

Mas à medida em que os protestos cresceram, também começaram a se desligar do MPL e atraíram pessoas das mais diferentes convicções políticas e que, em geral, não participavam de movimentos sociais tradicionais, não se alinhavam às causas dos sujeitos associados ao MPL e mostravam uma forte indignação com a corrupção governamental; além disso não apresentavam nenhuma liderança aparente, mas foram “convocados” pela interação nas redes e a viralidade⁶ que tomou o assunto:

As manifestações pareciam uma timeline de Facebook, tinha de tudo ali. Algumas coisas muito corretas, outras coisas duvidosas, e a disputa permanente de grupos de diversas matizes ideológicas, inclusive de direita, extrema-direita, que incentivaram atitudes fascistas em alguns momentos, como agressão a pessoas. Então foi uma situação complexa. (BRASIL DE FATO, 2013).

De todas as pautas apresentadas, pela educação e saúde, contra a corrupção, contra a violência policial, etc., o que se projetava de maneira mais pronunciada era uma insatisfação

⁵ É a replicação de um *tweet* publicado por outrem. A ferramenta foi incorporada à plataforma depois do uso constante da sigla RT (significando *retweet*) pelos usuários ao compartilharem *tweets* alheios.

⁶ Viralidade, viralizar, etc., são termos utilizados para fazer alusão a conteúdos que se popularizam rapidamente.

geral com a forma como tradicionalmente funcionam as instituições políticas no país (importa ressaltar que esse padrão de mobilização social se repete em vários países, criando um clima de instabilidade política). A diversidade das pautas e a falta de hierarquia, que pode ser vista tanto como horizontalidade quanto como desorganização, aliada à presença de uma ala de extrema-direita autoritária (que capitalizou em cima das manifestações e que, desde então, só continuou a crescer, no Brasil e no mundo) fez aparecer as contradições e as disputas discursivas que estavam presentes nas manifestações e que vão caracterizar os próximos anos de manifestação política na esfera pública.

Os movimentos de massa quase nunca começam quando as esperamos, elas quase nunca têm as características que esperaríamos ou que consideraríamos como as politicamente adequadas, quase nunca têm coerência política, não estão livres das contradições e divisões presentes na sociedade ou dos preconceitos culturais e das deficiências políticas que as caracterizam. Não são eventos mágicos desconectados do *continuum* da vida social, ainda que tenham a capacidade e o potencial de criar discontinuidades e rupturas. São processos desorganizados, contraditórios, onde os resultados não são apresentados com antecedência e a solidariedade é algo a ser alcançado. (ARRUZZA apud DUGGAN, 2017, p. 21).⁷

O que vai fomentar as disputas públicas são mobilizações afetivas, neste caso especialmente emoções de indignação. O que explica, em parte, a falta de pautas claras e mesmo a insurgência de grupos conservadores:

No plano individual, os movimentos sociais são emocionais. A insurgência não começa com um programa ou uma estratégia política. [...] Mas o big bang de um movimento social começa quando a emoção se transforma em ação. Segundo a teoria da inteligência afetiva, as emoções mais relevantes para a mobilização social e o comportamento político são o medo (um afeto negativo) e o entusiasmo (um afeto positivo). [...] Entretanto, para que se forme um movimento social, a ativação emocional dos indivíduos deve conectar-se a outros indivíduos. Isso exige um processo de comunicação de uma experiência individual para outras. [...] Em termos concretos, se muitos indivíduos se sentem humilhados, explorados, ignorados ou mal representados, eles estão prontos a transformar sua raiva em ação, tão logo superem o medo. E eles superam o medo pela expressão extrema da raiva, sob a forma de indignação, ao tomarem conhecimento de um evento insuportável ocorrido com alguém com quem se identificam. Essa identificação é mais bem atingida compartilhando-se sentimentos em alguma forma de proximidade criada no processo de comunicação. (CASTELLS, 2013, p. 18-19).

⁷ “Las movilizaciones de masas casi nunca empiezan cuando las esperamos, casi nunca tienen las características que esperaríamos o consideraríamos como las politicamente adecuadas, casi nunca tienen coherencia política, no están libres de las contradicciones y divisiones presentes en la sociedad o de los prejuicios culturales y de las deficiencias políticas que los caracterizan. No son eventos mágicos desconectados del *continuum* de la vida social aunque tienen la capacidad y el potencial de crear discontinuidad y rupturas. Son procesos desorganizados, contradictorios, donde los resultados no están dados por adelantado y la solidaridad es algo que hay que lograr.”. Tradução nossa.

Nos dias seguintes, o MPL publicou nota⁹ se retirando das manifestações e declarando que sua origem é de esquerda, que seu apartidarismo não é antipartidarismo, em resposta à intimidação que alguns militantes do PT e partidos declaradamente socialistas sofreram, e rechaçando qualquer violência física cometida contra pessoas.

O Anonymous Brasil, tentando dar uma unidade aos protestos, publica no dia 18 de junho um vídeo chamado “As 5 causas¹⁰”, o vídeo foi amplamente visto, comentado e compartilhado. As cinco causas elencadas referem-se ao combate à corrupção, e estão muito aquém de representar as demandas dos manifestantes.

As consequências políticas das Jornadas de Junho e da forma de organização tanto do MPL quanto das manifestações posteriores revelam uma dinâmica recente de participação: o movimento das ruas é impulsionado e corroborado nas redes sociais:

A dinâmica do Facebook ilustra curiosamente a articulação rua e rede. Há aqueles que estão presentes na primeira, há aqueles que estão na segunda. Os primeiros enunciam; os segundos anunciam. Os primeiros, de dentro da mobilização, relatam. Os segundos, de dentro da rede, espalham e comovem. (MALINI, 2013).

O impacto que essa nova forma de organização tem nos movimentos sociais é gigantesca, especialmente nos movimentos sociais de identidades subalternas (como mulheres, LGBTI+¹¹, negros, etc.): seja permitindo que eles cresçam, popularizem-se e alcancem novos lugares e possibilidades de enunciação e mobilização; seja criando movimentos de organização não hierárquica e manifestações espontâneas. A dinâmica das redes tem também mobilizado grupos conservadores que se dispõem a disputar significados e políticas públicas com movimentos subalternos, criando espaços de multiplicidades discursivas:

Em poucas palavras, para retomar a expressão de Jean François Lyotard, a pós-modernidade proclama o fim das “grandes narrativas” totalizantes. A multiplicidade e o entrelaçamento radical das épocas, dos pontos de vista e das legitimidades, traços distintivos do pós-moderno, encontram-se nitidamente acentuados e encorajados na cibercultura. (LÉVY, 1999, p. 122).

⁹ Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-06-21/mpl-encerra-protestos-reforca-origem-de-esquerda-e-diz-que-nao-e-antipartidario.html>>. Acesso em 01/01/2019.

¹⁰ Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/as-cinco-causas-do-anonymous-brasil-500666.html>>. Acesso em 06/07/2019.

¹¹ Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais e outras identidades de gênero e sexualidade. A sigla é sugerida pelo Manual de Comunicação LGBTI+, publicado no ano de 2018. Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>>. Acesso em 30/07/2019.

O crescimento do feminismo na última década, e a reação contrária (com o surgimento de grupos e personalidades declaradamente antifeministas, masculinistas¹², etc) pode ser um exemplo que como as redes funcionam para informar, recrutar e mobilizar agenciamentos políticos. Pode-se supor, inclusive, que a volta às ruas não aconteceu em junho de 2013, mas na Marcha das Vadias de 2011 (FERREIRA, 2015), legando ao feminismo o protagonismo nas lutas dos movimentos sociais subalternos nas redes.

A internet inaugurou um novo cenário para debates ao dar visibilidade a dilemas políticos, culturais, ecológicos, étnicos e econômicos de caráter local, regionalizados ou de nicho, além de possibilitar que os mesmos possam ser acompanhados, em tempo real, por uma parcela significativa da população mundial com acesso à informações mediadas por computadores. (FÁTIMA, 2011, p.1).

Supondo que esses novos enunciadores criaram a possibilidade de um público que se informa e que gera publicidade (nos termos habermasianos, isto é, publicidade como sinônimo do processo de formação de uma opinião pública) através de conteúdos produzidos e divulgados por si, se expondo a réplicas de leitores, e fomentando a discussão pública, pode-se imaginar que aquilo que Jürgen Habermas (1984) e Hannah Arendt (2014) conceituaram como esfera pública e espaço público, respectivamente, na metade do século XX, tenha alguma correspondência com o processo de democratização do debate público atual, e com as consequências políticas com que estamos atualmente nos deparando. Evidentemente, tanto Arendt quanto Habermas tratam de conceitos que têm um lugar histórico: a esfera pública burguesa habermasiana se desenvolve em alguns lugares da Europa entre os séculos XVII e XIX e trata de um público específico, a burguesia; já o espaço público arendtiano têm características específicas da *Ágora grega*, localizada no que se convencionou chamar Antiguidade Clássica. Exatamente por isso, estes conceitos não devem servir como categorias de análise fechadas, mas como ferramentas possíveis para alargar a compreensão de como os agenciamentos políticos acontecem na internet, especificamente nas redes sociais e plataformas de mensagens pessoais¹³ (ainda que estes últimos serão abordados muito superficialmente ao longo desta dissertação, visto que, apesar de influenciarem nos processos de formação da opinião pública¹⁴, eles não constituem espaços públicos de debate, espera-se

¹² O masculinismo se apresenta como a versão masculina do feminismo, sendo na verdade um conjunto de discursos e práticas antifeministas, centrados na superioridade do sexo masculino e negando as pautas dos movimentos subalternos de gênero.

¹³ Como o Whatsapp ou Telegram.

¹⁴ Como ficou evidente durante a campanha presidencial brasileira de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/empresas-contrataram-disparos-pro-bolsonaro-no-whatsapp-diz-espanhol.shtml>>. Acesso em 20/07/2019.

que este trabalho construa algumas chaves de análise que auxiliem outros pesquisadores e pesquisas).

Assim, a proposta desta dissertação é entender como a possibilidade de uma esfera pública virtual nascente tem transformado as estruturas dos movimentos sociais feministas, através da livre produção e divulgação de conteúdos, e como este ambiente tem produzido movimentos de resistência antissistêmicos, de organização menos rígida e centralizada, ampliando os espaços discursivos, decisórios e autônomos destes grupos. Neste sentido esta pesquisa se insere em um contexto de efervescência política e pretende contribuir tanto com a produção de sentidos sobre a nova esfera pública virtual, quanto apontando as possibilidades de ampliação da autonomia e da ação política de grupos subalternos, especialmente dos movimentos feministas.

Para alcançar os propósitos acima descritos, se procura tematizar o debate do ressurgimento da esfera pública como esfera pública virtual (da publicação de conteúdo e discussão pública) relacionando esse renascimento com a nova forma como os movimentos feministas se organizam. Também acreditamos que o uso de um fundo epistemológico moriniano, partindo da Teoria da Complexidade, permitirá analisar as contradições visíveis da internet, a saber: da democratização dos enunciadores possíveis da esfera pública à emergência de discursos reacionários de caráter conservador, passando pelas ferramentas de vigilância, controle e manipulação usadas pelo mercado e pelos Estados.

O primeiro capítulo, *Esfera pública e democracia*, tratará de resgatar os conceitos históricos de esfera pública, identificando as principais diferenças entre os teóricos canônicos e pensando as possíveis articulações com o ativismo na *web 2.0*¹⁵. As principais referências mobilizadas serão Jürgen Habermas e Hannah Arendt. A partir da esfera pública burguesa habermasiana se pensará a relação entre imprensa e a construção da publicidade, que, para o autor, constitui a formação da opinião pública; já Hannah Arendt ajudará a discorrer sobre as possibilidades da ação política emancipada na modernidade tardia.

O próximo capítulo, nomeado *A web 2.0 e a possibilidade de uma esfera pública virtual*, pretende pensar como o surgimento de uma nova esfera pública pode (e urge por) ampliar as políticas de emancipação, participação popular, e, idealmente, de democracia direta, numa

¹⁵ O termo, inventado por Darcy DiNucci em 1999, e difundido por Tim O'Reilly, é utilizado para designar uma "segunda geração" de rede digital, onde as páginas deixam de ser centrais para estarem atreladas a plataformas, redes sociais, *wikis* (enciclopédias digitais colaborativas), etc.

atualização da *Ágora* grega com o status da cidadania transversalizada. As contradições existentes neste ambiente, tais como a publicidade dirigida, as *fakenews*¹⁶, e a vigilância estatal e/ou empresarial, serão tratadas como inibidores da possibilidade da ação política emancipada. Algumas das principais referências serão: Pierre Lévy, Manuel Castells e Evgeny Morozov.

O capítulo de nome *Feminismos e agenciamentos políticos de gênero* versará sobre as articulações entre os movimentos feministas e algumas teorizações contemporâneas sobre feminismo, gênero e movimentos antissistêmicos. Serão estabelecidos diálogos com as autoras Gayatri Chakravorty Spivak, Silvia Federici, Sonia Alvarez, Nancy Fraser, entre outras; ainda serão levantadas e discutidas as produções recentes (em língua portuguesa, espanhola e inglesa) que se relacionam com a militância e o ativismo feminista em rede.

Experiências de militância e ativismo feministas na esfera pública virtual, último capítulo, se trata de uma pesquisa empírica com o blog *Escreva Lola escreva*¹⁷ e com a revista on-line *Capitolina*, com coleta e análise de dados. O periódico independente, on-line, colaborativa, feminista e exclusivamente feminino *Capitolina*¹⁸, representa um espaço midiático que ainda mantêm um formato considerado mais tradicional; é uma publicação de público adolescente, mas que se elabora através da rede, estabelecendo conexões e formas de criação de conteúdo características das Novas Tecnologias de Comunicação e Informação. A blogueira Lola Aronovich, mentora do *Escreva Lola escreva*, um conhecido blog de militância feminista e um dos principais veículos popularizadores do feminismo, publica depoimentos de leitoras e leitores e mantém ativa (e é uma participante assídua) da seção de comentários: a discussão é tão importante para o blog quanto as postagens e, para Hannah Arendt, a ação política se realiza nesta interação entre as pessoas (ARENDR, 2014).

Como o corpus da pesquisa é extenso e diversificado, é preciso escolher métodos de coleta de dados e análise que permitam realizar um recorte dessa realidade que mantenha suas características mais importantes. Para tal, foram escolhidas as duas mídias acima citadas, que são publicações de conteúdos e formas bastante diversos. Ambas (*Capitolina* e *Escreva Lola escreva*) foram escolhidas por contarem com grande participação de leitores e/ou serem

¹⁶ Em português: notícias falsas. O termo passou a ser amplamente utilizado após a eleição estadunidense de 2016, em que o então candidato à presidência Donald Trump e seus partidários e eleitores foram acusados de publicizarem notícias falsas.

¹⁷ Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com>>. Acesso em 30/07/2019.

¹⁸ Disponível em: <<http://www.revistacapitolina.com.br/>>. Acesso em 30/07/2019.

criações colaborativas, constituindo exemplos da relação de interdependência entre a produção de conteúdos e o feedback dos leitores, interdependência esta característica da esfera pública virtual e que ultrapassa os grandes veículos midiáticos, constituindo uma forma de comunicação alternativa. O objetivo, para além de produzir pareceres e avaliações sobre os conteúdos e comentários produzidos, é buscar fazer uma análise de como a produção destes tem despertado uma esfera pública virtual e permitiu a popularização do feminismo nas primeiras décadas do século XXI.

O fundo epistemológico desta dissertação é encontrado na Teoria da Complexidade de Edgar Morin, já que ela abarca conceitos fundamentais para pensar o ativismo na internet. O próprio termo *complexidade* está relacionado à ideia de rede, conjunto, conexões: ele é estruturado por Morin a partir da palavra latina *complexus*, que significa: tecido em conjunto. Denota considerar que qualquer objeto de pesquisa é composto de elementos diferentes entre si, que se alinham e inter cruzam, formando cenários que, para serem compreendidos, precisam ser observados na pluralidade (ou no conjunto) e na singularidade: o todo é mais do que as partes que o constituem e vice-versa. Considerando que a complexidade pressupõe que o pesquisador deve estar atento ao contexto do seu objeto de estudo, é muito relevante considerar as possibilidades teóricas que ultrapassam os limites interdisciplinares, produzindo diálogos que permitam perceber novas nuances e aspectos que, dentro de uma concepção tradicional de ciência e disciplinaridade, poderiam ser negligenciados. Ainda argumentando contra uma disciplinaridade rígida, o autor critica a fragmentação do conhecimento, seja pela hiperespecialização disciplinar, quanto pelo isolamento do objeto do seu contexto, que são responsáveis pelo que ele chama de inteligência cega, que produz tanto conhecimentos parciais da realidade quanto separa a ciência (e o cientista) da aplicação do conhecimento produzido. Morin assume que a inteligência cega é uma das principais responsáveis pelas catástrofes que ameaçam o mundo contemporâneo. Como alternativa ao “paradigma da simplificação”, que mutila a percepção do entorno, surge a complexidade, que busca compreender os vínculos entre os sistemas e os ambientes em que estão inseridos: a noção de sistema aberto tem “valor paradigmático” e pode ser usada como ferramenta de estudo das mais diferentes temáticas. O olhar do pesquisador deve ir e voltar, do uno para o múltiplo (*unitas multiplex*), do objeto para o contexto, percebendo que ambos se influenciam e se reorganizam nesta relação, não isolando o objeto de estudo do contexto em que se localiza.

Morin postula que pensar os objetos de estudo como *sistemas abertos* pode revelar os vínculos, as contaminações, que, inevitavelmente, acontecem entre o recorte e o todo. Um sistema aberto pressupõe uma fonte de alimentação externa, “não apenas material/energética, mas também organizacional/informacional” (MORIN, 2008, p. 30), que desestabiliza o sistema ao mesmo tempo em que é essencial para sua sobrevivência: o desorganiza e organiza, é o agente da entropia e da neguentropia. Os movimentos feministas, quando se organizam a partir das redes, podem ser vistos como sistemas abertos que têm sofrido influência de um dos meios em que o ativismo tem se desenvolvido: a própria internet. A forma como os conteúdos ativistas são produzidos nas redes sociais (em geral de forma independente, desvinculada de movimentos sociais institucionalizados, promovendo o debate público) tem permitido que o feminismo chegue a grupos antes quase inalcançáveis e vem até reconfigurando a forma como as mídias tradicionais abordam o assunto, o que também acontece porque estas mídias acabam incorporando blogueiras ativistas no seu quadro de funcionários e colaboradores:

Quase por acaso, o movimento blogueiro feminista estava treinando um exército de jornalistas e editoras mulheres. A feminista Jill Filipovic escreve agora para publicações como *Cosmopolitan* e *The New York Times*. Ann Friedman, que escrevia para o *Feministing*, é atualmente uma colunista regular na *New York Magazine*. A editora executiva do *Feministing*, Samhita Mukhopadhyay, é agora editora diretora sênior do departamento de cultura e identidades de *Mic*. (DOYLE, 2016).¹⁹

Os sistemas só podem ser entendidos na sua relação com o meio, e pensar o que se estuda, pesquisa, como sistema aberto significa contextualizar e compreender como o objeto e o meio se influenciam mutuamente; também significa evitar reducionismos e simplificações: como já foi apontado, o conceito de sistema aberto tem valor paradigmático. Como faz notar Maturana, conceber qualquer objeto e entidade como fechados provoca uma visão do mundo classificacional, analítica, reducionista e de causalidade unilinear (MORIN, 2008, p. 34).

Porém, o conceito moriniano mais importante para esta pesquisa é o de operador dialógico: ele, ao contrário das formas mais tradicionais de conceber o mundo e a ciência, abraça as contradições que, inevitavelmente, se apresentam.

¹⁹ “Almost by accident, the feminist blog movement was training an army of female journalists and editors. Feminist’s Jill Filipovic now writes for outlets like *Cosmopolitan* and *The New York Times*, Ann Friedman, who once wrote for *Feministing*, is now a regular columnist at *New York Magazine*. The executive editor of *Feministing*, Samhita Mukhopadhyay, is now senior editorial director of culture and identities at *Mic*.”. Tradução nossa.

Para Morin, a contradição tem um caráter generativo e busca um princípio lógico que dê conta dela. O conceito moriniano de dialógica surge dessa problemática: da necessidade de unir aspectos até então considerados antagônicos. O caráter generativo da contradição nos leva a níveis de complexidade maiores: a dialógica é proposta para dar conta da associação com quem é considerado como antagonista. Tudo tem um caráter dinâmico: a dialógica é um processo que se expressa na espiral retroativa-recursiva, uma espiral que, em seu percurso inacabado, vai transformando os termos que a compõe. A explicação se dá num processo retroativo e recursivo que, em si mesmo, é gerador. (PENA-VEJA; NASCIMENTO, 2010, p. 172-172).

A esfera pública é, por excelência, um lugar de disputas discursivas (e o discurso é criador, justificador, catalisador de materialidades). As disputas que acontecem atualmente nos espaços de discussão e deliberação não são binárias, e seria redutor classificá-las somente a partir da dualidade “progressistas *versus* conservadores” (por mais que estes grupos estejam caracterizados e presentes nas redes, as identidades são fluídas e as fronteiras entre elas nem sempre são tão claras), mas existem diversos grupos articulando formas de construir opiniões públicas (aqui o uso do plural é intencional) que têm posições e cosmologias conflitantes. A internet dá visibilidade à grupos feministas e antifeministas, como também à posições intermediárias; estas contradições, conflitos e disputas revelam camadas mais profundas da realidade da esfera pública virtual, permitindo entrever as relações que se estabelecem, e a fertilidade que surge deste entrelaçamento, entre sujeitos divergentes.

À negação, ao ocultamento e à esquiva da contradição, Morin dá o nome de *racionalização*: esta é um dos principais elementos causadores do paradigma da simplificação, da inteligência cega. “E tudo o que, na realidade contradiz esse sistema coerente é desviado, esquecido, posto de lado, visto como ilusão ou aparência.” (MORIN, 2008, p. 102). Não reduzir a realidade é absolutamente necessário para distinguir as camadas (superficiais e profundas) daquilo que se quer conhecer, tentando evitar qualquer simplificação.

Realizar uma pesquisa sobre ativismo em rede é bastante desafiador, considerando que o cenário muda consideravelmente em questão de alguns anos: os sujeitos, as redes sociais utilizadas, as formas de produção e de compartilhamento de conteúdo, as possibilidades de agenciamento e autonomia, etc., tudo se transforma muito rapidamente. Ainda assim pretende-se que esse trabalho trace um panorama atual e que esteja concentrado nas possibilidades do ativismo virtual e comprometida com um horizonte de emancipação política. O ativismo em rede pode ser uma poderosa ferramenta de mudança social (CASTELLS, 2013), e, nesse sentido, seus resultados são imprevisíveis. É uma forma de ação política eficaz e que tem gerado reações fortes, especialmente de grupos sociais que se identificam com

ideais conservadores, que têm tido um alcance e crescimento político muito grande se valendo das possibilidades das redes sociais e das plataformas de mensagens pessoais. Espero que este trabalho possa contribuir com as reflexões em curso sobre ativismo, militância e movimentos sociais em rede, especialmente aquelas vinculadas às lutas sociais e perspectivas dos movimentos sociais emancipatórios, antiautoritários e anticapitalistas.

1. ESFERA PÚBLICA E DEMOCRACIA

O feminismo cresceu consideravelmente no Brasil, e no mundo, na última década²⁰. Este crescimento foi fomentado pela transformação de pautas feministas (como, por exemplo, o direito ao aborto e o combate à violência doméstica, assédio sexual, cultura do estupro e feminicídio, igualdade salarial, etc.) em temas de discussão pública absolutamente relevantes e indeclináveis. Estes debates foram promovidos por mulheres e grupos feministas através de blogs²¹, redes sociais²², YouTube²³, podcasts²⁴, etc. A publicização destas temáticas fez crescer o feminismo que retroalimentou a disputa pela possibilidade de enunciação e pela hegemonia discursiva. Esse processo foi análogo em outros movimentos sociais subalternos, como o movimento LGBTI+ e negro, e acabou por levantar a questão de como a democratização dos enunciadores públicos veio a acontecer, especialmente na última década.

É impossível desvincular o crescimento dos movimentos sociais de identidades subalternas do aumento do acesso à internet e também à formação de novas formas de comunicação social e de novas mídias nos ambientes virtuais. Desde o começo do século XXI, a popularização dos blogs e redes sociais (e mais recentemente de canais do YouTube e podcasts) tem significado que grupos historicamente e socialmente subalternizados têm tido acesso a conteúdos escritos e disseminados por si mesmos e seus pares. Essa nova forma de comunicação social, que abre espaço para vozes e demandas de grupos historicamente oprimidos, tem gerado também novas formas de produção social da opinião pública; a ascensão destes grupos à esfera pública tem causado desconforto e promovido disputas discursivas, políticas e econômicas com grupos conservadores.

A fim de compreender o sentido, a dinâmica desses debates e a possibilidade de uma esfera pública virtual, pretendo mobilizar e discutir os conceitos de espaço e esfera pública, partindo das teorizações de Hannah Arendt e Jürgen Habermas, apontando as características particulares de cada um, percebendo os pontos de conflito entre os teóricos e as possibilidades e limitações dos conceitos a partir de seus críticos e do atual contexto;

²⁰ Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/feminismo-cresce-na-america-latina-e-no-brasil/>>. Acesso em 30/07/2018.

²¹ Blogs são sites com publicações organizadas em ordem cronológica reversa.

²² Plataformas que conectam pessoas e permitem que se compartilhe informações.

²³ Um site de compartilhamento de vídeos.

²⁴ Séries de áudio disponibilizadas digitalmente.

procurando pensar a construção de uma zona de debates e disputas discursivas, articulada pela produção de conteúdos, que se percebe no ambiente virtual, com a finalidade de estabelecer a construção da opinião pública ou das opiniões públicas (considerando que não necessariamente se produz consenso).

1.1. O ESPAÇO PÚBLICO ARENDTIANO

Para conceituar espaço público, um dos objetivos do livro *A condição humana* (ARENDT, 2014), Hannah Arendt faz referência à ágora grega, lugar onde os cidadãos, iguais em termos políticos, ainda que socialmente distinguidos pela sua individualidade, exerciam a sua liberdade, já que era apenas nesse espaço em que se poderia falar em liberdade (ASSIS, 2006); ela escolhe o modelo grego pois “A pólis grega constitui para Arendt uma época de politização ante a desmundanização característica da modernidade [...]” (ORTEGA, 2001, p. 229). As atividades humanas essenciais compõem o que se conhece por *vida activa*, e que acabam por definir a condição humana; são elas: o *trabalho* (que cuida de produzir as condições para a sobrevivência), a *obra* (aquilo que a humanidade produz de objetos duráveis e que estabelecem um mundo artificial) e a *ação* (a vida política, que se faz entre os homens²⁵ no debate público).

O trabalho é formado pelas atividades que se relacionam com a criação e manutenção da vida humana, nesse sentido o resultado deste é consumível e de curta duração: ele existe para satisfazer as necessidades imediatas do cotidiano. Por causa da sua condição de não durabilidade, é necessariamente cíclico e incessante: as condições para a manutenção da vida devem ser renovadas e o seu produto é consumido ou sofre rápido desgaste. Nesse sentido ele reproduz o ciclo da vida natural e a própria natureza do produto resultado desse processo é a sua deteriorabilidade: mesmo quando não consumido a sua existência é perecível. O que constitui a condição humana do trabalho é a vida, que determina quais são os processos que devem responder às suas demandas de conservação.

A característica comum ao processo biológico no homem e ao processo de crescimento e declínio no mundo é que ambos fazem parte do movimento cíclico – e, portanto, infinitamente repetitivo – da natureza; todas as atividades humanas provocadas pela necessidade de fazer face a esses processos estão vinculadas aos ciclos recorrentes da natureza, e não tem qualquer começo ou fim propriamente

²⁵ Os termos “homem” e “homens” usados nesta seção são mantidos da obra “A condição humana”, de autoria de Hannah Arendt.

dito. Ao contrário da *atividade da obra* [working], que termina quando o objeto está acabado, pronto para ser acrescentado ao mundo comum das coisas, a *atividade do trabalho* [laboring] move-se sempre no mesmo círculo prescrito pelo processo biológico do organismo vivo, e o fim de suas “fadigas e penas” só advém com a morte desse organismo. (ARENDR, 2014, p. 121).

A atividade do trabalho é invariavelmente relacionada à condição feminina, tanto porque era o lugar social reservado às mulheres na sociedade ateniense (é importante frisar o fato conhecido de que as sociedades patriarcais foram majoritárias globalmente; e que, na maioria dos casos, as mulheres sequer possuíam o status de cidadãs, o que constituía a realidade ateniense), quanto pela condição de estarem relacionadas culturalmente às atividades de cuidados de outrem, ligando-a à manutenção do mundo da vida; o fato é que a condição e o papel social delegado à mulher historicamente é o lugar do doméstico e dos cuidados.

A obra é a atividade humana que permite a criação de um mundo artificial, humano, através da construção de objetos de uso duráveis, cuja existência excede a do seu criador ou criadores. Assim o produto da obra é sempre independente das condições da sua fabricação. A criação do mundo humano demanda a transformação e destruição do mundo natural; a produção exige que se retire a matéria prima da natureza, interrompendo seu ciclo natural:

O material já é um produto das mãos humanas que o retiraram de sua natural localização, seja matando um processo vital, como no caso da árvore, que tem de ser destruída para que se obtenha a madeira, seja interrompendo alguns dos processos mais lentos da natureza, como no caso do ferro, da pedra ou do mármore, arrancados do ventre da Terra. Esse elemento de violação e de violência está presente em toda fabricação, e o *homo faber*, criador do artifício humano, sempre foi um destruidor da natureza. (ARENDR, 2014, p. 173).

Por conta do caráter criador e destrutivo da obra ela se associa aos papéis tradicionalmente atribuídos à masculinidade; assim, às primeiras atividades humanas da *vida activa*, Hannah Arendt liga identidades de gênero e divisão social do trabalho histórica e socialmente construídas. As esferas da vida privada são de domínio feminino – o trabalho – e masculino – a obra – (HONIG, 1995).

A obra também é perecível, mas essa não é a condição da sua existência: ela só perece porque o seu uso a desgasta, mas a constante criação de objetos duráveis pela humanidade garante alguma perenidade ao mundo artificialmente construído pelos homens “todas as coisas podem ser constantemente substituídas com a mudança das gerações que chegam e habitam o mundo construído pelo homem e que se vão” (ARENDR, 2014, p. 170). A obra também é resultado da reificação, e exatamente porque ela necessita de uma atividade

precedente de planejamento, que a perpassa, e existe mesmo depois da sua finalização da idealização do seu projeto, que ela pode ser multiplicada (a multiplicação difere da renovação constante do trabalho, pois este é imposto pelas condições biológicas da vida). A condição humana da obra é a mundanidade.

Estas duas atividades estão ligadas ao que Arendt define como esfera privada: são atividades que prescindem da pluralidade, isto é, não precisam ser realizadas “entre os homens”, e o domínio do privado são lugares em que nem a liberdade, a igualdade, a pluralidade ou a ação estão presentes, ela é o refúgio que o homem tem do espaço público, onde a sua identidade única não é revelada. As suas execuções estão ligadas aos termos *animal laborans* e *homo faber*, o que assinala uma diferenciação hierárquica entre estas atividades: a obra é uma atividade qualitativamente mais humana que o trabalho, de qualquer forma as atividades do espaço privado podem ser consideradas como características de um exemplar do animal humano: “Uma das características da privatividade [...] era que o homem existia nessa esfera não como um ser verdadeiramente humano, mas somente como exemplar da espécie animal humana. Residia aí, precisamente, a razão última, do vasto desprezo nutrido por ela na Antiguidade” (ARENDR, 2014, p. 55-56). Ainda, estas atividades fazem parte das condições que delimitam a humanidade, mas não a determinam: as pessoas que não produzem trabalho ou obras mantêm os seus estatutos de humanos.

Os homens podem perfeitamente viver sem trabalhar, obrigando outros a trabalharem para eles; e podem muito bem decidir simplesmente usar e fruir do mundo das coisas sem lhe acrescentar nada de útil; a vida de um explorador ou senhor de escravos e a vida de um parasita podem ser injustas, mas certamente são humanas. (ARENDR, 2014, p. 220-221).

A ação é a única atividade da *vida activa* que é feita necessariamente na companhia de homens, sujeitos diferentes e únicos, porém iguais em direitos políticos, e que constitui o que a autora compreende como espaço público. Ela é a condição essencial da humanidade: o ser humano é por excelência o sujeito político, que se constitui e se revela na elaboração e enunciação do seu discurso público; o espaço público é um espaço de luz que ilumina o caráter dos homens.

O conceito de pluralidade é elaborado pela autora como a condição humana da ação, e a pluralidade possui um duplo sentido, que conjuga dois aspectos aparentemente contraditórios: tanto os homens são iguais, e assim podem estabelecer relações interpessoais e compreenderem os outros homens, quanto são sujeitos únicos, cuja existência é irrepetível

e insubstituível, e, por causa da sua condição de unicidade, precisam produzir e utilizar linguagens para comunicar a complexidade da vida humana; “a pluralidade humana é a paradoxal pluralidade de seres únicos” (ARENDR, 2014, p. 220).

O que Hannah Arendt concebe como natalidade é indissociável do conceito de pluralidade, já que a natalidade é o nascimento constante e ininterrupto de novos sujeitos, e é exatamente a singularidade de cada vida humana (condição essencial da pluralidade) que permite que os sujeitos ajam na esfera pública garantindo o surgimento de ações políticas novas e inesperadas; e, como essa condição é compartilhada por todos, todos os homens têm a potência da ação. Como toda ação é um discurso político que desvela um sujeito único, toda ação política é um renascimento: “Ou seja, a partir do momento em que a ação política é concebida como um constante renascimento, essa ação não pode mais ser negada a qualquer indivíduo, já que ela decorre da condição humana mais geral que é a natalidade” (ASSIS, 2006).

A natalidade e a pluralidade formam um conjunto que garante a completa imprevisibilidade da ação e das suas consequências, a ação é inesperada e impremeditada e, depois de executada, é irreversível. À imprevisibilidade da ação política Hannah Arendt dá o nome de *milagre*, já que para a autora a novidade é uma improbabilidade estatística.

O novo sempre acontece em oposição à esmagadora possibilidade das leis estatísticas e à sua probabilidade que, para todos os fins práticos e cotidianos, equivale à certeza; assim o novo sempre aparece na forma de um milagre. O fato de o homem ser capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isso, mais uma vez, só é possível porque cada homem é único, de sorte que, a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo. (ARENDR, 2014, p. 222-223).

A ação é a única atividade da *vida activa*, cuja execução não é movida por finalidades ou necessidades da vida humana. Ela é um fim em si mesma e a condição para que os homens possam agir na esfera pública é a liberdade. A liberdade consiste em estar livre das necessidades humanas do trabalho e da obra, o homem que adquire sua liberdade das demandas do espaço privado é o homem político por excelência, o cidadão.

Ainda, a ação do discurso político no espaço público exige do homem a coragem, já que estar em público, à exposição da luz, significa expor o próprio caráter diante de outros homens, diferentes de si; em outras palavras é expor o próprio discurso e a si mesmo ao escrutínio público:

A conotação de coragem, que hoje reconhecemos ser uma qualidade indispensável a um herói, já está, de fato, presente na disposição para agir e falar, para inserir-se no mundo e começar uma estória própria. E essa coragem não está necessariamente, nem principalmente associada à disposição para arcar com as

consequências; a coragem e mesmo a audácia já estão presentes no ato de alguém que abandona seu esconderijo privado para mostrar quem é, desvelando-se e exibindo-se a si próprio. (ARENDR, 2014, p. 233).

Uma distinção fundamental para o pensamento arendtiano é a complementariedade e dissociabilidade entre o espaço público e o espaço privado. Novamente, essa afirmação parece, em um primeiro exame, contraditória. O espaço público é o lugar onde os homens estão expostos à luz, onde revelam suas identidades e onde exercem a liberdade, já o espaço privado é permeado pelas sombras, pelo encobrimento da singularidade de cada homem e pela necessidade. Para poder agir e discursar no espaço público os homens precisam estar libertos das necessidades primeiras da vida, portanto do espaço privado. Ainda assim, o espaço privado é necessário à existência do espaço público, visto que ele permite tanto que os homens supram suas necessidades quanto que eles se refugiem temporariamente do espaço público.

Mas, ainda que a existência do espaço público seja dependente da pré-existência do espaço privado, estes espaços abrigam diferentes atividades da *vida activa* e devem permanecer absolutamente separados. A esfera familiar, que pertence ao espaço privado e dá conta de suprir as necessidades individuais e coletivas da existência humana, e tudo que lhe diz respeito, em outras palavras, o privado, o trabalho de reprodução da vida e a construção do mundo humano, não podem ser tratados como assunto de interesse público e não devem ser objetos de deliberação política dos cidadãos na ágora. No espaço privado não existe igualdade, liberdade ou democracia, portanto não é lugar onde a ação é possível; é um espaço essencialmente despótico, em que o patriarca exerce sua autoridade e onde ele pode adquirir a sua libertação do trabalho e da obra para poder agir no espaço público. Neste ambiente, ainda, os homens se associam pela necessidade de garantir a manutenção da vida, e, exatamente por conta dessas necessidades, o uso da força e da violência (métodos de coerção pré-políticos) são lícitos na vida doméstica.

Ser político, viver em uma *pólis*, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não força e violência. Para os gregos, forçar pessoas mediante violência, ordenar ao invés de persuadir, eram modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da *pólis*, característicos do lar e da vida em família, em que o chefe da casa imperava com poderes incontestes e despóticos. (ARENDR, 2014, p. 31-32).

O espaço público é o lugar da ação e o domínio da política; e é também, portanto, unicamente onde o homem pode exercer sua liberdade e revelar sua identidade única. A ação política é feita ali, na presença obrigatória de outros homens, em estatuto político de

igualdade, com a pluralidade humana deliberando sobre os assuntos de ordem pública. Por ser um espaço ocupado por iguais, no espaço público não existem governados ou governantes, os homens se governam a si mesmos:

A pólis diferenciava-se do lar pelo fato de somente conhecer “iguais”, ao passo que o lar era o centro da mais severa desigualdade. Ser livre significava ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outro e também não comandar. Significava nem governar nem ser governado. (ARENDDT, 2014, p. 38).

Somente duas atividades humanas são consideradas políticas: a ação (*práxis*) e o discurso (*léxis*), delas surgem o “domínio dos assuntos humanos (*ta ton anthropon pragmata*, como chamava Platão), de onde está estritamente excluído tudo o que é apenas necessário ou útil” (ARENDDT, 2014, p. 29). Tudo o que pertence ao espaço privado é caracterizado como pré-político e deve permanecer fora dos debates públicos; a violência e a força, portanto, que, não sendo discurso ou ação, são métodos pré-políticos, e, assim, meios de coerção inaceitáveis no espaço público.

No mundo contemporâneo a primazia da ação foi substituída pelo trabalho: os homens não procuram mais se libertarem das suas necessidades, mas vivem em função de supri-las através do consumo. Numa sociedade de trabalhadores a ação fica comprometida pois os homens estão presos aos cuidados da vida e não podem agir politicamente através do discurso; além disso os homens se associam pelo que têm em comum e não pela diferença, fazendo com que a ação seja substituída pelo comportamento.

Porque o trabalho está no centro da vida humana na modernidade é que os espaços público e privado, que idealmente deveriam permanecer separados, se mesclam e confundem. Os assuntos da vida privada adentraram a deliberação política, “[...] o próprio processo da vida foi, de uma forma ou de outra, canalizado para o domínio público” (ARENDDT, 2014, p. 55), e acabaram por macular a função original da ação e do espaço público: revelar a pluralidade humana. Da conexão entre espaço público e espaço privado surge o espaço social. Enquanto o espaço público constituía um lugar em que os homens se uniam, em termos de igualdade, nas suas singularidades, o espaço social faz com que os homens se unam pelas suas identificações, descartando a pluralidade, que é fundamental para a ação política.

Para Arendt, a rejeição da pluralidade e a associação identitária traz consequências políticas sérias. Porque os homens estão entre seus pares sociais, e tendem a reproduzir comportamentos aceitos pelos grupos a que pertencem, a revelação da sua identidade única é comprometida; e é só através desta revelação, no espaço público, que o homem “nascia

novamente” e exercia plenamente a sua natalidade. Como no espaço social os homens se comportam, o seu agir no mundo é previsível e a possibilidade da ação inesperada, o milagre, é muito reduzido. O homem não precisa mais de coragem para discursar e agir em público, a sua identidade singular não será revelada pois ele se conforma às normas estabelecidas pelos grupos sociais a que pertence. A uniformidade e previsibilidade decorrentes do surgimento do social não são efeitos inócuos, mas fazem parte de um projeto social.

Um fator decisivo é que a sociedade, em todos os seus níveis, exclui a possibilidade de ação, que outrora era excluída do lar doméstico. Ao invés da ação, a sociedade espera de cada um dos seus membros certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a “normalizar” os seus membros, a fazê-los comportarem-se, a excluir a ação espontânea ou a façanha extraordinária. (ARENDR, 2014, p. 49).

Todo esse processo compromete a possibilidade da existência do homem político e da humanidade plena: a existência humana está subjugada pela vida e pelas necessidades do animal humano (*animal laborans*).

As principais críticas ao pensamento harendtiano, especialmente as provenientes do campo feminista, vem ao encontro da sua premissa da impossibilidade de que os assuntos do domínio privado, relacionados às atividades do trabalho e da obra (portanto das necessidades da vida humana e da criação de um mundo artificial, atividades dirigidas para um fim), adentrem o espaço público sem o corromper, este último o espaço da ação e do discurso (lugar da pluralidade e da igualdade, que é um fim em si mesmo: a revelação da singularidade de cada homem). Além disso, a definição do objeto da política e do que ela considera como pré-político acaba por excluir temáticas e grupos inteiros do debate público e da possibilidade da enunciação discursiva: a política é a revelação do caráter humano através do discurso, as necessidades humanas (alimentação, habitação, saúde) e a criação do mundo humano pertencem às esferas pré-políticas, portanto não devem ser abordados como assuntos comuns no espaço público:

[...] é a rígida separação entre as duas esferas – pública e privada –, que se justificava no sentido de que havia coisas que deveriam ser reveladas e outras que precisavam ser ocultadas. A identidade do cidadão era algo que deveria ser revelado, por isso a sua ação era pública. As questões ligadas ao processo vital humano e à sobrevivência da espécie, ao contrário, deveriam ser protegidas da intrusão alheia, daí a sua permanência no espaço privado. (ASSIS, 2006, p. 6).

A impossibilidade de adentrar o espaço público não se limita aos assuntos relativos à manutenção da vida e à construção da mundanidade, aqueles que ainda estão privados de sua liberdade, isto é, estão constrangidos às atividades do trabalho e da obra, não possuem a

condição básica (liberdade) para enunciação no espaço público. Isso acabava por legitimar um modelo social em que o público é um espaço de igualdade (para um grupo específico e muito reduzido de homens), enquanto no privado impera o despotismo do chefe da família (e a ele estão submetidos mulheres, escravos, crianças, etc.): “A relação, portanto, que se estabelecia entre a esfera pública e a esfera privada, na polis grega, era profundamente perversa, [...] tal espaço [público] se sustentava à custa da coerção e da exploração de indivíduos não iguais [...]” (ASSIS, 2006, p. 7).

Entender os assuntos da vida privada como pré-políticos é indissociável de uma posição de poder e privilégio: a fome certamente só é um tema pré-político para aqueles que têm sua segurança alimentar garantida, o mesmo se dá com moradia, saúde, educação, etc.; da mesma forma as relações de poder, de opressão e exploração entre grupos sociais só podem parecer irrelevantes politicamente para aqueles que se encontram no topo desta hierarquia. E, cabe perguntar, quais as possibilidades emancipatórias de grupos subalternos sem politizar as causas da sua opressão?

Outro ponto de conflito é a própria natureza do movimento feminista que é a associação de sujeitos semelhantes, com uma identidade social compartilhada, uma característica do espaço social e não do espaço público. Como o espaço social é regido pelo comportamento e não pela ação, não existe a possibilidade de agenciamento político. Ainda a assunção de uma identidade coletiva suprime a existência do sujeito singular, e não permite o desvelamento do seu caráter (a finalidade da ação política). A querela entre as feministas e a teoria arendtiana se expressa na própria relação da autora com o movimento: “Ela tinha a forte convicção que as preocupações do feminismo com gênero, identidade, sexualidade, e com o corpo eram politicamente inapropriadas. Ela temia que esses assuntos poderiam sufocar a esfera pública [...]” ²⁶ (HONIG, 1995, p. 1).

Apesar das críticas com que o pensamento arendtiano foi recebido pelos movimentos feministas, alguns diálogos foram estabelecidos. A natalidade, o fato de que cada ser humano é único e irrepetível, é o que permite que a ação aconteça; toda ação, que revela publicamente a identidade única e individual do ser humano, o distinguindo dos demais, constitui um novo nascimento, uma atualização da natalidade. Quando considerada para além do seu contexto grego, e como um constante renascimento através da ação, a natalidade atinge

²⁶ “She believed strongly that feminism’s concerns with gender, identity, sexuality, and the body were politically inappropriate. She worried that these issues might overwhelm the public sphere [...]”. Tradução nossa.

universalmente a humanidade, fazendo com que o estatuto de igualdade alcance a todos; assim, mesmo que as mulheres sejam invariavelmente associadas à atividade do trabalho, das necessidades da vida, elas carregam em si a natalidade, tendo capacidade de ação política (ASSIS, 2006).

Honig argumenta que ao perscrutar Hannah Arendt não se deve abordá-la a partir de como ela localiza, identifica e problematiza os feminismos, mas de como as categorias filosóficas criadas por ela podem servir para pensar as problemáticas levantadas por pesquisadoras e pesquisadores das ações políticas feministas. Além disto, se postula que enquanto a atividade do trabalho (*animal laborans*) está relacionada com a feminilidade e a atividade da obra com a masculinidade (*homo faber*), a ação não se restringe a nenhum gênero: ela é uma possibilidade humana; portanto a dicotomia de gênero não se aplica aos espaço público e privado, mulheres e homens podem estar presentes em ambos (HONIG, 1995).

Transportar o espaço público arendtiano, tal como ela o concebe na ágora grega, para a atualidade, e especialmente para o ambiente virtual, é anacrônico; a tese da autora assume que as condições da vida moderna não permitem que o homem aja politicamente, de forma livre, em público: ele é um ser cativo do espaço social, sendo regido pelo comportamento aceito pelos seus pares, e, como não é capaz de agir politicamente, não está expondo a própria individualidade à pluralidade da existência de outros homens; ainda, o homem moderno tem todo o seu cotidiano direcionado para as atividades do trabalho e da obra, cooptado pelas próprias necessidades e existência. Entretanto algumas de suas categorias (as prerrogativas da existência do espaço público) podem ser articuladas, tendo o cuidado de considerar os contextos em que ela localiza o espaço público, em que ela escreve e a atualidade, a fim de não deformar estas categorias; a intenção é perceber quais as possibilidades de diálogo entre o espaço público de Hannah Arendt e as possibilidades da ação política, no momento atual, dentro e a partir de uma possível esfera pública virtual. Mobilizar algumas de suas ideias pode ser bastante útil, considerando como elas podem ser operadas e como se relacionam com o funcionamento do debate público e da formação de opinião através das redes sociais, aplicativos de mensagens e outras plataformas de comunicação on-line.

A necessária existência da pluralidade é uma prerrogativa que pode encontrar eco na internet: opiniões e subjetividades diferentes entram constantemente em conflito e disputam narrativas publicamente. Tanto a popularização da internet (que alcança cada vez mais

diferentes grupos de renda, escolaridade, localização, etc.) quanto a democratização dos enunciadores possíveis e das plataformas de produção e compartilhamento de conteúdos, tem possibilitado a inclusão de identidades plurais no debate público e na disputa pela opinião pública majoritária. Ao mesmo tempo, estes mesmos espaços que possibilitam a multiplicação dos discursos, não são neutros (têm donos, acionistas, interesses e estão localizados majoritariamente em nações capitalistas) e possuem ferramentas que permitem à plataforma deliberar sobre quais são as temáticas possíveis, desejáveis e permitidas, quais delas devem ser promovidas, quais serão menos visualizadas, inclusive direcionando conteúdos selecionados de acordo com o perfil de comportamento e preferência dos usuários (seja através da censura explícita ou do uso de algoritmos).

A existência da pluralidade impõe que toda elaboração discursiva pública se converta em exposição pessoal e na coragem de desvelar-se entre e para outros membros, de igual estatuto, mas individualmente únicos, do espaço público, permitindo que os seus argumentos, pontos de vista e a sua própria subjetividade estejam expostos ao escrutínio público de outras subjetividades e pontos de vista. Evidentemente, a internet também permite que os usuários publiquem conteúdo anonimamente o que descaracteriza a ação, já que a exposição da própria identidade legal fica comprometida (pode-se argumentar que aspectos da identidade ainda permanecem expostos, já que a partir do discurso pode-se deduzir características do caráter e personalidade do enunciante); ainda, milhares de perfis falsos e *bots*²⁷, dificultam mais ainda caracterização desse processo, eles permitem que um número considerável de perfis, controlados por um internauta, tenham influência sobre a opinião pública.

A natalidade e o milagre podem ajudar a distinguir e analisar as ações coletivas que se originam na internet, já que estes têm como característica a imprevisibilidade. Como esses movimentos nem sempre têm líderes ou não são facilmente rastreáveis, eles criam instabilidades políticas e a multiplicidade de agentes mobilizados instituem ambientes férteis para a catarse de insatisfações sociais. Tanto os agentes quanto as insatisfações são plurais e nem sempre provém de uma deliberação e examinação prévia, a mobilização é muitas vezes motivada por paixões e se expressa com falta de coerência lógica: as cartas em jogo são majoritariamente emocionais.

²⁷ Bots, diminutivo de *robots*, são softwares que simulam ações humanas. Entre outras coisas, os bots podem ser perfis em redes sociais, criados para influenciar a opinião pública.

1.2. A ESFERA PÚBLICA HABERMASIANA

O conceito de esfera pública de Jürgen Habermas é muito mais popular do que o de espaço público de Hannah Arendt, tanto por ser menos polêmico e não ter contornos tão claramente elitistas²⁸, quanto por tratar especificamente do início da modernidade e dar ênfase ao papel da imprensa na fomentação do debate público e formação da publicidade (opinião pública). A relação que o autor estabelece com a formação do pensamento iluminista moderno e com as revoluções burguesas também contribui para a sua popularidade. A esfera pública habermasiana, como o espaço público de Hannah Arendt, tem margens claras: a princípio, como o subtítulo de *Mudança estrutural da esfera pública: investigações de uma categoria da sociedade burguesa* (1984) sugere, a esfera pública se refere a um público majoritariamente burguês; para além disto, sua constituição, dentro da análise que o autor se propõe a fazer, localiza-se espacial e temporalmente na França e na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII.

A esfera pública aqui é concebida como um campo de tensão entre o poder público e as pessoas privadas²⁹, estas conversam, opinam e agem em público, produzindo a opinião pública; é o espaço onde a população pode discutir livremente sobre os assuntos de interesse público, sem a interferência do Estado, e, à medida em que a discussão fomenta a formação da opinião pública, a sociedade civil pressiona o Estado para atender às demandas sociais elencadas como prioritárias neste processo. Em outras palavras, a esfera pública é um espaço que gera pressão social sobre o poder público, oriunda do processo de formação popular de opinião. É, portanto, o espaço onde as pessoas se organizam (institucionalmente ou não), discutem e deliberam sobre o que é público.

A própria “esfera pública” se apresenta como uma esfera: o âmbito do que é setor público contrapõe-se ao privado. Muitas vezes ele aparece simplesmente como a esfera da opinião pública que se contrapõe diretamente ao poder público. Conforme o caso incluem-se entre os “órgãos da esfera pública” os órgãos estatais ou então as mídias que, como a imprensa, servem para que o público se comunique. (HABERMAS, 1984, p. 14-15).

Algumas breves definições de “público” e “publicidade” são necessárias a fim de esclarecer os termos usados pelo autor. O “público”, neste caso, constitui tanto aquilo que é

²⁸ É uma classificação dada por Ortega (2001) ao pensamento arendtiano.

²⁹ Habermas chama de “pessoas privadas” todos aqueles que não possuem cargo ou vínculo com as instituições políticas, portanto, pessoas da esfera civil que não fazem parte das instâncias governamentais.

de domínio e aberto à todos, de interesse comum, quanto também pode significar um grupo de pessoas para as quais alguma produção artística, cultural, política é dirigida ou apresentada; ainda, define-se algo como “público” quando este não é dotado de sigilo e está aberto à apreciação da totalidade da população. São especialmente nestes sentidos que a palavra vai ser apresentada na obra: a esfera pública só pode ser assim adjetivada na medida em que ela é aberta ao público; ainda assim ali se constitui como um público específico que se elabora e se publiciza a si mesmo, a burguesia (HABERMAS, 1984). A publicidade, no texto habermasiano, não se limita à definição mais comum atualmente (a tentativa midiática de influenciar a opinião pública, relacionada à propaganda), mas caracteriza aquilo que é trazido a público e/ou publicado; assim sobre os significados da palavra, o autor diz: “De uma função da opinião pública tornou-se também um atributo de quem desperta a opinião pública.” (HABERMAS, 1984, p. 14), e é neste sentido (como uma função da opinião pública) que a expressão será usada nesta seção. Assim, um primeiro problema se apresenta no texto habermasiano: uma das condições da esfera pública é que ela seja acessível a todos, mas, contrariamente, ela se apresenta como uma função da sociedade burguesa e, para além disso, como a publicidade do que se constituem as discussões em torno dos valores desta classe. Não apenas, mas a participação nos círculos de deliberação é seletiva e a construção da argumentação pressupõe o acesso ao letramento, a livros, à instrução, etc., constituindo um público culto que só pode ser oriundo da alta burguesia: “Esta camada ‘burguesa’ é o autêntico sustentáculo do público, que, desde o início, é um público que lê” (HABERMAS, 1984, p. 37).

O surgimento da esfera pública moderna só é possível com o aparecimento da esfera privada, e elas são interdependentes. Por mais que Habermas, a exemplo de Hannah Arendt, faça referências à ágora grega e ao processo que permitia que os cidadãos discursassem e agissem em público (a liberdade que o homem conquistava de não necessitar dedicar-se ao trabalho ou à obra), ele acaba por situar o florescimento da esfera pública nos séculos XVII e XVIII, como uma consequência da produção de uma *intelligentsia* de origem e caráter burguês. Ainda assim, a citação do modelo grego cumpre a função de traçar um pequeno ensaio histórico sobre a relação entre o poder público e a sociedade civil, e o posterior surgimento da esfera pública burguesa. É na Grécia que a dicotomia público/privado (divisão já tratada anteriormente neste capítulo) foi localizada primeiramente pelo autor, e onde a produção da cidadania e a publicização das posições políticas da restrita classe de cidadãos na ágora

inaugura a esfera pública (neste caso chamada de esfera pública helênica). Durante a Idade Média europeia não se pode falar em esfera pública, já que o privado se confundia com o público em uma representação pública do mundo aristocrático; como pode ser demonstrado pela existência dos torneios medievais, onde a nobreza exibia-se perante seus súditos. Porém, o exemplo mais contundente deste modelo de representação pública, ainda que neste caso o público seja constituído pela nobreza cortesã e neste sentido já apresente uma transição, encontra-se na corte de Luís XIV, em que até o *choucher* e o *lever* são espetáculos. A subsequente privatização da vida está relacionada ao modo de vida e à arquitetura doméstica que será consagrada pela burguesia, e se reflete na valorização do “indivíduo privado”: enquanto o nobre exibe a sua personalidade (relacionada à civilidade, cultura, e charme, e também à aura criada pela representatividade exibida ao longo de muitas gerações) como um sinal da superioridade social que lhe advém do pertencimento de classe; o burguês, ao contrário, deve ser discreto, entendendo que a sua posição não é devida à sua pessoa, mas às suas posses; assim a privacidade é um ideal a ser perseguido.

A esfera pública surge primeiro como um espaço que é essencialmente de crítica de arte, mas especificamente de literatura, um espaço público literário: a burguesia enriquecida, e recente possuidora do que Bourdieu (2003) chama de capital cultural (nos estágios incorporado, objetivado e institucionalizado: os burgueses são cultos, transformam a cultura em comércio e frequentam universidades), se envolve na crítica literária. O surgimento da crítica de arte está relacionado à transformação das artes em comércio, em que elas deixam de servir à representação pública aristocrata para existirem por si, libertando-se do mecenato e sendo amplamente consumidas pelas camadas burguesas. A crítica de arte permite que a burguesia dispute significados e discursos com a aristocracia nos *salons* e *cafés*, sem que as distinções de classe entre os dois grupos fossem estritamente observadas (isso não significava que estas distinções, especialmente fora destes ambientes e do espaço da crítica de arte, deixassem de existir), e que o argumento pudesse prevalecer à legitimação prévia de classe. Assim, acaba por se configurar um espaço de discussão e debate público a respeito das artes, onde, com uma presumida igualdade da possibilidade de enunciação, a burguesia adquire bagagem e ousadia necessárias para transformar a esfera pública literária em esfera pública política. A publicidade dos debates, isto é, a publicação dos debates que emergiam, não segue imediatamente a produção das críticas nos *salons* e *cafés*, considerando que o absolutismo

guardava para si o monopólio do controle do que era publicado, manter a esfera pública política em segredo significava mantê-la, e aos seus integrantes, protegida:

A razão que deve concretizar-se na comunicação racional de um público de homens cultos, no uso público do entendimento, por ameaçar uma relação qualquer de poder, ela mesma necessita de proteção de não se tornar pública. Enquanto a chancelaria secreta do príncipe é a sede da publicidade, a razão não pode revelar-se diretamente. A esfera pública ainda é obrigada a observar a prática do segredo: o seu público, mesmo enquanto público, continua obrigado a ser interno. A luz da razão que se esconde para se proteger, desvela-se passo a passo. (HABERMAS, 1984, p. 51).

A presunção da igualdade de status e da primazia do argumento lógico é essencial para a teoria habermasiana, ela supõe que o argumento da autoridade perde importância para a construção de um discurso lógico; assim, no debate público, burgueses e aristocratas poderiam estabelecer conversas em que as considerações dos sujeitos fossem julgadas por si e não por uma prévia legitimação de classe. Esse processo permitiu que, através de diálogos contínuos, se formasse uma opinião pública, um consenso (mesmo que limitados à classe burguesa), baseado na depuração dos argumentos iniciais. Habermas é bastante otimista quando afirma que as distinções de classe desaparecem nos ambientes de debate artístico e político: ainda que as discussões presumissem alguma paridade, as diferenças de classe continuavam efetivas e os direitos políticos da burguesia bastante reduzidos. A literatura francesa do século XIX e início do século XX, portanto já pós-Revolução Francesa, ainda continua muito marcada por um ressentimento de classe burguês e pelo conflito entre aristocracia e burguesia (alguns excelentes exemplos são: *O vermelho e o negro* de Stendhal e *No caminho de Swann* de Marcel Proust, *Os miseráveis* de Victor Hugo), deixando margens para a suposição de que a assunção de igualdade, mesmo que existisse, não era igualdade de fato. Fraser (1996) pontua:

No entanto, isto realmente sugere que a relação entre publicidade e status é mais complexa do que Habermas imagina, que declarar que a arena deliberativa é um espaço em que as distinções de status estão suspensas não é suficiente para garantir que isso aconteça. (FRASER, 1996, p. 61).³⁰

Quando surge um mercado editorial, que vai ser protagonizado por jornais, mas não ficará restrito a eles, os comunicadores não trazem à publicação nenhum argumento que não tenha passado pelo crivo da opinião pública nos cafés e *salons*: “Raramente algum dos grandes

³⁰ “Nevertheless, it does suggest that the relationship between publicity and status is more complex than Habermas intimates, that declaring a deliberative arena to be a space where extant status distinctions are bracketed and neutralized is not sufficient to make it so.”. Tradução nossa.

escritores do século XVIII havia deixado de colocar primeiro em discussão suas ideias essenciais em tais *discours* [...]” (HABERMAS, 1984, p. 49). Esses jornais (em sua maioria pequenos, de curta duração e cuja propriedade e editoração são de responsabilidade da mesma pessoa) fazem o papel de retroalimentação da crítica literária e política: os jornalistas frequentam os cafés e *salons* onde surgem as discussões, publicam suas impressões e podem ouvir a repercussão do que publicaram. Está criado o ciclo de formação de opinião pública que constitui o que é esfera pública burguesa e a discussão política habermasiana. Esse processo de crítica política, de instauração de um clima de deslegitimidade do poder público e de instabilidade política está relacionado tanto ao Iluminismo como à eclosão das revoluções burguesas, como no caso da Revolução Francesa (ainda que o rótulo de “burguesa” ao se referir à revolução de 1789 é redutor e silencia a participação popular maciça) e da Revolução Gloriosa. O processo de publicização dos ideais iluministas e burgueses culmina na publicação da *Encyclopédie*, organizada por Denis Diderot e Jean d’Alembert, que foi impressa em 35 volumes, durante 21 anos e tinha a presunção de reproduzir e distribuir todo o conhecimento produzido pela humanidade, se constituindo numa excelente ferramenta de popularização (ainda que restrita) dos valores e ideais burgueses.

A esfera pública era bastante elitista e limitada e o público de quem se fala é um público específico: a burguesia. A população não tinha condições de enunciar nestes ambientes por lhe faltar capital social e econômico para frequentá-los e capital cultural para construir argumentação que seguisse os códigos lógicos exigidos, mas a sua participação também era absolutamente indesejada pelas classes aristocratas e burguesas, “Havia uma fenda clara entre o público e o povo. De Malesherbes a Kant, a linha demarcatória corria entre aqueles que sabiam ler e produzir material escrito e aqueles que não sabiam.” (CHARTIER, 1945, p. 72). Assim, a esfera pública está aberta a todos, mas os pré-requisitos para a possibilidade da enunciação só podem ser acessados através da propriedade:

O mesmo processo que transpõe a cultura para a forma de mercadoria e, assim, faz dela, afinal, uma cultura já questionável, é que, por princípio, leva, em terceiro lugar, ao não-fechamento do público. Por mais exclusivo que o público pudesse ser cada vez, ele nunca podia fechar-se completamente e transformar-se em clique: pois ele sempre já se percebia e se encontrava em meio a um público maior, todas as pessoas privadas que, como leitores, ouvintes e espectadores, pressupondo posses e formação acadêmica, podiam, através do mercado, apropriar-se dos objetos de discussão. As questões discutíveis tornam-se “gerais” não só no sentido de sua relevância, mas também de sua acessibilidade: todos devem *poder* participar. Onde o público se estabelece como grupo fixo de interlocutores, ele não se coloca como equivalente ao grande público, mas reivindica aparecer de algum modo como seu porta-voz, talvez até mesmo como seu educador. Aparecer em seu nome e até

mesmo representá-lo – eis a nova configuração da representação burguesa. (HABERMAS, 1984, p. 53).

Porém, não se pode assumir que a população se encontra completamente alheia aos debates públicos promovidos nos *salons* e publicados na imprensa: como assinala Robert Darnton, em seu capítulo *História da leitura* no livro *A escrita da História* (BURKE, 1997), a leitura era em muitos casos uma atividade grupal: quem não sabia ler, ouvia a leitura dos jornais. Ainda, Fraser (1996) indica que a determinação de Habermas ao escolher um público essencialmente burguês foi uma opção ideológica de Jürgen Habermas, que acabou por ignorar a existência concomitante de diversos outros públicos que constituíam outras esferas públicas que não a burguesa: é uma exclusão consciente do discurso político de outras classes sociais e especialmente das mulheres, que efetivamente se manifestavam politicamente.

Assim, a ideia de que as mulheres eram excluídas da esfera pública acaba por ser ideológica; baseia-se em um entendimento de publicidade que é tendencioso em relação à classe – e ao gênero –, noção que aceita a reivindicação pública burguesa como pública. De fato, a historiografia de Ryan e outros demonstra que o público burguês nunca foi “o” público. Ao contrário, concomitantemente ao público burguês surgiram uma série de outros públicos, incluindo públicos nacionalistas, públicos populares de camponeses, públicos de mulheres provenientes das elites, e público da classe trabalhadora. (FRASER, 1996, p. 61).³¹

Existe uma relação muito íntima entre esfera pública e imprensa para Habermas, já que é por intermédio dela que a burguesia consegue elaborar e publicar um discurso sobre si e, neste sentido o livro *Uma história social da mídia* (BRIGGS; BURKE, 2006) aborda a possibilidade de uma esfera pública, neste caso conjuntural, anterior a habermasiana. Neste livro se postula a existência de uma esfera pública que surge logo após a popularização da imprensa de Gutemberg, durante a Reforma Protestante, e que, entre outras razões, pode ser considerada um dos fatores essenciais da popularização da Reforma. Ali também existia uma relação interdependente entre uma imprensa florescente e a formação da opinião pública. Porém, considerando a sua curta duração e que ela não produziu uma reestruturação profunda e prolongada nas maneiras como a opinião pública é formada, ela é considerada pelos autores uma esfera pública efêmera:

[...] tenta trabalhar tanto a favor, quanto, de alguma forma, contra a ideia do surgimento da esfera pública associada ao pensamento de Jürgen Habermas, o qual,

³¹ “Thus, the view that women were excluded from the public sphere turns out to be ideological; it rests on a class – and gender – biased notion of publicity, one which accepts at the face value the bourgeois public’s claim to be the public. In fact, the historiography of Ryan and others demonstrates that the bourgeois public was never the public. On the contrary, virtually contemporaneous with the bourgeois public there arose a host of competing counterpublics, including nationalist publics, popular peasant publics, elite women’s publics, and working class publics.”. Tradução nossa.

ao responder a seus críticos, alegou que levar o conceito de esfera pública para os séculos XVI e XVII envolve “a mudança do próprio conceito de esfera pública em grau tamanho que ela se torna outra coisa”. De nossa parte, enfatizamos a sua fraqueza estrutural nos antigos regimes e distinguimos dois tipos de esfera pública – o temporário e o permanente, ou o estrutural e o conjuntural. (BRIGGS, BURKE, 2006, p. 107).

A esfera pública sofreu uma mudança estrutural em torno da passagem do século XIX para o século XX. Essa mudança teve inúmeras causas, assinalando-se as principais: o estabelecimento de um Estado de bem-estar social, que acaba com a dicotomia privado/público; a vida “suburbana” que pouco valoriza a privacidade; e, especialmente, a profissionalização e subsequente construção de monopólios midiáticos. A vida suburbana, com suas casas geminadas, paredes finas e constante vigilância não permite que opiniões dissidentes se expressem com relativa liberdade. Por último, a editoração profissional de jornais, aliados em alguma parte a aliança entre donos de jornais e o Estado, criaram instrumentos de mídia desconectados da esfera pública, e cuja “publicidade” adquire outro sentido:

Assim como, desde o segundo terço do século passado [XIX], os jornais começaram a separar da parte redacional um espaço para anúncios, assim também uma separação das funções jornalísticas ligadas ao pensamento das pessoas privadas enquanto público poderia ter deixado essencialmente intacta a esfera pública, criando uma representação pública de interesses privados individuais ou, então, coletivos. Mas não chegou a formar uma tal esfera pública economicamente separada da esfera pública política, uma esfera pública jornalístico-publicitária de privilegiados interesses privados esteve desde o começo plenamente amalgamada com interesses políticos. (HABERMAS, 1984, p. 225).

A relação entre a esfera pública e privada habermasianas e o espaço público e privado arendtianos têm distinções importantes. Enquanto para Hannah Arendt os dois espaços, apesar de serem interdependentes, devem permanecer absolutamente separados, a intromissão dos temas, assuntos e necessidades da vida privada no espaço público determinaram a sua dissolução; para Habermas, o espaço privado, e mais especificamente o homem privado, é aquilo que está separado do aparato estatal e/ou aqueles que não têm cargos públicos e a esfera pública constitui, como já dito antes, as pessoas privadas se reunindo em público afim de fazer demandas ao Estado (uma pressão que é necessariamente externa); assim as esferas, além de interdependentes, se influenciam e os problemas da vida privada podem ser temas do debate público na medida em que constituem um interesse em comum. Ainda assim, Nancy Fraser (1992) critica a suposição de que o que constitui os debates da vida pública seja o que consensualmente se considere relevante para o bem comum,

fazendo com que temas caros aos grupos subalternos, por não serem unanimidade e frequentemente estabelecerem uma disputa discursiva com grupos dominantes, permaneçam fora da esfera pública.

É por conta da natureza do que Habermas considera a deliberação e o debate que um dos requisitos da esfera pública burguesa é a argumentação racional, que possa ser verificada em público, analisada, reformulada, de forma que a partir desse processo se possa formar consenso entre o público. Mas as diferenças de classe e de gênero resultam em diferentes condições de adentrar o debate público e de ter seus discursos considerados válidos, as argumentações não passam por avaliações absolutamente neutras, elas são transpassadas pela origem e status de quem anuncia; e esse é um dos questionamentos que Nancy Fraser (1992) faz a esfera pública habermasiana: mesmo considerando que o conceito é essencial para pensar a democracia na modernidade tardia ele é entendido por Fraser como limitado, já que e a presunção de uma igualdade que não é de fato no estatuto, no capital cultural e na recepção dos possíveis enunciantes, é um dos seus principais pontos fracos. O fato é que as desigualdades que dominam a vida social não desaparecem na esfera pública, e isto pode ser observado já na delimitação do que Habermas considera ser a classe constitutiva deste espaço.

Outra diferença fundamental entre Arendt e Habermas consiste em como os autores elaboram a relação entre público/cidadão e Estado. Habermas organiza uma teoria da esfera pública em que o público pressiona o Estado através da formação da opinião pública, mas ele relaciona diretamente a queda da monarquia na França à emergência da esfera pública, sugerindo que, para além de meras demandas sociais, a esfera pública pode ser um lugar de clara oposição ao poder público: “A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade [...]” (HABERMAS, 1984, p. 42). Arendt, por outro lado, assume que o espaço público é o lugar em que os homens governam a si mesmos, anulando a necessidade de mediação estatal; mas, ainda assim o espaço público é muito mais restrito que a esfera pública, já que somente era acessível à limitada classe de cidadãos.

Uma das principais chaves de análise desta pesquisa se fundamenta na relação extremamente fértil que Habermas estabelece entre a publicidade e/ou imprensa e a formação da opinião pública. Esse processo, tão essencial para o surgimento da Ilustração e

do mundo burguês, é mimetizado por diversos grupos sociais nas plataformas digitais atualmente:

A reunião de um público, formado por cidadãos, elaborando uma opinião pública comum, baseada em civilidade da racionalidade do melhor argumento, fora da influência do poder político e econômico, tem sido amplamente realizado, através do a) acesso às informações veiculadas pela imprensa livre e b) pela interação de comunidades e redes sociais da internet. (UTSUNOMIYA, 2011, p.4-5)³²

Enquanto Habermas afirma que a publicação independente, pequena e efêmera dos jornais na França e na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII para a formação da opinião pública burguesa, é exatamente na publicação por parte dos grupos subalternos de material produzido sobre si e por si que reside a potência das enunciações feitas em ambientes virtuais e compartilhadas com o público; se trata de grupos que aumentaram consideravelmente seu espaço e sua participação nas disputas discursivas, utilizando ferramentas que permitem que seus perfis, postagens, etc. funcionem como mídias. E, enquanto a esfera pública habermasiana é uma manifestação dos interesses de uma elite econômica emergente, a esfera pública virtual tem permitido que grupo historicamente oprimidos tenham a possibilidade de disputar discursos, significações, horizontes políticos, etc. A possibilidade de enunciação destes grupos também significa visibilizá-los, tornar suas demandas socialmente relevantes e possibilita o alargamento das suas possibilidades cidadãs; pode significar deslocar, mesmo que minimamente, a sua posição de subalternidade. Quando Virginia Woolf, no aclamado livro *Um quarto todo seu* (1985), decide desvendar o “grande mistério” que é a pequena contribuição feminina reconhecida pelo cânone literário, ela enxerga na falta de reconhecimento, nas coerções sociais (que podem ser inclusive físicas e ameaçar a vida), na baixa instrução, na falta de reconhecimento, na impossibilidade do tempo livre, na dificuldade para publicar e na dependência financeira as razões desta escassez.

Existe uma relação muito íntima entre esfera pública e imprensa para Habermas, já que é por intermédio dela que a burguesia consegue elaborar e publicar um discurso sobre si. Essa imprensa, é preciso dizer, difere muito do modelo centralizado de produção de conteúdo jornalístico, literário, etc., muito característico das mídias do século XX. A imprensa que germina nos séculos XVII e XVIII é essencialmente própria, de duração e tiragens limitadas, e se estabelece e produz seu conteúdo num cenário de intensa comunicação com o público. A

³² A abordagem de Utsunomyia foi bastante otimista e um pouco incauta, ainda que represente um otimismo que, à época, era mais justificado. Os interesses econômicos e políticos envolvidos e que fazem da rede um espaço não neutro serão abordados melhor no próximo capítulo.

própria delimitação entre o público e o jornal fica difusa: os jornalistas participam ativamente do debate público, num processo dialógico de discursos. Já o modelo centralizado, que vai se consolidar com a profissionalização da imprensa especialmente a partir da metade do século XIX, não permite uma multiplicidade de vozes, já que o número de jornais e de jornalistas é consideravelmente reduzido, os jornais passam a ter maior alcance e duração, ainda mais significativa é a falta de autonomia e liberdade do jornalista decidir suas próprias pautas e imprimir seu posicionamento ideológico: o editor garante que as publicações estejam em acordo com os interesses do dono do jornal.

Nos últimos anos, a produção de conteúdos em rede fez com que o modelo descentralizado de imprensa voltasse a ter espaço, mas em um formato atualizado: as postagens em redes sociais seguem a lógica de “mídias de uma pessoa só” (SOUSA, 2013). Elas permitem que todo usuário elabore e publique – dentro dos limites das suas interações sociais, mas com a potencialidade de ultrapassá-las – discursos próprios. O discurso dos internautas acaba profundamente marcado pela interação que é característica da internet (LEVY, 1999), em que o seu papel como leitores é transpassado pelo papel de produtor ou replicador, em movimento análogo ao da esfera pública burguesa. Mas, é preciso ressaltar que, na maioria dos casos, os usuários, mesmo que produzam conteúdos “independentes” e se tornem “pequenas mídias”, o fazem através de plataformas, e mesmo considerando um cenário em que a imprensa era, e é, monopólio das elites nacionais e internacionais, as plataformas digitais constituem um monopólio planetário de alcance inédito (MOROZOV, 2018).

Ainda assim as redes permitem que vários grupos elaborem um discurso sobre si e disputem suas identidades sociais e a construção da opinião pública na esfera pública. Os relatos de si não precisam ser necessariamente relacionados à temas subalternos ou à descrição de eventos ou subjetividades. Toda postagem é uma afirmação de quem se é, quais são os marcadores que identificam os sujeitos, quais são os elementos culturais compartilhados entre os grupos a que o sujeito pertence, etc. Como a burguesia elaborou uma imagem de si e um projeto político a ser disputado, os grupos sociais também estão produzindo uma identidade compartilhada. O relato de si permite também criar, alimentar ou mobilizar uma opinião pública, que no caso da esfera pública virtual, é movida especialmente por processos afetivos (CASTELLS, 2013). Os relatos de violência policial contra os manifestantes no início das jornadas de junho, replicados por perfis nas redes sociais (que não

necessariamente estavam presentes) gerou um sentimento coletivo de indignação, que foram vetorizados para manifestações públicas. A possibilidade de escrever narrativas que conectam emocionalmente quem escreve a quem lê é potencial, especialmente quando quem escreve faz parte de grupos historicamente oprimidos, como mulheres, gerando um movimento de empatia entre diferentes segmentos sociais e sujeitos. Enquanto Habermas percebe o surgimento da esfera pública cujo sujeito é o homem burguês³³, o que se vê é a emergência de uma pluralidade de grupos sociais contra-hegemônicos que encontraram nas redes sociais espaços de discussão plural; é um alargamento consistente do público enunciador, que se apresenta muito plural, que traz suas histórias, preocupações, visões de mundo às alteridades:

Por “midialivrismo” compreendemos um movimento ativista em prol da comunicação contra-hegemônica, que é realizada em contrassenso com a comunicação de massa e que também busca abranger outros movimentos sociais que não são contemplados – pelo menos não devidamente – pelos *mass media*. A proposta dos midialivristas é propor espaços alternativos de mídias livres para discussão dos temas e fenômenos sociais de forma alternativa aos modelos midiáticos comerciais.” (ALMEIDA, 2013, p.89).

Considerando esta questão, em vez de localizar a esfera pública como uma manifestação de classe ou grupo social, ela é localizada num espaço virtual, necessariamente desterritorializado³⁴, onde se manifestam diversos grupos (inclusive grupos de posições políticas antagônicas); postula-se assim a existência uma esfera pública não necessariamente feminista, como gostaria Haje (2003), mas de uma esfera pública virtual, com multiplicidade de enunciantes.

A esfera pública habermasiana é um espaço de disputa: à medida em que burgueses adentram o debate artístico e político a posição social, política e econômica da aristocracia fica comprometida. As discussões iluministas colocaram as formas de produção da vida pública no centro das preocupações, o que gerou um clima de instabilidade política e de insurreições. Embora Habermas não trate especificamente da questão da imprevisibilidade da ação política, a contribuição de Hannah Arendt se faz pertinente: os sujeitos (neste caso, sem o estatuto de cidadãos) agindo na esfera pública geram eventos que são impremeditáveis e irreversíveis, o que se traduz como instabilidade política e social; ainda que, para a autora, a ação política não seja coletiva, e sim um movimento individual, de revelação do sujeito. Assim,

³³ Apesar de algumas mulheres serem anfitriãs de *salons*, a sua presença não era permitida nos cafés (HABERMAS, 2003); sua participação nos debates públicos não é contabilizada ou publicizada.

³⁴ Nesse mesmo sentido Chartier, falando sobre a constituição da opinião pública (e de um “tribunal da opinião pública”) na França iluminista, diz: “A imprensa tornou possível, portanto, a constituição de um reino público que independia da proximidade física – uma comunidade sem presença visível [...]” (CHARTIER, 2003, P. 65).

somente Habermas considera a potencialidade política das redes sociais (não virtuais) quando reconhece a relevância da interação entre as pessoas para o processo de formação da opinião pública, que gera movimentações, demandas e revoltas sociais. A instabilidade política atual está conectada ao fomento da publicização de temas e da política institucional, bem como da onda de opiniões veiculadas nas redes e à formação da opinião pública passa pela interconexão entre as pessoas e os debates que surgem. Porém, ao contrário do que Habermas postula sobre a esfera pública burguesa, na esfera pública virtual não existe a prevalência do argumento racional e lógico, outras ferramentas são utilizadas para ganhar aderência e a localização ideológica, econômica e social dos sujeitos já os alinha à algumas narrativas.

A presumida igualdade de status dentro da esfera pública habermasiana – ainda que não seja igualdade de fato – coloca em xeque a instituição do opinador legítimo, as diferenças de classe já não garantiam a predominância nos debates, é esse ambiente que permite que a burguesia crie e verbalize um projeto político próprio. Da mesma forma, os debates em redes sociais têm criado um ambiente de “paridade”, em razão do formato das redes sociais digitais, que vai ser classificada como distribuída a partir do Diagrama de Paul Baran³⁵, a interconectividade permite que as pessoas estabeleçam relações e debates com um grupo muito maior de pessoas, inclusive com jornalistas, políticos e especialistas. A possibilidade de estabelecer esses diálogos gerou um clima de questionamento da legitimação prévia, qualquer que seja ela. Sousa (2013) coloca nestes termos: “Por razões tecnológicas, os grandes grupos veem que sua dominação não é mais a mesma de antes. Os latifundiários midiáticos enfrentam a reforma agrária dos dias de hoje, que é a reforma midiática” (RAMONET in MORAES, 2013, p. 89). Isto gerou um efeito duplo: abriu espaço para que se percebesse as mídias tradicionais como espaços que produziam discursos ideológicos, vocalizando os interesses de alguns grupos, e produzir uma reação de grupos subalternos, que ao produzir textos sobre si trouxe ao debate público suas próprias elaborações, demandas e projetos políticos (lembrando que as manifestações políticas inaugurais na internet vieram de grupos subalternos como dos revolucionários de Chiapas e das lutas altermundistas), mas também gerou um espaço muito fértil para a proliferação de *fake news*, onde a verdade é disputada em termos de popularidade

³⁵ O diagrama de Paul Baran está relacionado ao surgimento da internet e às possíveis dinâmicas das redes (não só virtuais). Ele será abordado no próximo capítulo.

Estas primeiras considerações sobre os conceitos de espaço e esfera pública e a sua relação com a atual forma de politização e movimentação social em rede vão ser ampliadas e revistas no próximo capítulo.

2. A WEB 2.0 E A POSSIBILIDADE DE UMA ESFERA PÚBLICA VIRTUAL

Se a internet se constituiu como um espaço que possibilita a construção de narrativas, identidades, projetos políticos, etc., por sujeitos e grupos diversos, isso se deve também à forma como as relações são organizadas em rede e de como essa estrutura cria relações de comunicação mais horizontalizadas e descentralizadas (CASTELLS, 2013). Além disso as redes podem funcionar como “pequenas publicações” (sejam pessoais, institucionais, empresariais, etc.), com custo baixo ou zero, e, com as redes sociais e outras plataformas (como Tumblr, blogs, Twitter, etc.), a publicação na internet pode se tornar amadora: ninguém precisa ter conhecimentos avançados em programação ou em comunicação, para criar seu próprio lugar na internet – o blog *Escreva Lola escreva* é um exemplo excelente dessa possibilidade já que ele se localiza numa plataforma criada para facilitar a publicação e a leitura, que possui um formato que, inspirado em diários, organiza-se pelas datas de publicação, sendo que as mais recentes aparecem no início da página. Além do advento das pequenas publicações e das mídias de uma pessoa só, a internet também gerou um ambiente de intensa troca e interação, de interconexão: ainda que ela seja mais claramente observada pela relação entre os sujeitos na web, o fato é que ela se aplica a textos, páginas, vídeos documentos, etc., através do hipertexto³⁶ (LÉVY, 2011) ou hiperlink³⁷. Assim, no espaço digital as coisas não existem de forma isolada, elas estão em constante relação.

Essas duas características ajudaram a estabelecer a internet como uma poderosa ferramenta de construção da opinião pública e de significados socialmente compartilhados, em que os atores envolvidos são múltiplos, variados e estão estabelecidos em lugares de poder bastante discrepantes. Existe um público que se manifesta e que se publiciza, debatendo em sociedade os temas de interesse público (ainda que não se restrinja a eles). A produção da opinião pública se retroalimenta. Assim, as questões que permeiam esse capítulo são, especialmente:

- é possível supor a existência de uma esfera pública estabelecida no espaço virtual?
- como a esfera pública virtual opera?
- quais relações ela estabelece com o modelo grego e o modelo burguês?

³⁶ São textos que agregam outros conjuntos de informação.

³⁷ São links (endereços virtuais) que conectam páginas virtuais à outras.

- qual a autonomia e possibilidades de agência dos sujeitos enunciantes em um ambiente em que se estabeleceu o monopólio de plataformas como Google e Facebook?

Esse texto não tem pretensões de fornecer respostas definitivas ou esgotar os temas abordados, mas de criar possíveis chaves de análise e traçar um panorama geral das produções discursivas em rede, e das condições que as geram, pensando especialmente as possibilidades do ativismo subalterno na *web 2.0*.

2.1. REDES DISTRIBUIDAS E A WEB 2.0

O germe do que hoje se conhece como internet surgiu em meados dos anos 1950, durante a guerra fria. O programa espacial soviético e a possibilidade uma guerra nuclear entre as duas potências antagônicas (URSS³⁸ e EUA³⁹) criou um clima de apreensão entre os militares estadunidenses já que todas as informações das agências de inteligência estavam alocados em alguns espaços centrais. A ARPA⁴⁰, um braço do Departamento de Defesa, começou a desenvolver pesquisas a fim de criar um sistema de informação que garantisse a sobrevivência dos dados caso houvesse algum ataque às suas centrais. Um sistema de comunicação desenvolvido por Paul Baran, no começo de 1960, baseada nas estruturas possíveis de redes, ocasionou um desenvolvimento significativo e permitiu a criação da primeira ancestral da internet, a ARPANET (cujo nome se relaciona à agência responsável), já no final desta década. A tecnologia utilizada procurava criar um sistema interligado de informações que permitisse que um de seus componentes fosse completamente retirado, ou destruído, sem afetar as informações guardadas. Esta tecnologia se inspira na assunção de que todas as sociedades se organizam em redes capilares de relações sociais; estas podem existir em pelo menos três configurações diferentes:

- centralizada, com um nó (pessoa ou grupo de pessoas) central que se conecta a outros nós, não conectados entre si;
- descentralizada, que possui vários nós principais interligando outros nós, estes não conectados entre si;

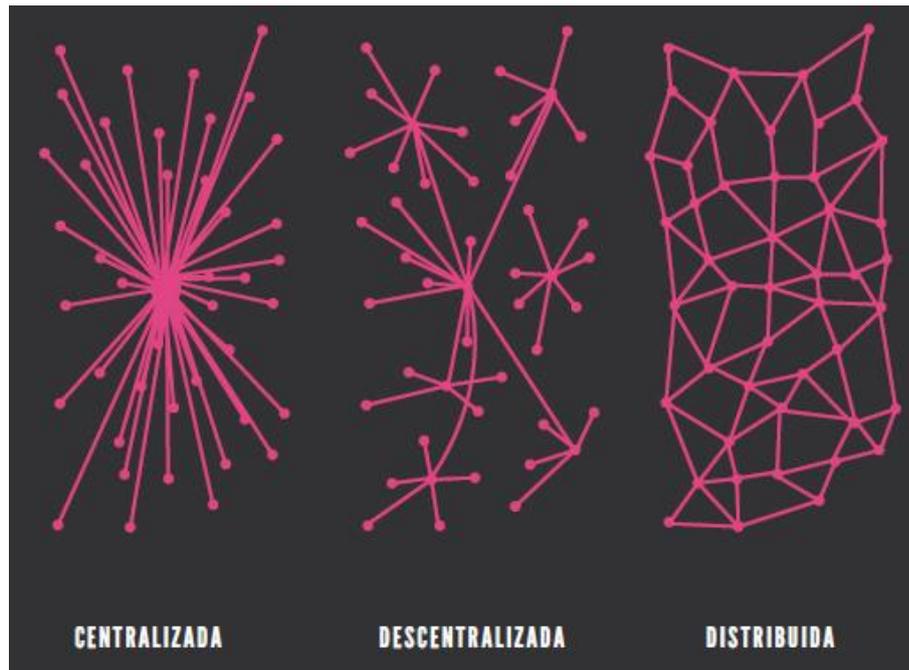
³⁸ União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

³⁹ Estados Unidos da América.

⁴⁰ Agência de Projetos de Pesquisa Avançada.

- distribuída, uma rede com poucos centros e em que os nós se conectam primariamente uns aos outros.

Sobre as redes descentralizadas, utilizadas para conectar computadores, Pierre Lévy diz: “O computador não é mais um centro, e sim um nó, um terminal, um componente da rede universal calculante [...]” (1999, p. 44). Estas três dinâmicas possíveis das redes são ilustradas, de forma muito didática, pelo Diagrama de Paul Baran:



Fonte: Fundação em Foco.

Assinala-se que em todas as imagens os nós, isto é, os pontos (que podem representar, pessoas, organizações, computadores, etc.) encontram-se nos mesmos lugares, o que muda são as formas de ligação entre eles. O diagrama é baseado nas organizações das pessoas em sociedades e suas redes de relacionamentos, assim, as redes sociais não nasceram com a internet, mas tomaram outra dimensão com o seu surgimento: “As redes sociais são uma manifestação social muito antiga e se referem a uma estrutura social formada por pessoas (ou organizações), ligadas por um tipo de relação e que compartilham de valores e objetivos comuns. Uma rede é aberta, elástica e capilar.” (UTSUNOMIYA, 2011, p. 2).

Pierre Lévy (1999) assume que existem três tipos de dispositivos comunicacionais que mediam as interações entre as pessoas: *um para um*, *um para todos* e *todos para todos*; estes dispositivos estabelecem as relações entre os sujeitos envolvidos no processo de comunicação, que podem ser recíprocas, ou não. Nos dispositivos classificados como *um para um*, as comunicações se estabelecem diretamente, enquanto os dispositivos *um para todos*

podem ser exemplificados pelos jornais de grande circulação, redes de televisão, serviços de streaming, etc., estabelecendo relações evidentemente mais verticalizadas. Já os dispositivos *todos para todos* são característicos de relações mais horizontalizadas, de comunicação direta.

Assim:

O ciberespaço torna disponível um dispositivo comunicacional original, já que ele permite que comunidades constituíam de forma progressiva e de maneira cooperativa um contexto comum (dispositivo todos/todos). Em uma conferência eletrônica, por exemplo, os participantes enviam mensagens que podem ser lidas por todos os outros membros da comunidade, e às quais cada um deles pode responder. Os mundos virtuais para diversos participante, os sistemas para ensino ou trabalho cooperativo, ou até mesmo, em uma escala gigante, a WWW, podem todos ser considerados sistemas de comunicação todos/todos. (LÉVY, 1999, p.65).

As possibilidades da ARPANET acabaram por chamar a atenção da comunidade científica que começou a utilizar-se dela, de forma que, eventualmente, os militares migraram para a MILNET. Durante os anos 1980 outras redes de computadores foram criadas, mas a ARPA-INTERNET continuava sendo o nó principal de comunicação; logo passou a se chamar INTERNET. É só a partir da década de 1990 que a internet deixa de ser uma rede ligada à inteligência estadunidense e programas universitários de pesquisa e passa a ser privatizada, assim, a internet, como a conhecemos hoje, nasce na primeira metade daquela década.

A internet surge centrada nas páginas, portais, serviços de e-mail, etc., e, ainda que, para os padrões atuais de comunicação em rede, possa ser caracterizada como pouco interativa, quando comparada à *web 2.0*, ela apresentava um avanço gigantesco de comunicação, inclusive interpessoal: no livro intitulado *Cibercultura* (1999), Pierre Lévy conta como, com a ajuda de buscadores digitais (antes da fundação do Google e o seu estabelecimento como monopólio de pesquisa *on-line*), conseguiu estabelecer contato com um antigo conhecido de sua esposa. O fato de que este relato pode parecer muito ultrapassado atualmente, evidencia o salto comunicacional que é a *web 2.0*: encontrar pessoas que fizeram parte de um passado distante já não causa estranhamento algum: as redes sociais e plataformas conectaram as pessoas de formas inauditas.

Algumas das grandes críticas ao ativismo digital vêm da assunção de que o virtual não é real e não produz efeitos na realidade, argumentação baseada na aparente falta de materialidade do virtual. Mas a imaterialidade virtual é ilusória, afinal todos os dados existem e estão registrados em espaços físicos, seja em computadores pessoais, HDs⁴¹, servidores

⁴¹ *Hard Disk*, em português: disco rígido. É um dispositivo eletrônico que armazena informações.

remotos, etc.; para além disso a linguagem e a comunicação social são reconhecidos socialmente como realidades mesmo quando não estejam ligadas à materialidade. Pierre Lévy (1999, 2011) pensa a virtualidade através de duas chaves importantes: como potencialidade e como um processo de desterritorialização. O virtual, antes de uma oposição, é uma potência do real, o verdadeiro contrário do virtual é o atual; assim, o atual é o virtual realizado, neste processo de realização do virtual ele se atualiza, já que sua virtualidade se torna outra. A virtualização, dentro da internet, significa a desterritorialização das informações, que não estão necessariamente presentes nos computadores pessoais, mas que existem ali em potencialidade: “É virtual toda entidade desterritorializada, capaz de gerar diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem contudo estar ela mesma presa a um lugar ou tempo em particular.” (LÉVY, 1999, p. 47). Também, Abdel-Moneim (2002) pensa as redes como um lugar de desterritorialização, já que a internet se caracteriza pela inexistência de um lugar físico, mas que se faz presente “o não lugar que é todo lugar”. O processo de virtualização permite o acesso à informações e também ações comunicativas remotas, de forma que se pode visitar um museu pela internet, ou criar comunidades de pessoas com interesses comuns (CASTELLS, 2013). A virtualização oferece, portanto, um potencial comunicacional social e educacional gigantesco, conectando pessoas e informações. Ainda que a virtualização represente possibilidades de agenciamento, de aprendizagem, de mobilização, etc., para as pessoas, para os grandes conglomerados de tecnologia essas possibilidades se alargam consideravelmente, considerando que o seu acesso à essas informações e suas possibilidades de ação são maiores:

[...] o conto de fadas do empoderamento, difundido pelo Vale do Silício, não passa disso: um conto de fadas. Ele oculta o fato de que a informação dita gratuita disponível no Google não é igualmente útil para um universitário desempregado ou para um fundo de hedge dissimulado com acesso a tecnologias avançadas que transformam dados em informações financeiras lucrativas. O mesmo vale para canais que dependem da nossa atenção, como o Twitter: eles não são igualmente úteis para uma pessoa comum, com cem seguidores, e uma empresa capitalista proeminente, seguida por um milhão de pessoas. Portanto, parece óbvio que a equalização do acesso aos serviços de comunicação não elimina nem reduz, sozinha, outros tipos de desigualdade (MOROZOV, 2018, p. 50-51).

Assume-se também que os processos comunicativos em rede são falseamentos ou estão inscritos em uma lógica de superficialidade. A humanidade produz tecnologia desde o início da sua existência e as tecnologias que criamos nos traspassam. A separação entre o natural, orgânico e o artificial, mecânico, não são claras, óbvias ou possíveis; os sujeitos são conjuntos mestiços, cruzados: ciborgues (HARAWAY, 2009). As tecnologias são parte da nossa

ontologia e permitem que o humano se expanda, se crie. As redes não constituem, portanto, um espaço não humano, ou menos humano. Elas são produto e parte constituinte do humano.

As redes distribuídas e a comunicação *todos para todos* permitem que a comunicação se realize de forma mais democrática e plural entre os sujeitos, e, a partir do processo de publicização e publicidade habermasianos (HABERMAS, 1984), se construa uma esfera pública virtual. Mas, assumir que as relações sociais se estabelecem nas redes de formas completamente descentralizadas ou horizontais é ingênuo: ainda existem relações de poder explícitas e implícitas, que condicionam, definem e até manipulam os discursos produzidos; a *web 2.0* não é um espaço neutro e os interesses econômicos e políticos envolvidos com vigilância, uso de dados pessoais dos internautas, produção de algoritmos, propaganda direcionada, etc., não são desprezíveis.

2.2. A ESFERA PÚBLICA VIRTUAL

As redes distribuídas são um elemento essencial para a troca de informação e opinião tão característica da esfera pública burguesa; no século XVIII elas apareceram na relação íntima entre a imprensa (que atua como agente de divulgação, interação e publicização) e o seu público. Agora, no início do século XXI, ela ressurgiu, como esfera pública virtual, com público ampliado, através principalmente das redes sociais e blogs:

As redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados – dos níveis locais aos mais globais, de diferentes tipos de organizações –, e possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores. Ainda que esse diálogo não esteja isento de conflitos, o encontro e o confronto das reivindicações e lutas referentes a diversos aspectos da cidadania vêm permitindo aos movimentos sociais passarem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural. (SCHERER-WARREN, 2006, p. 115-116).

A internet promove um ambiente muito parecido com o dos *salons* e cafés do momento pré-revolucionário francês, mas ampliando o seu alcance e o seu público, que não é mais estritamente burguês: existe uma presumida igualdade (que não é igualdade de fato); feedback recorrente e instantâneo; mídias populares, os usuários se tornam pequenas (ou, em alguns casos, grandes) mídias. Esse modo de compartilhamento de informações permite que pautas e opiniões que as mídias tradicionais propositalmente ignoraram atinjam o grande público. A forma de elaboração dos discursos e das interações produzidos pelos perfis das redes estabelecem uma relação de comunicação mais horizontal, onde os enunciadores deixam

de ser somente as grandes mídias tradicionais e se ampliam para o conjunto de relações sociais em rede dos sujeitos. O formato e conteúdo das postagens em redes sociais também são consideravelmente diferentes das matérias publicadas em jornais, revistas, redes de televisão, etc. No caso das redes sociais virtuais as publicações são movidas pelos interesses e afetos do enunciador, tem um tom mais claramente pessoal, engajado, emotivo, etc., são “pequenos manifestos”, relatos cotidianos, fotos, etc., e a interação com outros usuários das redes acontece sob esses mesmos parâmetros, que tornam a comunicação social mais espontânea e descentralizada: “Mas a capacidade da rede das redes (a Rede) é tal que uma parte considerável das comunicações que acontecem na rede é, em geral, espontânea, não organizada e diversificada em finalidade e adesão.” (CASTELLS, 2013, p. 439).

As possibilidades interativas são um processo central da formação da publicidade – isto é, opinião pública (HABERMAS,1984) – e são os processos comunicativos que permitem que as pessoas criem significados socialmente compartilhados, ainda assim Habermas considera que existem diferenças entre os enunciadores e a qualidade dos seus argumentos: para o autor é o nível da racionalização que permite que uma opinião ou argumento seja mais ou menos qualificada. A possibilidade de racionalização também é o fator que garantiria que as populações consigam emitir juízos baseados na qualidade argumentativa (LOSEKANN, 2009). De qualquer maneira, existe uma horizontalização e descentralização dos processos interativos sociais e os meios de comunicação social são uma das principais ferramentas de comunicação social e, nesse sentido, as principais mídias do século XX eram extremamente centralizadoras: a televisão, por exemplo, que se constitui como mídia central a partir da metade do século XX, não permite o estabelecimento de diálogos com o seu público. Os processos de descentramento atingem também os movimentos sociais, que passam a se organizar sem lideranças ou porta-vozes oficiais, “Em todos estes protestos e em muitos outros, cada um com as suas circunstâncias particulares, a ausência de lideranças ou de organizações centrais têm sido um denominador comum.”⁴² (SANCHO, 2018, p. 226). Isso ocorre especialmente com os movimentos subalternos nas suas expressões não institucionais, sobre isso Alvarez (2013) fala em “campos discursivos da ação”, já que eles não possuem as características tradicionais associadas aos movimentos sociais, mas apresentam uma forma de ação centrada na produção e disputa de discursos. A internet estabelece, especialmente a

⁴² “Em todas estas protestas y muchas otras, cada una con sus circunstancias particulares, la ausencia de liderazgos o de organizaciones centrales há sido um denominador común .”. Tradução nossa.

partir da *web 2.0*, a interação como compulsória, mas o pressuposto de que a internet promova um ambiente de rede totalmente descentralizado e horizontal não é verdadeiro e as relações de poder não desaparecem: alguns perfis são mais populares, tem mais visualizações do que outros, têm contatos com as mídias tradicionais, etc. Ainda que a popularidade de muitos perfis venha de uma construção comunicativa em rede (como é o caso, por exemplo, de Lola Aronovich), outros capitais sociais podem ser trazidos para o campo, como é o caso de celebridades. Assim:

Não são redes distribuídas onde todos os nós se conectam com todos, cumprindo o ideal de horizontalidade absoluta, mas marasmos de redes de *mundo pequeno* que seguem uma lei de potência onde alguns poucos nós têm muitas conexões (os chamados *hubs*), enquanto que a maioria tem poucos. Esta proporção inversa permanece relativamente constante, o que varia é a distribuição e combinação, que cresce ou aumenta de forma imprevista. As redes livres de escala são as únicas que podem crescer exponencialmente de forma auto-organizada, sem implodir e sem comando central. (SANCHO, 2018, p.226).⁴³

Para Hanna Arendt (2003) e Jürgen Habermas (1984) o espaço ou esfera pública só existe concomitantemente ao privado: eles mantêm relações de codependência. Arendt considera que o homem público precisa do espaço privado como um lugar de recolhimento e de intimidade, onde ele não está exposto ao julgamento dos outros homens; enquanto Habermas pensa que o privado existe como um “ensaio” do público, já que este ambiente separado permite a elaboração de discursos dissidentes, ilegais, etc. De qualquer forma, a ação discursiva na ágora e a publicização da opinião pública burguesa são dependentes do privado, que antecede o público. Já a esfera pública virtual não existe em paralelo à uma esfera privada virtual, ou privada em sentido amplo. As redes sociais estabeleceram a exposição da intimidade, que já se aplicava às celebridades no século XX. No filme *Playtime* (1967), o personagem Monsieur Hulot percebe, perturbado, o cotidiano – recheado de aparelhos tecnológicos – parisiense; quando o personagem visita um apartamento, cuja recepção e sala de estar são vitrines, os hábitos dos moradores e seus visitantes ficam completamente expostos, sem nenhum resguardo da privacidade. Ainda que o filme apresente uma visão um tanto tecnofóbica, que invariavelmente acompanha o

⁴³ “[...] no son redes distribuidas donde todos los nodos se conectan con todos, cumpliendo el ideal de horizontalidad absoluta, sino marasmos de redes de *mundo pequeño* que siguen una ley de potencia donde unos pocos nodos tienen muchas conexiones (los llamados *hubs*), mientras que la mayoría tienen pocas. Esta proporción inversa se mantiene relativamente constante, lo que varía es la distribución y combinación, que crece o aumenta de forma imprevista. Las redes libres de escala son las únicas que pueden crecer exponencialmente de forma autoorganizada, sin implosionar y sin comando central .”. Tradução nossa.

desenvolvimento tecnológico, ele torna explícito a transformação da intimidade em coisa pública, espetáculo. Mas a exposição consciente da privacidade é um problema muito menor do que coleta dos dados de navegação dos usuários pelas plataformas digitais, servidores, Estados, etc. (e para que isso ocorra os usuários não necessariamente precisam estar identificados), que são utilizados para monitorar a opinião pública⁴⁴ e os sujeitos, vender publicidade e vigilância para empresas e Estados, interferir nos processos de comunicação social, etc. Ainda que as pessoas possam tomar cuidados necessários para preservar sua intimidade dos seus contemporâneos, seus dados ainda são computados, guardados e analisados. Em termos sociais a privacidade não existe mais.

Na verdade, estamos sendo duplamente ludibriados: quando entregamos os nossos dados – que acabam no balanço dos ativos do Google – em troca de serviços relativamente triviais, e quando esses mesmos dados são utilizados para customizar e estruturar o nosso mundo de maneira pouco transparente e pouco desejável. (MOROZOV, 2018, p. 53).

O escândalo envolvendo a empresa Cambridge Analytica, que usou dados pessoais de 87 milhões de perfis do Facebook⁴⁵ para gerar campanhas publicitárias que influenciaram eleições pelo mundo – notoriamente a eleição do presidente estadunidense Donald Trump, representante da extrema direita liberal conservadora⁴⁶ –, demonstra como os meios de comunicação virtuais, ainda que permitam que os usuários atuem como pequenas mídias, ainda mantém um qualitativo manipulativo, que talvez tenha até mais precisão e eficácia nos seus efeitos. As implicações da vigilância são notórias e perigosas, de forma que podem gerar perseguições políticas e o abafamento de insurreições populares:

Todavia, quais seriam os limites de segurança e de proteção da privacidade na internet para a utilização das novas tecnologias de comunicação pelos movimentos sociais contemporâneos? A mesma população que encontrou nas plataformas de interação na web e nas mensagens de telefones móveis (SMS) mecanismos de organização, mobilização e fluxo de informações para os protestos da Primavera Árabe também foi surpreendida com violentos contra-ataques dos governos totalitários pelo mesmo canal. A rede foi amplamente utilizada como mecanismo de controle e vigilância sistemática, de massa e personalizada aos opositores políticos dos regimes do norte da África e Oriente Médio. (FÁTIMA, 2012, p. 4)

⁴⁴ A monitoração da opinião pública pode ser feita também através da análise de publicações em redes sociais, sem que se viole a privacidade dos usuários. O LABIC (Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura) realiza estudos a partir deste tipo de monitoramento. O site do LABIC está localizado no endereço virtual: <<https://www.labic.net/>>. Acesso em 20/07/2019.

⁴⁵ Disponível em: <<https://www.theguardian.com/us-news/2015/dec/11/senator-ted-cruz-president-campaign-facebook-user-data>>. Acesso em 20/07/2019.

⁴⁶ Disponível em: <<https://www.theguardian.com/uk-news/2018/mar/23/leaked-cambridge-analyticas-blueprint-for-trump-victory>>. Acesso em 20/07/2019.

As ações públicas das plataformas também revelam um ideário político que favorece discursos ocidentais. O Twitter – rede social célebre por ter sido utilizada como ferramenta midiática de cobertura popular e agenciamentos de protestos durante a Primavera Árabe, Jornadas de Junho, etc. – recentemente se pronunciou contra a utilização da rede pelo Estado Chinês, retirando do ar quase um milhão de contas⁴⁷, dizendo: “Elas tentavam deliberadamente e especificamente semear discórdia política em Hong Kong”. Esse tipo de intervenção na produção de conteúdo e na proliferação de perfis é algo que se pede do Twitter, e de outras redes e plataformas, há muito tempo, a fim de conter o crescimento de neofascismos, de supremacia branca e outros discursos de ódio. A rede ainda não criou mecanismos ou algoritmos capazes de detê-los, mas não por questões de impossibilidade técnica e sim por convicções ideológicas: a plataforma já consegue reconhecer e banir perfis que fazem propaganda do Estado Islâmico (ainda que a custo de alguns perfis árabes inocentes). Mas, para banir conteúdos e perfis ligados a movimentos de supremacia branca alguns políticos republicanos, que publicam conteúdo racista ou replicam *tweets* de brancos supremacistas, poderiam ter suas contas suspensas, o que não era considerado aceitável⁴⁸. Controlar o uso de *bots* para alavancar campanhas políticas ou influenciar a opinião pública também não tem sido prioritário para a rede social: recentemente o ministro da Justiça do governo Bolsonaro, Sergio Moro, envolvido em escândalos que questionam a sua imparcialidade enquanto juiz da Lava Jato, recebeu menções de apoio no Twitter, sendo que em torno de 220.000 foram provavelmente feitas usando robôs⁴⁹. O que fica latente é que, além dos interesses que movem a plataforma, as políticas da rede variam de acordo com a localização geográfica, política, econômica e étnica dos países e dos sujeitos.

A propagação de *fake news* também não tem tido um combate eficaz das redes sociais, ainda que elas interfiram na formação da opinião pública, gerem um ambiente de constante paranoia e tenham beneficiado setores políticos envolvidos com discursos fascistas. Além da falta de políticas restritivas, os algoritmos favorecem a propagação das notícias falsas, já que em geral elas contêm conteúdo sensacionalista, que geram indignação e produzem

⁴⁷ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/08/facebook-e-twitter-anunciam-remocao-de-contas-manipuladoras-ligadas-ao-governo-chines.shtml>>. Acesso em 20/08/2019.

⁴⁸ Disponível em: <<https://www.yahoo.com/entertainment/twitter-won-t-autoban-neo-193850606.html>>. Acesso em 15/07/2019.

⁴⁹ Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/sergio-moro-popular-ate-no-orientes-medio/>>. Acesso em 17/07/2019.

considerável engajamento (através de comentários e compartilhamentos), e por isso acabam viralizando mais facilmente, “[...] verdade é qualquer coisa que atraia muitos olhares.” (MOROZOV, 2018, p. 186). Ainda que existam alguns serviços de checagem de notícias online – como *G1 fato ou fake*⁵⁰ e *Aos fatos*⁵¹ – depois que a notícia falsa se espalha não é mais possível controlá-la, os seus conteúdos mobilizam mais afetos que as notícias reais:

O problema não são as fake news, e sim a velocidade e a facilidade de sua disseminação, e isso acontece principalmente porque o capitalismo digital de hoje faz com que seja altamente rentável – veja o Google e o Facebook – produzir e compartilhar narrativas falsas que atraem cliques. (MOROZOV, 2018, p. 184).

A mobilização de afetos é outra característica da esfera pública virtual que difere da construção conceitual de esfera pública burguesa de Jürgen Habermas (1984), já que para este a construção da opinião pública é um processo racional de debate e julgamento dos argumentos construídos; assim o consenso da opinião pública passa a existir depois de uma seleção argumentativa. Nas redes virtuais os conteúdos publicados viralizam de acordo com o nível de interação e engajamento, que são obtidos especialmente através da mobilização emocional⁵². Conforme Castells (2013) os afetos mobilizados nas redes podem ser negativos ou positivos:

Segundo a teoria da inteligência afetiva, as emoções mais relevantes para a mobilização sociais e o comportamento político são o medo (um afeto negativo) e o entusiasmo (um afeto positivo). Afetos positivos e negativos ligam-se a dois sistemas motivacionais básicos resultantes da evolução humana: aproximação e evitação. (CASTELLS 2013, p. 18).

Afetos positivos e negativos trabalham juntos na construção de comportamentos que reiteram discursos. Assim, quando se juntam os afetos negativos (como raiva, indignação e medo) com afetos positivos (como empatia e esperança, especialmente nos casos em que a esperança se solidifica em um projeto de futuro) as mobilizações se tornam muito poderosas. Este movimento pode ser observado tanto na construção dos movimentos feministas de rede quanto no bolsonarismo, por exemplo: ambos constroem bases envolvidas com projetos políticos (evocando emoções positivas) e com relatos de indignação (movendo emoções negativas).

⁵⁰ Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/>>. Acesso em 20/07/2019.

⁵¹ Disponível em: <<https://aosfatos.org/>>. Acesso em 20/07/2019.

⁵² O capítulo 5 desta dissertação, chamado *Experiências de militância e ativismo na esfera pública virtual*, tratará melhor dos agenciamentos afetivos.

2.3. A BIG TECH VEM MONTADA NO NEOLIBERALISMO

Desde os anos 1970 o neoliberalismo vem se tornando a política econômica majoritária globalmente e, com suas políticas de austeridade, tem aberto para a especulação financeira e para o mercado setores essenciais da vida comum, como serviços de transporte, informação, comunicação, educação, produção cultural, entretenimento, etc. As empresas de tecnologia do Vale do Silício, chamadas por Evgeny Morozov de Big Tech, vem oferecendo serviços nestas e em outras áreas, propagandeando a lógica neoliberal de que o mercado pode proporcionar serviços de maior qualidade por preços menores (MOROZOV, 2018). E, no caso da Big Tech, muitos dos serviços oferecidos são gratuitos. As empresas como Uber e Airbnb oferecem, além de preços baixos para consumidores, a possibilidade de incrementar a renda de pessoas em estado de precarização, mas efetivamente se trata de uma relação empregatícia informal, em que os custos sociais e de produção recaem sobre os trabalhadores. Para além disso, essas empresas coletam dados dos usuários, das residências, das estradas, do fluxo do trânsito, etc., criando uma base de informações sobre as pessoas, as cidades, etc. Uma das maiores empresas da internet, o Google oferece uma miríade de serviços gratuitos: Google Maps⁵³, Google Earth⁵⁴, Pesquisa Google⁵⁵, Hangouts⁵⁶, Youtube, Google Drive⁵⁷, Gmail⁵⁸, Android⁵⁹, Chrome⁶⁰, Google Agenda⁶¹, etc., de forma que, além de ocupar um espaço deixado pelo Estado de bem estar social, onde ele existiu, o Google controla monopólios digitais de informação, cultura, comunicação, localização, etc. O custo social desses serviços é alto: a perda da privacidade e do espaço privado, a manipulação midiática – realizada através de publicidade dirigida, algoritmos, *bots* –, o mapeamento do planeta e a vigilância.

Em outras palavras, a ascensão da Big Tech não é vista como sintoma da crise econômica mundial, do enfraquecimento das leis antimonopolistas ou da

⁵³ Serviço de mapas, localização, rotas, etc.

⁵⁴ Programa de representação 3D da superfície terrestre, baseado em imagens obtidas por satélites.

⁵⁵ O serviço de pesquisa da empresa, é sua ferramenta principal e mais conhecida.

⁵⁶ Plataforma de comunicação virtual, que pode ser feita através de mensagens, vídeos, etc.

⁵⁷ Serviço de armazenamento de arquivos em data centers remotos.

⁵⁸ Serviço de e-mail.

⁵⁹ Software de celulares, tablets, etc.

⁶⁰ Navegador de internet.

⁶¹ Agenda digital.

privatização do bem-estar e outras funções do Estado. Em vez disso, ela aparece principalmente como uma solução para todos esses problemas – e, na mais ambiciosa dessas visões, como garantia de que um novo compromisso político e econômico – uma espécie de New Deal – seja firmado. (MOROZOV, 2018, p. 144).

Atualmente o Senado Federal e a Câmara dos deputados brasileiros, nas suas consultas públicas, exigem *login*⁶², que pode ser feito através de um cadastro na página ou de duas grandes plataformas: Facebook e Google. Já o governo nigeriano e a empresa Mastercard⁶³ se tornaram parceiros para criar um cartão de identificação que também funcione como cartão de débito (MOROZOV, 2018). Para além de transporte, seguridade social e informação, etc., a própria cidadania se torna um bem a ser negociado no e pelo mercado.

Em grande escala, o dever do ciberespaço é também uma disputa de projetos e interesses em luta. Para alguns, seus inventores e primeiros promotores, a rede é um espaço livre de comunicação interativa e comunitária, um instrumento mundial de inteligência coletiva. Para outros, como Bill Gates, presidente da Microsoft, o ciberespaço deve tornar-se um imenso mercado planetário e transparente de bens e serviços. (LÉVY, 1999, p. 204-205).

Morozov entende (2018) que enquanto os Estados, que se encolhiam, não criaram modelos equivalentes de ferramentas de tecnologia, permitiram que uma simbiose entre o Vale do Silício e o neoliberalismo se instaurasse. Enquanto o autor espera que o Estado, através de regulação e desenvolvimento tecnológico, assuma o controle sobre esses setores, ele parece esquecer que também existe uma ligação estreita entre Estados, e/ou setores políticos, e a Big Tech (FÁTIMA, 2012); para além disso um dos maiores escândalos de vigilância virtual foi protagonizado pela inteligência estadunidense – NSA⁶⁴ e CIA⁶⁵ –, escândalo este que chegou ao conhecimento público graças aos vazamentos publicados por Edward Snowden. De qualquer maneira, o autor defende que é preciso que o campo político da esquerda se mobilize a fim de conter os danos que os monopólios das comunicações em rede representam:

A esquerda, que nunca se distinguiu por narrativas empolgantes de cunho tecnológico, não tem nada parecido a oferecer. Pior ainda, jamais vai propor algo assim se não reescrever a história da internet – o âmbito intelectual do Vale do Silício – como uma história do capitalismo e do imperialismo neoliberais. (MOROZOV, 2018, p. 20-21).

⁶² Em português: entrar, registrar. Realizar logins significa entrar com um perfil reconhecido pela plataforma, site, etc.

⁶³ Empresa de pagamentos, uma bandeira de cartões de crédito e débito.

⁶⁴ National Security Agency (Agência Nacional de Segurança).

⁶⁵ Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência).

Hans Magnus Enzensberger (2003) também afirma que a Nova Esquerda falhou em apresentar teorias das comunicações de massa que superassem a tese da manipulação, e que esta tese não tem nenhum papel propositivo. O próprio tratamento do conceito de manipulação se dá de maneira essencialista, já que parece assumir que existe uma verdade não manipulada; para o autor não existe uso possível das mídias que não passe pela manipulação já que ela é qualquer “[...] intervenção técnica dum determinado material com um fim específico.” (ENZENSBERGER, 2003, p.35). A proposta de Enzensberger é que o campo da esquerda perceba que existe um potencial revolucionário nas comunicações de massa que passa pela democratização dos enunciadores possíveis, pela polifonia: não se trata de acabar com as manipulações midiáticas, mas de permitir que todos se tornem manipuladores. Um modelo social de auto comunicação – especialmente com o advento das mídias interativas, que permitem comunicação entre receptores e emissores –, para além de promover a participação de todos os sujeitos dos processos sociais comunicativos e de aprendizagem, pode permitir a construção de novos horizontes e projetos políticos:

Além de sua função primordial, redes de comunicação que são montadas para tais fins podem fornecer modelos organizacionais politicamente interessantes. Nos movimentos socialistas, há muito a discussão dialética sobre disciplina/espontaneidade, centralização/descentralização, condução autoritária/desintegração antiautoritária chegou a um ponto morto. Pistas para a superação desse estado de coisas poderiam ser fornecidas por modelos de comunicação em rede, construídos a partir do princípio de reciprocidade: um jornal de massas escrito e distribuído por seus leitores, uma rede de vídeo de grupos de trabalho político, etc. (ENZENSBERGER, 2003, p. 57).

A esfera pública virtual, ainda que controlada por grandes conglomerados, permanece como um espaço potencial de resistência de grupos subalternos e discursos contra hegemônicos. Neste sentido, Abdel-Moneim (2002) trata da oposição entre os modelos possíveis para a internet: o modelo *net* (“rede”, traduzido do inglês) que é horizontal, e livre; e o modelo *highway* (centralizado e controlado por grandes empresas de *software*), de forma que a internet, como um lugar que não é livre das contradições inerentes aos processos sociais e políticos, é palco de um movimento duplo, a saber: a ampliação dos sujeitos produtores de discursos (e a disputa de significados decorrente disso) e um monopólio informacional inaudito.

As disputas por significados sociais são perenes, e as possibilidades de produção discursiva e enunciação que a internet e as redes sociais permitiram aos movimentos sociais, como no caso do feminismo, têm permitido que eles cresçam e pautem debates públicos,

ainda que não tenham estabelecido hegemonia discursiva e tenham perdido terreno nos últimos anos. Continua inegável que, se as questões de mulheres, pessoas racializadas, comunidade LGBTI+, levantam grandes mobilizações, simpatizantes e contrárias, essas pautas foram trazidas ao debate público através do estabelecimento de novos sujeitos enunciantes e da publicização constante destes na esfera pública virtual.

3. FEMINISMOS E AGENCIAMENTOS POLÍTICOS DIGITAIS DE GÊNERO

Em 2003 a pesquisadora Céli Regina Jardim Pinto perguntou se o feminismo acabou: no começo do milênio as perspectivas do feminismo eram incertas e parecia que o movimento havia se esgotado.

A virada do século tem sido marcada por uma pergunta que também acompanhou a maior parte da década de 1990: o feminismo acabou? A pergunta faz sentido, tanto pelo esmaecimento do movimento como tal quanto pelo aparecimento, com mais ou menos força, de manifestações antifeministas ou pós-feministas, como algumas se definem. Não resta dúvida de que o feminismo tal como existiu nas décadas de 1970 e 1980 – como grupos de reflexão, associações fortes, manifestações públicas – tem atualmente muita pouca expressão, tanto no Brasil como na Europa e nos Estados Unidos. Entretanto parece bastante equivocado simplesmente decretar o fim do feminismo. (PINTO, 2003. p. 91).

Como um cenário que inspira tanta descrença desemboca numa nova revolução feminista, grande o suficiente para receber a alcunha de “A primavera das mulheres”⁶⁶ apenas uma década depois? Para compreender como isso aconteceu (um processo que ainda está em curso e que não está livre de contradições e/ou reações antagônicas), mobilizamos os conceitos de “espaço público” de Hannah Arendt (2014) e “esfera pública burguesa” de Habermas (1984) a fim de analisar as formas como a *web 2.0* tem alavancado discursos subalternos e permitido formas de mobilização social que são, cada vez mais, horizontais, descentralizadas e não institucionais. Ainda assim, existem mobilizações online centralizadoras que se valem dessa estrutura horizontal de compartilhamento como forma de distribuição de conteúdo. Em geral elas são feitas por empresas privadas que prestam serviços à figuras políticas ou empresários e que se beneficiam da estrutura das redes⁶⁷, já que as plataformas das redes sociais constituem grandes monopólios planetários (MOROZOV, 2018), como já visto no capítulo anterior, cujo poder midiático é dificilmente equiparado por outros meios de comunicação.

A internet mudou as formas como as pessoas se relacionam entre si, consomem, produzem e compartilham conteúdos, e como, através das ferramentas disponíveis para tal, constroem a sua perspectiva da realidade (apesar desses agenciamentos serem, em grande

⁶⁶ Essa denominação foi usada na reportagem de capa da Revista Época em novembro de 2015, desde então é comumente usada nas mídias brasileiras. Reportagem disponível em: <<https://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/primavera-das-mulheres.html>>. Acesso em 04/12/2018.

⁶⁷ Um exemplo do uso das redes por políticos pode ser encontrado em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>>. Acesso em 06/01/2019.

escala, individuais, contribuem para a construção de códigos, narrativas e significados compartilhados por grupos sociais específicos, tendo, portanto, impacto social significativo); nas duas primeiras décadas do século XXI, o uso massivo das redes sociais e blogs causou um verdadeiro *boom* desta nova forma de auto comunicação social. O “ativismo de sofá”, isso é que não se materializa necessariamente em manifestações de rua, surgiu e tem demonstrado não ser um fenômeno efêmero ou inócuo. Longe disso. Na realidade, as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) têm provado ser um meio eficaz de organização e integração dos movimentos sociais (quaisquer que sejam as orientações políticas destes grupos). Manifesta-se a possibilidade da emergência de uma nova esfera pública, de uma nova publicidade nos termos habermasianos: “O sujeito dessa esfera pública é o público enquanto portador da opinião pública; à sua função crítica é que se refere a publicidade [...]” (HABERMAS, 1984, p. 14). Neste sentido é importante argumentar que, se essa esfera pública virtual é realmente possível, ela não é imune às manipulações centralizadoras (e os processos histórico-sociais não são lineares, homogêneos e contínuos).

Enquanto nas mídias tradicionais permanece o modelo de uma linha editorial fechada, de tendência claramente manipulativa (HABERMAS, 1984), surgem na internet mídias alternativas dando espaço e possibilidade de enunciação às pautas que até então permaneciam circunscritas aos seus nichos de origem e circunvizinhos (ANTOUN; MALINI, 2010). Através de blog, Twitter, Facebook, Tumblr, Youtube, podcasts, cada pessoa pode fazer reverberar suas convicções políticas, se tornando, ela mesma, uma mídia:

A sociedade em rede, através da comunicação mediada pelo computador e das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (novas TIC'S) como os computadores pessoais, os *smartphones* e *tablets*, juntamente com os sites de relacionamento e de trocas de mensagens como Orkut, Facebook, Flickr e Twitter possibilitou uma explosão de “redes sociais” conectadas através da internet onde os “nós” de uma rede podem estar interligados a dezenas, centenas, milhares e até milhões de outros nós, possibilitando uma comunicação em rede real, quase como uma comunicação *mass media*, mas disponibilizada por uma pessoa apenas. (UTSUNOMIYA; REIS, 2011, p. 3).

O feminismo compõe-se de uma miríade de pessoas e grupos sociais distintos e diversos, que podem se organizar ou não em movimentos sociais institucionais, acadêmicos, ativistas, entre outros. Para fins de definir o feminismo neste trabalho, falaremos em *movimentos feministas*. O uso do plural não é acidental: existem várias ramificações e tendências diversas, e por vezes conflitantes, dentro do feminismo (ALVAREZ, 2014), entendendo que existem disputas discursivas sobre a hegemonia de determinar o que

constituí um movimento feminista e o feminismo; assim assume-se neste trabalho como movimentos e mulheres feministas todos aquelas/es que assim se identifiquem.

Os movimentos feministas tornaram-se um ótimo exemplo de como as redes sociais democratizaram tanto o acesso às fontes de informação e opinião, como também à criação desse conteúdo. Nos blogs e redes sociais, além da possibilidade de que qualquer pessoa com acesso à internet possa ler e publicar textos, a seção de comentários permite a interação entre autor/leitor e leitor/leitor (em alguns casos entre autor/autor), promovendo o debate público; esse debate não é sempre guiado por argumentação racional, como pressupõe Habermas (1984), mas, e talvez principalmente, por afetos, como aponta Castells (2013), tema já foi tratado no capítulo anterior. A multiplicidade de opiniões expressas nos ambientes virtuais atende ao princípio de “pluralidade” de Hannah Arendt, que, para a autora, é condição essencial da ação política e do espaço público (ARENDR, 2014). Nos casos em que não existe a possibilidade de debate na publicação original do conteúdo (porque o autor ou a ferramenta utilizada não permite comentários), é possível compartilhá-lo através do seu *link*, e esse compartilhamento pode ser acompanhado de comentários sobre o original (com posicionamentos que transitem entre a concordância total, parcial, discordância, indignação, etc.); em alguns casos a repercussão da publicação secundária chega a ultrapassar a popularidade do conteúdo primário.

Para pensar os movimentos feministas para além da ação política organizada, institucional e/ou direta, que limitaria consideravelmente o escopo desta pesquisa, já que os feminismos em rede são bastante caracterizados por formulações e disputas discursivas, nem sempre dando origem a movimentos sociais institucionais, de rua, ONGs, etc., parte-se do princípio que os feminismos, como movimentos sociais, constituem-se também como campos discursivos de ação (ALVAREZ, 2014), sendo que estes campos discursivos também são palcos de disputas entre sujeitos e correntes autoproclamados feministas. Como esta dissertação tem como objeto de pesquisa as produções e disputas discursivas feministas estabelecidas na esfera pública virtual, pensar os feminismos a partir do conceito de campos discursivos de ação se faz muito útil, e permite pensar a “militância de sofá” como uma forma de ação política, que disputa significados e tenta construir opinião pública (publicidade).

Os movimentos feministas se beneficiaram imensamente deste ambiente fértil: permitindo que as pessoas escrevam e publiquem conteúdos com que se identifiquem, a internet proporcionou o surgimento de meios de comunicação populares feministas: estas

“imprensas” têm diferentes níveis de alcance (com conteúdo produzido e/ou curado por um grupo de pessoas ou por uma pessoa só, amadora ou profissionalmente) e os perfis pessoais podem ser considerados pequenas, ou mesmo médias e grandes, mídias de uma pessoa só.

Nesse sentido, a internet pode ser vista como uma forma de aproximação entre um grande número de pessoas – de diferentes classes sociais, origem étnico-raciais, escolaridade, faixa-etária, dentre outros – com a multiplicidade de debates sobre o feminismo. (FERREIRA, 2013, p. 36).

A forma de distribuição nas redes sociais é bastante eficaz porque faz com que o conteúdo chegue à toda rede de contatos do internauta, e não somente aqueles que já se identificavam com o movimento (em contrapartida, as mesmas redes sociais fazem uso de algoritmos que “selecionam conteúdos mais relevantes” para cada usuário a partir de seus hábitos de leituras e “curtidas” e permitem que se “silencie” determinados internautas e mídias; na prática isto é um limitador do alcance de distribuição e cria “bolhas” em que os usuários se isolam e evitam o encontro com a diversidade ideológica).

As mídias tradicionais vêm sentindo e reagindo a pressão das redes sociais. Para os grandes jornais, redes de TV, a reestruturação da esfera pública também significa uma reestruturação do seu público e da sua relação com ele: antes o telespectador se informava através do jornal e do “opinador legítimo”, o feedback era ocasional e raramente chegava ao conhecimento público (os jornais, revistas e redes de televisão tinham um enorme controle sobre a própria imagem e sobre o conteúdo produzido, concorrendo apenas com outras mídias). Atualmente uma grande parte do público se informa através de diversas fontes, podendo ter acesso a conteúdos claramente divergentes, o feedback é imediato, em massa e público e tanto o trabalho jornalístico quanto o “opinador legítimo” são questionados e refutados publicamente:

Aqueles cujo papel consistia em gerenciar limites e territórios estão ameaçados por uma comunicação descompartmentalizadora, transversal, multipolar. Os guardiões do bom gosto, os avalistas da qualidade, os intermediários obrigatórios, os porta-vozes veem suas posições ameaçadas pelo estabelecimento de relações cada vez mais diretas entre produtores e usuários de informação. (LÉVY, 1999, p. 235).

As reações tomadas pelas grandes mídias são diversas: desde abraçar as redes e suas multiplicidades de opiniões e sujeitos, até reagir negativamente a elas, requerendo, inutilmente, seu antigo monopólio. Independentemente da reação tomada, o feminismo se torna pauta obrigatória e saber dialogar com a opinião pública é uma ferramenta urgente para as mídias tradicionais que desejam se manter relevantes.

A crise midiática atual é gigantesca, os grandes veículos de comunicação entraram em descrédito, a princípio porque os conteúdos veiculados são ideológicos (lembrando que no Brasil os principais jornais, rádios, revistas e redes de televisão pertencem à algumas poucas famílias da elite nacional) o que levou aqueles com posturas ideológicas contrárias a criticar essas mídias publicamente; mais recentemente as mídias vem perdendo qualquer credibilidade, fomentado por grupos conservadores, e que percebem que um regime de pós-verdade e *fake news* poderia alavancar algumas carreiras políticas. Recentemente vários veículos midiáticos aplicaram *paywalls*⁶⁸ às suas matérias online o que pode ter ampliado as redes de desinformação (que se utilizaram principalmente do Facebook e Whatsapp).

Os movimentos sociais também têm sofrido uma alteração organizacional por conta da internet. Além da distribuição de conteúdo, há a hierarquia menos rígida (quando ainda relevante), e as manifestações, virtuais ou não, raramente podem ser rastreadas até uma pessoa só. Na maioria dos casos o que se vê é uma ação, ou reação, grupal, protagonizada por milhares de indivíduos e que atinge muitos mais. A forma como a esfera pública se organizou e trouxe o feminismo para o centro das discussões feitas em público é impressionante e pode revelar como se reconfiguram as formas de ação, organização e divulgação das lutas sociais.

Dois exemplos de como essa esfera colaborativa e de debate tem funcionado dentro de espaços feministas são: o blog *Escreva Lola Escreva* e a revista on-line *Capitolina*. No primeiro caso uma caixa de comentários ativa (e interativa) e a possibilidade de as/os leitoras/es enviarem e publicarem textos cria um espaço de discussão permanente e mesmo de reformulação de perspectivas (de autores e leitores). No segundo se vê uma iniciativa de várias mulheres de criar uma publicação feminista para público adolescente (que também é totalmente feminina e colaborativa), alternativa às mídias tradicionais. A revista também publicou um livro, intitulado "*Capitolina: o poder das garotas*".

Segundo Castells "A internet tem tido um índice de penetração mais veloz do que qualquer outro meio de comunicação da história" (CASTELLS, 1999, p. 439). É difícil mensurar o impacto social, econômico, ideológico, midiático, etc., da internet. As redes sociais, blogs, têm dado espaço de enunciação para alguns grupos subalternos, que foram historicamente silenciados, o que tem causado imenso desconforto e uma reação conservadora proporcional. "O mundo tá muito chato" é uma expressão que encontra eco nos grupos que se sentem

⁶⁸ Paywall é a restrição do conteúdo publicado, o acesso só é permitido através de pagamento.

incomodados com as disputas que identidades subalternas tem travado: a profusão de opiniões, comentários e críticas feitas por ativistas feministas, LGBTI+, negros, etc., não poupa ninguém e tem mexido com privilégios históricos e colocado em cheque identidades hegemônicas (as constantes afirmações de masculinidade tradicional em rede não deixam de ser uma resposta de alguns grupos que sentem sua identidade masculina heterossexual e seus privilégios ameaçados pelos grupos feministas e LGBTI+s). As redes sociais distribuídas têm sido fundamentais para a esfera pública contemporânea tanto quanto foram os jornais de crítica literária no século XVIII (HABERMAS, 1984); é através delas que temas como aborto, cultura do estupro, violência obstétrica, têm alcançado um grande número de pessoas e se tornando pautas de grande disputa. Esse novo papel midiático, exercido pelas pessoas comuns, tem tido reações contrárias por acabar com o “monopólio da opinião legítima”. Ao mesmo tempo grupos de extrema-direita tanto reagem à democratização dos enunciadores promovida pela internet como usam esse espaço para disputar a opinião pública, se valendo de *fake news*, e dos afetos do medo e da indignação para promover as suas pautas e gerar pânico entre a população (se multiplicam as postagens sobre “ditadura gay”, o “perigo comunista”, etc.).

As opiniões que até há pouco eram consideradas inquestionáveis precisam agora prestar contas à opinião pública, esta cada vez menos dependente dos grandes meios de comunicação, coisa impensável na era das mídias tradicionais e não interativas, onde o feedback era, como já dito, ocasional (CASTELLS, 1999). Infelizmente o questionamento, que por si poderia ser considerado uma forma saudável de lidar com os conteúdos produzidos pelas grandes mídias, se tornou uma forma de reelaborar o que faz parte da realidade, e essa reelaboração nem sempre se fundamenta na racionalização de pesquisas ou argumentos; boatos transmitidos pelas redes sociais acabam ganhando o estatuto de “verdade”, o que pode ser verificado pelo crescimento dos movimentos anti-vacina (que tem causado a volta de doenças até então erradicadas), terraplanistas, etc. Com a atual desconfiança da população perante as mídias tradicionais, surgiu um vazio que tem sido ocupado, em parte, por estas redes de boatos. A interação imperativa entre quem escreve e quem lê exigiria, para Habermas (1984), na emergência da esfera pública burguesa no século XVIII a argumentação do opinador, não sendo sustentada por uma legitimação social que a precederia, igualdade de status entre as partes argumentadoras de um debate se fazia presente e, quiçá, impositiva; para além disso, a qualidade argumentativa teria como critério o nível de racionalização que

a argumentação apresentaria (HABERMAS, 2003). O que se pode observar atualmente nos debates on-line é a prevalência de argumentos movidos por afetos, a indignação sendo talvez o mais poderoso; como já observava Castells (2013). Já, Hannah Arendt assume que a esfera pública grega estava fundamentada na interação entre “iguais” (aqueles que tinham status de cidadão, uma pequena parcela da população), porém a pluralidade do discurso é pautada na distinção das identidades individuais.

A importância da análise da reestruturação da esfera pública (que, num movimento dialógico, influencia e é influenciada pelas contradições presentes nos seus diferentes discursos) é de salutar importância para a compreensão das atuais práticas dos movimentos sociais, militâncias e ativismos em rede, e o feminismo surge como o suleador desta pesquisa por ser exemplar da esfera pública virtual e de como os movimentos se organizam dentro, e a partir, dela. Pesquisar a história das mulheres, e dos feminismos recentes, é, também, contribuir para a construção de uma visão mais abrangente do sujeito histórico (BURKE, 1992).

Essa forma de comunicação tem gerado inúmeras disputas no campo simbólico, discursivo, social e político por agentes com diferentes cosmovisões. O que se pode dizer, quem pode dizer, quais as subjetividades permitidas e/ou toleradas, quais são os modelos democráticos possíveis, entre outras coisas, são pautas que estão em jogo agora na esfera pública virtual, discutidas diariamente nas redes sociais e repercutindo nas câmaras legislativas. É preciso entender os termos desta disputa e, considerando que parte da crise política do início do século XXI está relacionada à crise institucional e à crise da democracia representativa, é preciso imaginar outras utopias possíveis, novos mundos desejados, novas formas de orientar e arranjar a ação política. É possível olhar para as atuais formas de organização dos movimentos sociais antissistêmicos subalternos na tentativa de perceber como eles contribuem para a construção de novos meios de ação da luta social e novas sociabilidades possíveis.

3.1. EXPRESSÕES DO FEMINISMO

Segundo Pinto (2003), o feminismo foi, durante muito tempo e com algumas exceções temporárias, um movimento social legitimado e alimentado nas instituições acadêmicas. Mesmo quando se propunham políticas inclusivas ou de proteção às mulheres

pobres, elas eram pensadas, deliberadas e defendidas por mulheres que pertenciam às elites econômicas e culturais, cujas lutas pessoais eram outras.

Desde suas primeiras manifestações no Brasil, ainda no fim do século XIX, o movimento feminista foi caracterizado por reunir mulheres intelectuais que se manifestavam por meio de jornais, palestras, romances e peças de teatro. A segunda fase do movimento, a partir da década de 1970, não foi diferente, tanto no Brasil como nos países europeus e nos Estados Unidos. Como já vimos, o movimento feminista não é um movimento popular, nem no sentido de classe nem no sentido de seu raio de ação. A chegada até as camadas populares ocorre ao longo de sua história como uma escolha política estratégica, e não como decorrência natural de seu desenvolvimento. De forma distinta, ocorreu com muita facilidade a aproximação do feminismo com o mundo da cultura erudita, mais especificamente com a universidade. (PINTO, 2003, p. 85).

Já Alvarez reforça que a narrativa de um feminismo único, branco e acadêmico é uma ficção, baseada em uma relação de poder na qual algumas mulheres têm mais espaço de vocalização que outras. Mas mulheres negras, provenientes dos movimentos negros, já se organizavam em movimentos feministas interseccionais desde os anos 1980, e, no mesmo período, um feminismo popular, ligado ao PT⁶⁹ e a sindicatos e movimentos sociais (como a CUT⁷⁰, o MST⁷¹, etc.), também se fazia presente: “Isto é, apesar de esta hegemonia discursiva ter delimitado estreitamente o que e quem compunha ‘o’ movimento feminista, o campo feminista contemporâneo no Brasil e em muito da América Latina de fato já nasceu plural e heterogêneo.” (ALVAREZ, 2014, p. 23). Sobre a relação de poder e silenciamento que se deu entre o feminismo branco e o feminismo negro, uma ativista negra e feminista diz: “[...] então nós éramos, na verdade, violadas pelos homens negros e pela mulher branca.” (ALVAREZ, 2014, p. 25). Reproduziu-se, assim, a subalternização das mulheres racializadas, que não encontraram lugar de enunciação, que foram excluídas da narrativa hegemônica e cujas lutas foram invisibilizadas (SPIVAK, 2010): se já era difícil para uma mulher branca pertencente às elites poder discursar na esfera pública ou publicar textos de sua autoria, e, talvez principalmente, ter um público que legitimasse essa participação, essa dificuldade aumentava exponencialmente para mulheres pobres, racializadas, etc., e que tinham acesso restrito à escolarização.

Tania Morin, no seu estudo sobre as mulheres das camadas populares na Revolução Francesa, demonstra sobejamente como se deu a sua participação nas mobilizações diante da crise de abastecimento de alimentos, nos embates com o parlamento pelo direito à participação e nos conflitos armados nas ruas. Entretanto, ficou registrado como nascedouro do movimento feminista, a Declaração dos Direitos da Mulher e

⁶⁹ Partido dos Trabalhadores.

⁷⁰ Central Única dos Trabalhadores

⁷¹ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

da Cidadã, publicada por Olympe de Gouges, que, por este feito, foi condenada à guilhotina pelos jacobinos em 1793. (SILVA, 2016 p. 27-28)

Angela Davis (2018), quando fala sobre o início do movimento feminista nos Estados Unidos da América, afirma que as mulheres brancas e de classe média, mesmo quando envolvidas com as lutas das mulheres operárias, com o movimento abolicionista e com as mulheres negras – considerando inclusive que o movimento sufragista feminino é uma consequência do ativismo destas mesmas mulheres brancas de classe média em favor do abolicionismo – , ignoravam as demandas destes grupos, considerando-as menores ou inválidas, usando as mulheres operárias e negras quando era estrategicamente eficiente mas silenciando-as quando eram consideradas inconvenientes. O célebre discurso “Não sou eu uma mulher?”, de Sojourner Truth, não só era uma resposta aos argumentos de que as mulheres eram fisicamente frágeis para votar, como também era uma afirmação de que o modelo de feminilidade moderno, que essencializava o feminino como pusilânime e doméstico – de forma que as mulheres negras e escravas não tinham o estatuto absoluto de mulheres, já que, trabalhando nas plantações de algodão, eram fortes e musculosas – era limitado e denunciava o racismo ligeiramente velado do movimento sufragista:

O discurso “Não sou eu uma mulher?” de Sojourner Truth, teve implicações ainda mais profundas, já que, ao que parece, também era uma resposta às atitudes racistas das mesmas mulheres brancas que posteriormente louvaram sua irmã negra. Não foram poucas as mulheres reunidas em Akron que inicialmente se opuseram às mulheres negras terem voz na convenção, e os opositores dos direitos das mulheres tentaram tirar vantagens desse racismo. [...] No segundo dia da convenção, quando Sojourner Truth se levantou para responder aos ataques dos supremacistas masculinos, as líderes brancas tentaram convencer [Francis Dana] Gage a impedi-la de falar. [...] Felizmente para as mulheres de Ohio, para o movimento das mulheres em geral – a quem o discurso de Sojourner Truth estabeleceu um espírito de luta militante – e para nós que, nos dias de hoje, ainda tiramos inspiração de suas palavras, Frances Dana Gage não sucumbiu à pressão racista de suas camaradas. (DAVIS, 2016, p. 72-73).

A reflexão feita por Virgínia Woolf (1985) novamente faz todo sentido: as mulheres, e especialmente as mulheres subalternizadas, precisam ter acesso às condições para escrever, falar, publicar, mas também precisam ser lidas e ouvidas. Ainda que esse espaço de enunciação se apresente ampliado na web 2.0, os códigos usados são hegemônicos – a língua franca da internet, por exemplo é o inglês – , o que significa que falar e ser ouvido ainda é um privilégio, e que às mulheres, nas posições mais subalternas, esse direito não é dado.

Ainda, Alvarez afirma que os feminismos hoje não são somente reconhecidos socialmente como plurais (em contraposição à narrativa descrita anteriormente) como

passam por um processo de descentralização discursiva: as mulheres negras, brancas, transexuais, pobres, têm se tornando elas mesmas polos de distribuição de conteúdo de caráter feminista; “[...] a hegemonia do campo hoje é indeterminada ou, no máximo, disputada. [...] Se a internet já era importante no campo feminista latino-americano desde meados dos anos 1990, as redes ou meios sociais hoje têm um papel de destaque, especialmente na popularização dos feminismos e na articulação destes campos incipientes e mais precarizados.” (ALVAREZ, 2014, p.43-45). Elas têm pensado, organizado e divulgado o feminismo a partir das próprias leituras, vivências e experiências, não prevalecendo mais um modelo essencialista em que a narrativa de algumas representantes do movimento se tornava universal; “Contudo, hoje vemos não só uma proliferação geométrica de atoras/es que se identificam com o campo feminista e nele disputam espaço e poder; também testemunhamos processos de descentramento no interior desses feminismos plurais.” (ALVAREZ, 2014, p.41). Entre a miríade de discursos feministas que emergem na esfera pública virtual esses grupos de mulheres diversas se encontram criando, descentralizadamente, identidades, narrativas e projetos políticos próprios: pipocam os blogs e postagens de feminismo negro, LGBTI+, transexual, para homens, liberal, etc. Não se trata só de “alcançar” outros sujeitos e de popularizar o feminismo, mas de um espaço e possibilidade de enunciação e ativismo que está sendo disputado dentro do feminismo.

Concomitantemente ao movimento da elaboração e publicização de discursos sobre si, existem ações que procuram dar visibilidade à produção textual, plástica, audiovisual, etc., feminina. No ano de 2014, a crítica literária Joanna Walsh, criou o projeto *#readwomen2014*⁷²: a ação começou no Twitter, com Joanna publicando *Cartes de Voeux*⁷³ com nomes de escritoras, a fim de incentivar sua rede de amigos a ler mais mulheres, os “cartões virtuais” continham o nome de 250 autoras. As motivações de Walsh passaram por saber que, ainda que mulheres leiam mais do que homens e de que a publicação de autoras é considerável e comparável a destes, mulheres são muito menos lidas e traduzidas:

É uma verdade universalmente conhecida [...] que, ainda que mulheres leiam mais livros que homens, e autoras são publicadas em números comparáveis, elas são mais facilmente ignoradas: têm uma presença menor em revistas literárias, como críticas

⁷² Em português o equivalente é *#leiamulheres2014*.

⁷³ São cartões de Ano Novo, tradicionais na França, podem ser traduzidos literalmente como Cartões de votos, cuja ambiguidade se expressa na palavra “voeux” (votos) que pode significar o desejo de coisas boas e/ou compromisso.

e como avaliadas, elas também contam com menos traduções literárias. (BERFROIS, 2014).⁷⁴

A ação #readwomen2014 inspirou um projeto brasileiro, chamado *Leia Mulheres*⁷⁵, criado em 2015, que reúne vários clubes de leitura, espalhados pelo Brasil.

Esses projetos são resultado de uma percepção das estruturas patriarcais que elaboram um cânone literário majoritariamente masculino, que tratam livros escritos por mulheres como “delicados” (BERFROIS, 2014) e cuja publicidade favorece autores homens, e da dinâmica de interação em redes que permitiu a viralização do movimento. É muito interessante perceber como #readwomen2014 serve como símbolo do fechamento de um ciclo de produção discursiva feminina, em que as mulheres não só têm espaço de vocalização, mas também são intencionalmente ouvidas e lidas. Essa movimentação no campo feminista vai se ampliar para outras formas de mídia, inclusive digitais. Com o atual *boom* de podcasts, publicações que fazem publicidade de podcasts femininos e feministas⁷⁶, incentivando o seu público a conhecê-los é significativa⁷⁷, de forma que, entre as diferentes formas em que os conteúdos on-line se apresentam, as iniciativas feministas de valorizar o trabalho de mulheres é recorrente.

3.2. FEMINISMO PARA QUEM?

O feminismo liberal, assim como a pluralidade de feminismos existentes, tem estado presente na esfera pública virtual. Mas para além da presença, ele também se beneficia da atual forma de organização e monetarização das redes: plataformas monopolistas e venda de dados de navegação (MOROZOV, 2019). Ele tem ganhado espaço especialmente devido à profissionalização dos produtores de conteúdo e à popularização de influenciadores (que se tornam veículos de propaganda publicitária). Ainda que muitas das feministas blogueiras,

⁷⁴ “It’s a truth universally acknowledged [...] that, though women read more books than men, and female authors are published in comparable numbers, they are more easily overlooked: a smaller presence in literary journals both as reviewers, and the reviewed, they also account for fewer literary translations.”. Tradução nossa. O primeiro trecho faz referência à abertura do livro *Orgulho e Preconceito (Pride and Prejudice)*, cuja autora é Jane Austen.

⁷⁵ Localizado no endereço virtual: <<https://leiamulheres.com.br/>>. Acesso em: 21/06/2019.

⁷⁶ Um dos mais populares é Mamilos, localizado no endereço virtual: <<https://www.b9.com.br/autor/mamilos/>>. Acesso em 21/06/2019.

⁷⁷ Exemplos podem ser encontrados em: <<https://www.buzzfeed.com/br/gaiapassarelli/podcasts-feitos-por-mulheres>>, <<https://medium.com/despautada/9-podcasts-massa-comandados-por-mulheres-cbcb833b7e41>> e <<http://ouvindopodcast.com.br/blog/7-podcasts-produzidos-por-mulheres/>>. Acesso em 21/06/2019.

youtubers, instagramers, etc., não se identifiquem explicitamente com o feminismo liberal – e mesmo entre aquelas que se percebem como parte de um movimento social de esquerda – as suas práticas em rede associam o feminismo ao consumo: de maquiagens, roupas, produtos de higiene, cuidados com a pele, etc. A marca Riachuelo – que já produziu produtos alinhados às causas feministas, como camisetas com a inscrição “meu corpo, minhas regras” ou “Girl Power⁷⁸” – cujo dono saiu em apoio do candidato Jair Bolsonaro⁷⁹, notório opositor dos movimentos feministas subalternos, patrocinou vários youtubers, muitos alinhados às causas feministas e LGBTI+, como é o caso de Carol Moreira. A criadora, que usa o Instagram como forma complementar de criação de conteúdos – e de produção publicitária – publicou a seguinte foto no seu Instagram⁸⁰:



Fonte: Instagram.

É interessante notar que as propagandas, “parcerias”, convites e presentes também se adaptam às plataformas: as propagandas de marcas de vestuário acabam patrocinando mais publicações em plataformas cujo ponto central é a fotografia, por exemplo; e que, para além de reforçar uma lógica de consumo, elas fortalecem e geram rendimentos para grupos antagônicos aqueles aos quais produtores de conteúdo se relacionam.

A youtuber Mirian Castro, colega e amiga de Carol Moreira, já que ambas produzem muitos vídeos juntas, no que é popularmente conhecido como *colab*⁸¹, e também são *hosts*⁸²

⁷⁸ Em português “Poder das Garotas”.

⁷⁹ Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/empresarios-liderados-por-dono-da-riachuelo-resolvem-ir-as-ruas-por-bolsonaro/>>. Acesso em 13/09/2019.

⁸⁰ Localizado no endereço virtual: <<https://www.instagram.com/carolmoreira3/>>. Acesso em 13/09/2019.

⁸¹ De colaboração. Quando dois ou mais canais de Youtube produzem vídeos juntos.

⁸² Em português “anfitrião”. São os apresentadores de podcasts, que, em muitos casos, contam com um formato que inclui convidados.

de um podcast chamado *Hodor Cavallo*⁸³ também publicou conteúdos publicitários da marca Riachuelo no seu Instagram⁸⁴, sendo criticada por seus seguidores. Um deles comenta: “Propaganda pra Riachuelo é complicado...”:



Fonte: Instagram.

Esse tipo de produção profissional, característica do Youtube, requer investimentos de tempo e de recursos financeiros, não é de estranhar que as publicações patrocinadas, que já existiam e eram populares em blogs, tenha se tornado um modelo de negócios e uma das principais fontes de renda dos criadores, de forma que, é impossível pensar o modelo de criação de conteúdos feministas atual, centrado principalmente na plataforma, sem considerar o peso do feminismo liberal, explícito e consciente ou não, que reforça as relações de subalternização das mulheres mais empobrecidas, racializadas e que se identificam como LGBTI+.

O feminismo liberal reconhece na realização econômica individual a possibilidade de emancipação feminina, desconsiderando as questões de classe que envolvem e condicionam a vida da grande maioria das mulheres e as estruturas capitalistas que contribuem para a opressão feminina (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Uma das principais expoentes

⁸³ Disponível em: <<https://hodorcavallo.com.br/>>. Acesso em 13/09/2019.

⁸⁴ Localizado no endereço virtual:<https://www.instagram.com/_miriamcastro/>. Acesso em 13/09/2019.

dessa agenda é a cantora, atriz e empresária Beyoncé. Embora a cantora tenha recentemente elaborado uma identidade e discursos alinhados com os movimentos feministas e com o movimento negro, ela o fez exaltando o seu sucesso individual como mulher negra. A identificação de Beyoncé com estes movimentos sociais também é mercadológica e obedece à lógica da publicidade em rede: monitora os discursos produzidos na esfera pública virtual – especialmente aqueles que tem grande potencial polêmico – e ao se apropriar deles garante publicidade não paga, feita por todos aqueles que comentam, publicam, exaltam, e até mesmo por aqueles que criticam ou boicotam (lembrando que a monetarização se dá muito mais pelo “clique”, do que pelo apoio ou endossamento). A performance da cantora no *Super Bowl* de 2016⁸⁵ e o álbum *Lemonade*, lançado no mesmo ano, embora sejam controversos entre conservadores americanos, a alçaram ao status de representante do feminismo negro na cultura pop⁸⁶; sobre isso Baraka diz:

Em uma era em que a imagem é dominante e o significado é fluído, o que ainda é concreto, real e observável é a operação do poder. Situado e controlado por uma elite que bell hooks chama de masculina e branca, patriarcado capitalista é um poder que exercita com eficiência devastadora sua habilidade de manipular consciência através do controle dos principais meios de comunicação e produção cultural. São esses homens brancos e seus representantes que colocara Beyonce naquele palco no Super Bowl. É inacreditavelmente ingênuo pensar que qualquer coisa subversiva ou que mesmo remotamente fizesse oposição aos interesses oligárquicos capitalistas seria permitido expressar-se num palco controlado por essas oligarquias. A performance de Beyonce é tão conservadora e acomodada quando a demanda por justiça para..., preencha a lacuna (BLACK AGENDA REPORT, 2016).⁸⁷

Essa vertente feminista se beneficia do sistema publicitário existente nas grandes plataformas das redes sociais, que monitoram a opinião pública através de dados de navegação coletados e distribuem publicidade de acordo com esses dados. As empresas se alavancam nas discussões feministas tão presentes na internet para criar publicidade “feminista” e monetizar suas marcas: recentemente a fabricante de produtos de limpeza Ariel

⁸⁵ Campeonato anual de futebol americano da NFL (National Football League).

⁸⁶ Disponível em: <<https://www.blogs.unicamp.br/marcapaginas/2019/05/29/beyonce-uma-aproximacao-ao-feminismo-e-a-literatura-negra/>>. Acesso em 26/07/2019.

⁸⁷ “[...]In an era where the image is dominant and meaning fluid, what is still real, concrete and observable is the operation of power. Situated and controlled by an elite that bell hooks refers to as the White Male, capitalist Patriarchy, it’s a power that exercises with devastating efficiency its ability to shape consciousness through its control of the major means of communication and cultural production. It was those white men and their representatives that placed Beyoncé on that stage at the Super Bowl. It is incredibly naïve to think that anything subversive or even remotely oppositional to the interests of the capitalist oligarchy would be allowed expression on a stage that it controlled. Beyoncé’s performance and her video is as conservative and accommodationist as the demand for justice for..., fill in the black [...]”. Tradução nossa.

contratou a youtuber Karol Pinheiro⁸⁸ – conhecida , entre outras coisas, por publicar conteúdos feministas – para fazer propagandas do produto para lavagem de roupas da marca, enquanto fala sobre divisão de tarefas com o seu marido⁸⁹.

Ainda que o feminismo liberal seja caracterizado também por uma ênfase no papel da mulher como empreendedora (em um momento de decréscimo do salariedade e da precarização do trabalho) e produza discursos sobre igualdade salarial, as principais demandas construídas são privadas ou dizem respeito à domesticidade. É preciso dizer que as demandas da vida privada são compartilhadas por muitas correntes feministas, que compreendem que o “pessoal é político”⁹⁰, as diferenças que são apontadas aqui são: a falta de propostas de emancipação política plena para todas as mulheres e a restrição do discurso feminista à assuntos privados. Nesse sentido, essas produções, sejam elas feitas por “pequenas mídias de uma pessoa só” ou por uma celebridade mundial, não deixam de ser uma atualização das mídias femininas tradicionais⁹¹ e dos papéis econômicos e sociais de gênero que a modernidade e o capitalismo associaram às mulheres – o trabalho reprodutivo (FEDERICI, 2018) – , tendo como alguns dos principais tópicos: amor e sexualidade, decoração, criação de filhos e/ou direitos reprodutivos, gastronomia, estética e beleza; construindo uma identidade feminina e feminista que não difere muito da construção patriarcal e capitalista da feminilidade; Morin, sobre meados do século XX, diz (e as analogias são óbvias):

Não basta verificar a promoção dos valores femininos. É preciso também examinar o arquétipo da mulher moderna. Mulher emancipada, é certo, mas cuja emancipação não atenuou as duas funções, sedutora e doméstica da mulher burguesa. A emancipação da mulher se dá não só pela promoção social (acesso às carreiras masculinas, aos direitos políticos, etc.), mas pela hipererotização e pela transformação das servidões domésticas encontro e eletrodoméstico. (MORIN, 1997, p. 144).

É preciso dizer que a emancipação feminina da mulher branca, de classe média, não é estendida à todas as mulheres. No Brasil, especialmente, a domesticidade não é substituída

⁸⁸ Localizado no endereço virtual: <<https://www.youtube.com/channel/UCKQj-Ea4gP-xT74X5nbf3w>>. Acesso em 26/07/2019.

⁸⁹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8htpCcx8ldI&t=4420s>>. Acesso em 26/07/2019.

⁹⁰ Um dos motes da segunda onda do feminismo.

⁹¹ “Podemos reportar-nos ao artigo de Minie Grégoire (*Esprit*, julho de 1959) para a análise dos temas dessa imprensa. Estes são, essencialmente, “o coração”, a moda e a beleza, os conselhos práticos, e, enfim, a cultura (cinema, literatura, etc.). Enquanto o *coração* monopoliza, praticamente, a imprensa sentimental e a moda monopoliza as revistas de moda, as grandes revistas (*Marie-Claire*, *Elle*, *Femmes d’Aujourd’hui*, *Echo de la Mode*) equilibram esses ingredientes da feminilidade moderna (25 a 40% para o coração, 22 a 30% para a moda e beleza, 13 a 30% para os conselhos práticos, 6 a 8% para as receitas de cozinha, 12 a 20% para a cultura)”. (MORIN, 1997, p. 140-141).

pelo eletrodoméstico, mas pelo trabalho, por muito tempo sub-remunerado e informal⁹², das empregadas domésticas (sendo que a maioria das mulheres que trabalham no ramo são pobres e racializadas, resquício de uma cultura colonial e escravocrata). O feminismo liberal falha em perceber que diferentes raízes de opressão se cruzam sobre certos sujeitos, neste caso, as mulheres racializadas, pobres e naturais de países colonizados – e é impossível entender a exploração destas sem considerar como essas identidades se inter cruzam nelas (DAVIS, 2016) – , e que a atual posição do feminino é resultado das necessidades capitalistas de mão de obra farta e da manutenção do trabalho reprodutivo com *status* inferior (quando considerado trabalho), mal ou não remunerado, regulando inclusive os processos afetivos e reprodutivos das mulheres (FEDERICI, 2017 e ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Assim:

Um aspecto complementar foi a redução das mulheres a não trabalhadoras, um processo muito estudado pelas historiadoras feministas e que estava praticamente completo até o final do século XVII. Nessa época, as mulheres haviam perdido espaço inclusive em empregos que haviam tradicionalmente ocupado, como a fabricação de cerveja e a realização de partos. As proletárias, em particular, encontraram dificuldades para obter qualquer emprego além daqueles com status mais baixos: empregadas domésticas (a ocupação de um terço da mão de obra feminina) trabalhadoras rurais, fiandeiras, tecelãs, bordadeiras, vendedoras ambulantes ou amas de leite. [...] Com sua expulsão dos ofícios e a desvalorização do trabalho reprodutivo, a pobreza foi feminilizada. Para colocar em prática a “apropriação primitiva” dos homens sobre o trabalho feminino, foi construída uma nova ordem patriarcal, reduzindo as mulheres a uma dupla dependência: de seus empregadores e dos homens (FEDERICI, 2017, p. 182-191)

Enquanto o feminismo liberal se concentra em pautas da vida privada, a emancipação política e econômica da grande maioria das mulheres fica em segundo plano, esquecendo que assuntos públicos, como seguridade social, planejamento econômico, direitos trabalhistas, sustentabilidade são também femininos, e que, as decisões políticas nesses campos, têm grande impacto sobre a vida das mulheres. E, talvez, exatamente por abrir mão da emancipação política plena, o feminismo liberal tem menos possibilidades de disputa nas instâncias decisórias, ainda que se manifeste como um dos principais feminismos popularizados na esfera pública digital. Sua predominância se deve em parte à dinâmica das

⁹² A PEC das Domésticas (de 2013), reforçou a regularização do trabalho doméstico no país; ainda assim, em 2018, o trabalho doméstico informal atingiu os maiores índices desde 2012, com diminuição do salário médio. A categoria cresce desde 2014, reforçando os índices crescentes de desigualdade. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/02/08/empregada-domestica-recorde-sem-carteira-assinada.htm>>. Acesso em: 27/07/2019).

plataformas digitais que acabam por fomentar conteúdos relacionados à propaganda e ao consumo, estes fundamentalmente necessários à produção industrial capitalista.

Como MOROZOV (2018) aponta, a própria rede está organizada em monopólios que cresceram por causa e dependem de um sistema econômico neoliberal, pautado por políticas de austeridade e pela ausência do Estado como provedor de seguridade social e serviços estruturais, como transporte; é esperado que as ferramentas de publicação e publicização disponibilizada para os usuários desses monopólios midiáticos favoreça discursos que estejam em consonância com os interesses políticos e monetários destas empresas.

4. EXPERIÊNCIAS DE MILITÂNCIA E ATIVISMO NA ESFERA PÚBLICA VIRTUAL

As experiências de ativismo feminista em rede são muitas e variadas, e elas estão relacionadas à produção de discursos sobre si: sobre o que é ser feminista, o que é ser mulher, quais as violências estruturais sobre o feminino, demandas políticas das mulheres, etc. Veiculados através de blogs, podcasts, vídeos, posts em redes sociais, etc., estes textos alcançaram e alcançam um público que ultrapassa os sujeitos que participam de movimentos sociais institucionalizados feministas ou que se identificam com o movimento. As publicações e interações feitas em rede fizeram com que o feminismo viesse para o centro do debate público, gerando movimentações feministas de rua e de redes⁹³, a relação entre o ativismo feminista na internet e o crescimento desse movimentos estão relacionados (RIZOTTO; MEYER; SOUSA, 2017). Os exemplos vão desde as manifestações que combinam ação digital e nas ruas, como as recorrentes Marchas das Vadias (as *Slutwalks*, que são protestos sobre violência contra a mulher, que acontecem em muitos países⁹⁴), passando pelas manifestações do #NiUnaMenos – em português “Nenhuma a menos” – em 2016 (chamando atenção para os casos recorrentes de feminicídio na América Latina⁹⁵), a página de Facebook “Ele não”⁹⁶, que se transformou em manifestações femininas de rua contra a, então possível, eleição do candidato populista de extrema direita Jair Bolsonaro para a presidência do Brasil em 2018⁹⁷, até movimentos que existem só na virtualidade, como “#MeuPrimeiroAssedio”⁹⁸ ou “#MiPrimerAcoso”⁹⁹ (sobre o assédio precoce às mulheres). Assim:

Debatidas nas mais diversas mídias e pelos mais variados veículos, as Marchas apropriaram-se dos artefatos midiáticos possibilitados pela internet para tornar mais disseminadas a multiplicidade de reflexões trazidas pelos feminismos contemporâneos. Apropriar-se desses mecanismos é de suma relevância para difundir, multiplicar e democratizar cada vez mais os debates sobre as relações de gênero no Brasil. (FERREIRA, 2013, p. 41)

⁹³ “Ela [manifestação contra o PL 5069-2013 e seu autor, o então deputado federal Eduardo Cunha] e as outras manifestações em que isso ocorreu levantam a questão de estarmos diante de um novo feminismo, em que o ciberativismo teria um papel fundamental.” (BRITO, 2017, p. 1).

⁹⁴ Disponível em: <<http://www.vancouversun.com/business/Slutwalks+around+world/5212802/story.html>>. Acesso em 17/08/2019.

⁹⁵ Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br/article/nzjm9x/protestos-argentina-femicidio-violencia-de-genero>. Acesso em 17/08/2019.

⁹⁶ Disponível em: <<https://www.facebook.com/movimentoelena/>>. Acesso em 17/08/2019.

⁹⁷ Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>>. Acesso em 17/08/2019.

⁹⁸ Disponível em: <<https://www.huffpostbrasil.com/2015/10/22/primeiroassedio-mulheres-compartilham-no-twitter-primeira-vez-a-21693923/>>. Acesso em 17/08/2019.

⁹⁹ Disponível em: <https://www.vice.com/es_latam/article/bned78/miprimeracoso-la-historia-detras-del-trending-topic>. Acesso em 17/08/2019.

As manifestações feministas derivadas de processos comunicativos em rede em geral contém uma certa imprevisibilidade (DUGGAN, 2017), já que os eventos que as motivam são imprevistos, bem como seus desdobramentos. Essa é uma parte constituinte da esfera pública virtual e já era reconhecida por Arendt (2014) como uma das características da ação política: a ação sempre gera efeitos que não podem ser previstos.

Para o fim de fazer uma descrição do cenário das relações entre estes agenciamentos de gênero e a esfera pública virtual, foram realizados dois estudos de caso com pequenas mídias independentes, mas relevantes publicamente, que pudessem ter algum valor paradigmático, com intenções de compreender a produção de discursos e de interações on-line. Foram escolhidos dois veículos amadores: o blog *Escreva Lola escreva*, escrito por Lola Aronovich e a revista on-line para meninas adolescentes *Capitolina*, cujas fundadoras são Clara Browne, Lorena Piñero e Sofia Soter.

Entre a produção do projeto de pesquisa e a finalização dessa dissertação as principais plataformas de distribuição mudaram, as formas de produção, os principais nós, etc.; ainda assim estas duas mídias tiveram, e em alguma medida ainda têm, um lugar de enunciação não desprezível, ainda possuem muitos seguidores mesmo com produção alterada e/ou reduzida e em plataformas que perderam popularidade. Assim, os estudos de caso serão seguidos de contextualizações, para as quais outros veículos serão citados. A escolha foi feita levando em consideração algumas questões que seriam essenciais para a formação da esfera pública virtual e popularização dos temas feministas, como já foi apontado na introdução, e a popularidade relativa que o blog e a revista atingiram em certo momento. O blog *Escreva Lola escreva* tem uma caixa de diálogos ativa que funciona como um espaço de debate público, de construção de uma opinião compartilhada por públicos subalternos específicos, além de contar com colaborações periódicas; a revista *Capitolina* é completamente feminina e colaborativa, sendo também declaradamente feminista, cujo público-alvo são mulheres adolescentes (ainda que não se restrinja à elas).

Como as duas mídias são consideravelmente diferentes entre si elas serão analisadas em duas seções distintas e a partir de critérios específicos, a fim de melhor descrever como os agenciamentos se dão em ambos os espaços virtuais.

4.1. ESCREVA LOLA ESCREVA

De autoria de Lola Aronovich, o blog¹⁰⁰ existe desde janeiro de 2008, tendo completado 11 anos em 2019, ainda ativo e contando com publicações constantes – em torno de duas dezenas mensais. Embora conte com apenas uma autora, ele recebe guest posts frequentemente e relatos ou cartas de leitoras e leitores¹⁰¹, além de replicar textos de outros autores/veículos midiáticos. Em julho de 2011 o blog já batia a marca de 2 milhões de visitas¹⁰², em 2014 a média chegava a 260 mil visitas por mês; em 2017, o blog recebia 400 mil visitas mensais e contabilizava um total de mais de 35 milhões de visitas, neste mesmo ano já existiam cerca de 260 mil comentários¹⁰³ publicados. A blogueira mantém ativas também: uma conta no Twitter¹⁰⁴, inscrita sob seu nome, desde agosto de 2010, e com identificação verificada (significando que é um perfil popular na rede e que a autoria foi confirmada pela administração do Twitter), onde conta com 90.962 seguidores, segue 6.588 perfis e postou <escreva¹⁰⁵>, criada e administrada por fãs (fanpage), onde reúne 29.994 seguidores e tem 29.337 curtidas, a página foi criada em 2011 e permaneceu ativa até 2014 (ela ainda existe mas as postagens e interações terminaram neste ano); um Instagram¹⁰⁶, no seu nome, no qual não segue ninguém e não tem nenhuma publicação, ainda assim contando com 572 seguidores; e, recentemente, abriu um canal no Youtube, chamado “Fala Lola fala”¹⁰⁷, iniciado em maio de 2019, tendo publicado 16 vídeos e contando com 10.320 inscritos e com tendo mais de 1.000 visualizações na maioria dos seus vídeos. Todos estes dados foram colhidos na data de 17/08/2019, nos próprios endereços eletrônicos, exceto o número de visitas mensais do blog em 2014, que foi encontrado em uma reportagem da revista Época¹⁰⁸.

O nome do blog faz referência ao filme alemão “Corra, Lola, corra” de 1998. Lola, já conhecida pelas críticas de cinema que fazia no blog, recentemente publicou as críticas

¹⁰⁰ Localizado no endereço virtual: <www.escrevalolaescreva.blogspot.com>. Acesso em 17/08/2019.

¹⁰¹ Ainda que os dois veículos escolhidos sejam feministas e seu público seja majoritariamente feminino, o fato é que existem leitores assíduos e comentaristas homens no blog de Lola Aronovich. A revista *Capitolina* conta com seguidores homens e mesmo apoiadores no seu projeto no *Catarse*.

¹⁰² Disponível em: <<https://escrevalolaescreva.blogspot.com/2011/07/2-milhoes-de-visitas-iabadabadu.html>>. Acesso em 17/08/2019.

¹⁰³ Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com/2017/01/mascus-estao-conseguindo-derrubar-um.html>>. Acesso em 17/08/2019.

¹⁰⁴ Localizada no endereço virtual: <<https://twitter.com/lolaescreva>>. Acesso em 17/08/2019.

¹⁰⁵ Localizada no endereço virtual: <<https://www.facebook.com/EscrevaLolaEscreva/>>. Acesso em 17/08/2019

¹⁰⁶ O Instagram é uma rede social de compartilhamento de fotos.

¹⁰⁷ Localizado no endereço virtual: <<https://www.youtube.com/channel/UCPhSwuDNVafCktJxo8P0ZCw>>. Acesso em 17/08/2019.

¹⁰⁸ Disponível em: <<https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/02/bnova-lutab-das-mulheres.html>>. Acesso em 17/08/2019.

cinematográficas que escrevia para jornais desde o final da década de 1990, assim o blog tem atualmente postagens desde 1998, publicadas com data retroativa, já que o blog foi inaugurado em janeiro de 2008 e mesmo a plataforma utilizada, o Blogspot¹⁰⁹, só começou a existir em 1999 (tendo sido comprado pelo Google em 2003). Todas as postagens contabilizam 4.989 entradas (em 18/08/2019). As primeiras, publicações, de 2008 caracterizam um blog pessoal, que trata de questões cotidianas, opiniões, curiosidades, memes¹¹⁰, etc. (algumas tags¹¹¹ recorrentes confirmam essa caracterização: “living la vida Lola”, “maridão”, etc.), mas, mesmo não sendo ainda um blog explicitamente político e feminista, os textos tem uma forte conexão com temas públicos, debates de gênero, pautas de esquerda, etc., já prefigurando o ativismo pelo qual ficaria famoso. Entre 2009 e 2011 o conteúdo político ganha espaço em relação ao pessoal (ainda que relatos do cotidiano continuem existindo durante toda a atividade do blog). É a partir de 2011 que Lola Aronovich vai direcionar a maioria das suas entradas para temas feministas, de gênero, e relatos de mulheres. Esse ciclo só termina em outubro de 2018, quando os temas relativos à política institucional brasileira começam a predominar; não por acaso, depois do resultado do primeiro turno das eleições presidenciais, quando o candidato Jair Bolsonaro, conhecido por suas pautas conservadoras e seu desprezo por grupos ativistas subalternos (indígenas, negros, LGBTI+s, mulheres) obteve 46,03% dos votos válidos.

O blog era, e ainda é, uma grande fonte de informação e espaço de debate do movimento feminista e foi um dos influenciadores fundamentais dos debates feministas em rede da última década. Nesse sentido, Lola constitui um dos grandes nós e uma das mais importantes mídias sobre feminismo, reunindo ao redor de si redes de ativistas feministas (ainda que não somente, outros grupos subalternizados também são encontrados entre seus leitores e colaboradores):

A sociedade em rede, através da comunicação mediada pelo computador e das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (novas TIC's), como os computadores pessoais, os *smatphones* e *tablets*, juntamente com os sites de relacionamento e de trocas de mensagens como Orkut, Facebook, Flickr e Twitter, possibilitou uma explosão de “redes sociais” conectadas através da internet onde os “nós” de uma rede podem estar interligados a dezenas, centenas milhares e até milhões de outros nós, possibilitando uma comunicação em rede real, quase como

¹⁰⁹ Blogspot é uma plataforma de postagem de blogs.

¹¹⁰ O termo “meme” diz respeito a conteúdos humorísticos replicados em rede, em geral imagens, GIFs (imagens formatadas para compactar várias cenas, mostrando movimentos), vídeos, áudios, etc.; sempre de curta duração, com pouco texto, condensam significados compartilhados

¹¹¹ Tag, do inglês “etiqueta”, funcionam como palavras chaves, indexando conteúdos.

uma comunicação *mass media*, mas disponibilizada por uma pessoa apenas.” (UTSUNOMIYA, 2011, p. 3).

Escreva Lola escreva funciona com uma ferramenta de comunicação de massa, mas ainda que a autoria do blog seja individual, os guest posts (que podem ser escritos por especialistas, ativistas subalternos, leitores, etc.) e os relatos pessoais de leitoras e leitores revelam uma forma de produção de conteúdo que implica diálogo, troca de experiências e multiplicidade de vozes, relacionando-se com a pluralidade de sujeitos que é condição necessária da esfera pública virtual. Isto, em conjunto com a linguagem que a autora usa – casual, didática, emotiva – e com a receptividade com que ela estabelece na interação com os leitores, criam um ambiente de proximidade e compreensão, uma comunidade virtual. A autora criou um ambiente consideravelmente seguro para seus leitores e o acolhimento é uma característica tão presente no blog que não é incomum encontrar publicações em que leitoras e leitores enviam dúvidas, relatos, desabafos ou pediam conselhos, inclusive abordando assuntos de caráter muito íntimo¹¹²: em um texto, “O cirurgião não quis reduzir meus seios gigantes¹¹³”, uma mulher relata as dificuldades que encontrou para realizar uma cirurgia que corrigisse gigantomastismo, já que o cirurgião alegou que os seios são órgãos sexuais, desconsiderando sua autonomia e seus problemas de saúde; o diagnóstico feito pela leitora é de que o machismo e a sexualização extrema do corpo feminino eram as causas da recusa do médico. Um dos posts mais populares do blog é “Meu marido fez sexo comigo enquanto eu estava dormindo¹¹⁴”; outro se chama “Meu namorado adora pornografia¹¹⁵”, ambos bastante pessoais e particulares, demonstrando confiança na autora e no seu público. Esses relatos, ainda que tratem de problemas íntimos, estão sempre permeados por posicionamentos ou questionamentos ligados ao movimento feminista: “Isso é estupro?”, “Esse comportamento reforça um padrão de beleza inatingível?”, etc.; reforçando a ligação entre os conteúdos feministas publicados no blog e as suas vivências cotidianas. É interessante notar também que este tipo de publicação é uma atualização das seções de conselhos das revistas femininas, que eram respondidas por especialistas ou terapeutas, mas com um

¹¹² As publicações sempre respeitam o direito à privacidade e anonimato.

¹¹³ Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com/2013/10/o-cirurgiao-nao-quis-reduzir-meus-seios.html>>. Acesso em 17/08/2019.

¹¹⁴ Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com/2014/04/meu-marido-fez-sexo-comigo-enquanto-eu.html>>. Acesso em 17/08/2019.

¹¹⁵ Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com/2014/04/meu-namorado-adora-pornografia.html>>. Acesso em 17/08/2019.

recorte significativo: colocam em questão comportamentos socialmente aceitos, e que reforçam as estruturas de poder, através de uma socialização feminista realizada no próprio blog. Ainda, é possível supor que esta intimidade é uma construção relacional: a autora fala da sua vida pessoal, expõe indignação, sofrimento, alegria, fazendo com que quem leia se identifique e se sinta à vontade para mimetizar este comportamento.

Neste sentido é importante perceber como o conceito arendtiano de *coragem* se aplica também, e muito bem, à esfera pública virtual: a ação política e discursiva é sempre manifestação da subjetividade, e traz à luz a personalidade, interesses, vivências dos enunciantes. Manifestar-se nos ambientes virtuais, lugares caracterizados pela existência de hiperlinks, e mais especificamente nas redes sociais, onde existem comentários e compartilhamentos, é sempre um ato de exposição de si, sabendo que as narrativas apresentadas serão expostas ao escrutínio público, serão julgadas (HABERMAS, 1984). Esse julgamento pode ficar restrito às suas relações ou pode alcançar públicos muito maiores, dependendo exclusivamente da reação da pluralidade humana ao conteúdo publicado.

A escolha do blog *Escreva Lola escreva* se deu em função de perceber quais são as dinâmicas de interação entre autora/leitoras/es e leitoras/es/leitoras/es. Portanto, optou-se por analisar os comentários feitos por leitoras/es e também pela autora. Para tal fim, foram escolhidas sete publicações, sendo estas as entradas com temáticas feministas ou femininas entre as mais populares do blog, e cada uma tendo em torno de 200 comentários – exceto o post chamado “Lei Lola foi aprovada hoje”, cuja caixa de comentários contém somente 50 entradas e “CQC anti-amamentação, vai pra PQP” que tem mais de 600. Os comentários publicados nestes posts esboçam as relações estabelecidas como também o alcance do blog. As postagens mais populares são aquelas que receberam, durante todo o período de existência do blog, mais visualizações, isso significa que tiveram maior alcance e que, no caso de posts antigos (até do ano de fundação do blog, 2011), permanecem populares. Estes posts escolhidos também são significativos pois continuam trazendo novas leitoras e novos leitores, como é evidenciado pelos comentários mais recentes em alguns deles. De forma que expressam algumas características da esfera pública virtual, a saber: o feedback imediato e constante, a relação estabelecida entre os sujeitos discursivos envolvidos no processo, a publicização de temas relativos à grupos subalternos, para além disso é possível perceber as ferramentas que ajudaram na popularização do feminismo nas redes.

As postagens escolhidas são, possuem cada uma e foram publicadas em:

- “Meu marido fez sexo comigo enquanto eu estava dormindo¹¹⁶”, 171 comentários, de 7 de abril de 2014;
- “Guest post: O aborto que a mulher faz sozinha¹¹⁷”, 260 comentários, de 17 de janeiro de 2014;
- “Pra você que correu pra linha do pênalti pra inocentar Neymar de estupro¹¹⁸”, 215 comentários, de 3 de junho de 2019;
- “Lei Lola foi aprovada hoje¹¹⁹”, 50 comentários, de 7 de dezembro de 2017;
- “Mascus estão conseguindo derrubar um dos maiores blogs feministas do Brasil¹²⁰”, 217 comentários, de 11 de janeiro de 2017.
- “Tenho 13 anos e as pessoas me chamam de feia¹²¹”, 266 comentários, de 17 de dezembro de 2012.
- “CQC anti-amamentação, vai pra PQP¹²²”, 632 comentários, de 1º de junho de 2011.

Destas, três são relatos e pedidos de ajuda ou conselho, enviados por leitoras para Lola, as outras quatro postagens são de autoria de Aronovich – os três primeiros são publicados somente com as iniciais das autoras, preservando sua privacidade. Os títulos são praticamente autoexplicativos, funcionando quase como manchetes de jornais. Embora estas postagens tenham um número considerável de interação, elas não representam de forma alguma uma irregularidade (mais de duas centenas de comentários são comuns), e, apesar de serem as mais populares, não são necessariamente as mais comentadas, mas sim as mais visualizadas. Por exemplo, o post chamado “Liberdade relativa: Marcelo Tas quer me processar¹²³”, que também figura entre os mais populares, publicado no primeiro ano do blog, tem mais de mil interações. Os comentários são moderados, o que significa que antes de

¹¹⁶ Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com/2014/04/meu-marido-fez-sexo-comigo-enquanto-eu.html>>. Acesso em 18/08/2019.

¹¹⁷ Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com/2014/01/guest-post-o-aborto-que-mulher-faz.html>>. Acesso em 18/08/2019.

¹¹⁸ Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com/2019/06/pra-voce-que-correu-pra-linha-do.html>>. Acesso em 18/08/2019.

¹¹⁹ Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com/2017/12/lei-lola-foi-aprovada-hoje.html>>. Acesso em 18/08/2019.

¹²⁰ Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com/2017/01/mascus-estao-conseguindo-derrubar-um.html>>. Acesso em 18/08/2019.

¹²¹ Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com/2012/12/tenho-13-anos-e-as-pessoas-me-chamam-de.html>>. Acesso em 18/08/2019.

¹²² Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com/2011/06/cqc-anti-amamentacao-vai-pra-pqp.html>>. Acesso em: 15/09/2019.

¹²³ Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com/2011/06/liberdade-relativa-marcelo-tas-quer-me.html>>. Acesso em 18/08/2019.

serem publicados eles necessariamente passam pela aprovação dos gerenciadores do blog, no caso a própria Lola. Esse procedimento é comum, especialmente em blogs que contêm conteúdos polêmicos e/ou são bastante visitados, como é o caso, a fim de evitar trolls¹²⁴, comentários agressivos, ameaças, etc., e a autora faz questão de criar um ambiente de relativa segurança para seus leitores, como dito antes. De qualquer forma, os comentários podem ser publicados anonimamente¹²⁵, uma escolha que possivelmente se deve ao fato de que a caixa de comentários também recebe muitos relatos íntimos de pessoas que podem desejar não ser identificadas.

Os comentários em geral acontecem em até um ano desde data da postagem, mas, como no caso de “Meu marido fez sexo comigo enquanto eu estava dormindo”, podem se estender indefinidamente. Nesta publicação a maioria dos comentários vão surgir durante o primeiro mês, mas eles continuam aparecendo até a data de 17/08/2019, configurando, portanto, mais de 4 anos de interação, e significando que o assunto ainda gera engajamento. O que se pode observar é que os comentários feitos imediatamente após a entrada do texto (sendo que estes ultrapassam a metade dos comentários em todos os seis posts) vêm, em geral, de pessoas que estão familiarizadas com os debates feministas, e que são leitores do blog; mesmo quando comentam as postagens de relatos, dando conselhos ou opiniões, o fazem usando uma abordagem feminista. Respondendo ao relato de aborto, um comentarista não identificado diz: “O que gostaria de te dizer é segue em frente! OLha pra frente e não pro passado. Tenta perdoar o J tb. A terapia poderia te ajudar, principalmente uma terapeuta feminista. Vc dará conta de tudo isso, tenho certeza.”¹²⁶ (ESCREVA LOLA ESCREVA).

Nesta mesma publicação muitos comentários são feitos criticando a postura de L. – autora do relato – e de Lola. A situação que L. relatou era bastante delicada: L. e J. eram praticantes de BDSM, por iniciativa de L., e tinham consentimento para acordar um ao outro com sexo; em um momento L. retirou o consentimento provisoriamente, ainda assim seu marido fez sexo com ela dormindo. Mesmo considerando ter sido estuprada por J., ela decide pela continuação do relacionamento. Aronovich responde:

¹²⁴ Trolls são internautas que fazem publicações inflamatórias, afim de provocar discussões.

¹²⁵ Essa é uma escolha da autora: o Blogspot permite que os gerenciadores de blogs só aceitem comentários vinculados a contas em redes sociais, ou da própria plataforma, se assim o desejarem. Os comentários não vinculados podem ser publicados sob nomes, pseudônimos, iniciais ou sem nenhuma identificação, aparecendo como “Anônimo”, como neste caso.

¹²⁶ As grafias dos comentários serão mantidas dos originais.

Espero que ele entenda que errou feio e que não pode nunca mais cometer um erro dessa magnitude. E que não é não, e que casamento não quer dizer ter que fazer sexo com o parceirx quando um dos dois não quer. Mas, a meu ver, vc não está se anulando como feminista se perdoá-lo. Não estou dizendo de jeito nenhum que estupros num relacionamento estável não acontecem. Acontecem sim, e aconteceu contigo. Mas, pelas suas dúvidas, não me parece que você quer acabar o casamento com ele.

Só que realmente não sei, L. Talvez vc não o conheça direito. Será que ele seria capaz de te desrespeitar de novo? Será que vale a pena pagar pra ver?

L., talvez, nessas circunsntâncias, eu o perdoaria. E não sentiria que cravei uma estaca no meu feminismo por causa disso. (ESCREVA LOLA ESCREVA).

A decisão de L. e esta resposta foram ojerizadas nos comentários, muitos deles com discursos fortemente moralizantes, atacando inclusive fetiches sexuais consensuais. Um comentarista, chamado Alan diz:

Foi estupro sim e seu marido é um estuprador. Se você é feminista mesmo como diz, é seu dever denunciar esse cara, pedir o divórcio e fazer com que ele fique conhecido como o estuprador sujo que ele é.

Feminismo não é só algodão doce, blogzinho da Lola e compartilhamento de meme feminista. (ESCREVA LOLA ESCREVA).

Julia também responde: “Acho que vale pra todos que curtem BDSM. Façam terapia.” (ESCREVA LOLA ESCREVA). Anônimo diz: “achei isso muito estranho, parece que ela deu permissão a ele para ser estuprada. transar com uma pessoa inconsciente?” (ESCREVA LOLA ESCREVA). Os comentários também têm conotações distintas destas, supondo que sexo não consentido entre casais não configura estupro. O comentário de Clariça Novaes é: “Fofa se tá com o cara tem que servi-lo, senão ele procura outra, adoro quando sou acordada com a mão dele me tocando e não tenho como me defender” (ESCREVA LOLA ESCREVA). Os comentários têm vários tons: de conselho, compressão, julgamento, desprezo, etc. e alguns são ligeiramente agressivos e invasivos (lembrando que estes comentários passaram pela moderação), deixando claro que mesmo em um ambiente controlado, existem controvérsias, contradições e que os afetos mobilizados na esfera pública virtual (mesmo progressista) não são sempre positivos ou empáticos. Além disso, existe um silenciamento dos desejos, afetos de L., pondo em xeque sua autonomia e determinando o que ela pode ou não dizer e fazer, negando a sua legitimidade como enunciante feminista, mesmo em um ambiente criado para ouvi-la; persiste a subalternização de algumas mulheres (SPIVAK 2010), subalternização que opera qualificando suas falas como inválidas “a mulher como subalterna, não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir” (SPIVAK, 2010, p. 15).

É possível notar que as interações são motivadas especialmente por duas razões: indignação e/ou identificação, corroborando a abordagem já feita no segundo capítulo e ao

longo desta dissertação. Em “Tenho 13 anos e as pessoas me chamam de feia”, Anônimo escreve: “Eu já estive exatamente onde você está querida, era um pouquinho mais velha (13 anos) mas fui eleita não só a mais feia da sala como a mais chata também.” (ESCREVA LOLA ESCREVA). Nesta publicação a identificação dos leitores com o relato é gigantesca, histórias de outras crianças e adolescentes se multiplicam, bem como os de mulheres adultas que tiveram experiências similares na sua juventude; além disso, este é o post, entre os analisados, com mais respostas de Lola, e cujos comentários são mais longos: evidentemente essas narrações geram comoção e compaixão, uma mobilização de afetos muito grande, que gera diálogo e cria laços. No post “Mascus estão conseguindo derrubar um dos maiores blogs, feministas do Brasil”, que trata dos ataques de grupos misóginos contra o blog *Escreva Lola escreva*, encontra-se este comentário anônimo: “Que horror!!!!!!!!!!!!!! Que país sem justiça é esse? Muito injusto o que estão fazendo com esse blog, mais sério ainda as ameaças feitas a autora do blog!!!!!! ALGUÉM TEM QUE FAZER ALGUMA COISA CONTRA ESSES MONSTROS PELO AMOR DE DEUS.”, como se pode ver a revolta também se apresenta como um grande sentimento mobilizador. Castells diz:

Entretanto, para que se forme um movimento social, a ativação emocional dos indivíduos deve conectar-se a outros indivíduos. Isso exige um processo de comunicação de uma experiência individual para outras. Para que o processo de comunicação opere, há duas exigências: a consonância cognitiva entre emissores e receptores da mensagem e um canal de comunicação eficaz. A empatia no processo de comunicação é determinada por experiências semelhantes às que motivaram o acesso emocional inicial. Em termos concretos, se muitos indivíduos se sentem humilhados, explorados, ignorados ou mal representados, eles estão prontos a transformar sua raiva em ação, tão logo superem o medo. E eles superam o medo pela expressão extrema da raiva, sob a forma de indignação, ao tomarem conhecimento de um evento insuportável ocorrido com alguém com quem se identificam. Essa identificação é mais bem atingida compartilhando-se sentimentos em alguma forma de proximidade criada no processo de comunicação. (CASTELLS, 2013, p. 18).

À medida em que o tempo passa os textos vão ser cada vez mais acessados e comentados por pessoas que chegam ali através da pesquisa de assuntos relacionados. Os posts “Meu marido fez sexo comigo enquanto eu estava dormindo” e “Guest post: O aborto que a mulher faz sozinha” são bastante paradigmáticos. No primeiro uma comentarista anônima publica: “Eu preucurei essas paginas ate pra entender o que acontece com migo como caracterizaria.meu marido sempre fz isso eu acordo algumas vezes gosada suja, já,outras vezes acordo no ato.eu nunca dei permissão pra ele fazer isso.” (ESCREVA LOLA ESCREVA), relatos semelhantes vão se repetindo. Já, no post sobre aborto, cria-se uma

situação curiosa: várias pessoas chegam até lá, procurando pelo tema (aborto), e pedindo ajuda, conselhos, indicação de métodos abortivos, etc.; muitas publicam seus e-mails pessoais nas páginas, incluindo alguns fornecedores ilegais de *Cytotec*¹²⁷ – Lola Aronovich enfatiza, nos comentários que publica, que o compartilhamento público dessas informações pode gerar complicações legais para os envolvidos. Com a postagem “Tenho 13 anos e as pessoas me chamam de feia”, também se pode perceber que muitas adolescentes chegam até o blog através de sites de pesquisa¹²⁸, neste caso o aparecimento de comentários feitos por leitores não habituais de Lola, aparecem um pouco mais cedo. É perceptível que o público vai sendo acrescentado por pessoas que lá chegam através de pesquisas relacionadas, entrando em contato com textos e discussões de cunho feminista e sendo acolhidos por uma comunidade.

Ainda que, como foi dito anteriormente, na maioria das publicações os comentários aparecem em até um ano da data de entrada, uma exceção encontra-se no post chamado “CQC anti-amamentação, vai pra PQP”, cujos comentários foram todos feitos (ao menos aqueles que foram aprovados por Lola) no dia da publicação. A publicação trata de um episódio em que Rafinha Bastos, apresentador do antigo programa CQC (sigla pra “custe o que custar”), zomba de mulheres que se manifestaram protestando pelo direito de amamentar em público. Nos dias seguintes Lola direciona mais 4 postagens para o programa; outra destas (“Liberdade relativa: Marcelo Tas quer me processar”), publicada já no dia seguinte, também figura entre as mais populares do blog (não tendo sido selecionada para esta análise por não estar diretamente relacionada à temas feministas).

Os posts chamados “Mascus estão conseguindo derrubar um dos maiores blogs feministas do Brasil” e “Lei Lola foi aprovada hoje” dão conta da dimensão que o blog apresenta como ferramenta de expansão do feminismo como pauta. A autora do blog é alvo de ameaças de morte, de crimes contra a reputação e de ataques cibernéticos (como no caso relatado na primeira publicação) desde 2011, e a Lei Lola (lei nº 13.642/2018, votada pela Câmara dos Deputados na data da publicação, 7 de dezembro de 2017, foi aprovada pelo Senado e sancionada pelo presidente Michel Temer em 2018), proposta pela deputada Luizianne Lins (PT-CE), permite que a Polícia Federal investigue conteúdo misógino na internet.

¹²⁷ Misoprostol, vendido sob o nome *Cytotec*, é um medicamento abortivo.

¹²⁸ Muito provavelmente usando o Google como ferramenta, que estabeleceu um monopólio nesta área (MOROZOV, 2018).

A interatividade acontece frequentemente, ainda que de forma quase caótica: os comentadores não respondem somente ao texto inicial, mas aos comentários que o seguem; como a plataforma não permite que se relacione um comentário diretamente à outro, para replicar é preciso citar o comentarista referido (o grande número de comentários anônimos dificulta ainda mais a identificação), e alguns dos comentários não fazem referência a quem estão respondendo, ficando sem contexto. Seguem dois exemplos: “mas Lygia, em nenhum momento estamos culpabilizando as mulheres enganadas pelos maridos” (ESCREVA LOLA ESCREVA) e, também, “Anon 19:55¹²⁹ [parágrafo] não você não é a única” – ambos comentários para “Guest post: O aborto que a mulher faz sozinha” (ESCREVA LOLA ESCREVA). Esse tipo de interação entre comentaristas não é incomum no blog, e em outros espaços virtuais (RIZOTTO; MEYER; SOUSA, 2017), e é uma das muitas formas de estabelecimento de canais de comunicação. É uma das mais visíveis manifestações do debate público e ação política que caracteriza a esfera pública virtual, já que é uma forma eficaz de colocar os enunciadores frente à pluralidade humana, na forma de construções discursivas; ainda, é um dos postulados habermasianos para a existência de uma esfera pública (HABERMAS, 1984), como também da esfera pública virtual.

A estrutura, a linguagem e os temas do blog *Escreva Lola escreva* favorecem a interação, interconectividade e debate público, conectando-se assim à publicidade habermasiana (HABERMAS, 1984), isto é, a construção de uma opinião pública, e à esfera pública virtual. Isso é evidenciado pelas postagens de relatos, guest posts, replicação de outras publicações, etc.; e tanto pelo conteúdo publicado e as formas de produção deste, quanto pela caixa de comentários, fazendo deste blog um caso exemplar. Apesar de o formato de blogs ter perdido relevância e público para outras plataformas e formatos, o blog de Lola Aronovich permanece sendo publicamente relevante: entre as postagens mais acessadas consta uma de 2019 (“Pra você que correu pra linha do pênalti pra inocentar Neymar de estupro”), as postagens continuam regulares e recebem comentários, ainda que em menor quantidade.

Lola Aronovich se identifica com o feminismo socialista, supondo que não existe possibilidade de emancipação feminina dentro do capitalismo. Essa identificação é explícita, o que torna o blog ainda mais controverso entre grupos conservadores. A autora não restringe

¹²⁹ Para identificar o comentarista anônimo é comumente utilizado o horário em que o comentário foi publicado. *Anon* é abreviação de anônimo.

a publicação de guest posts à sua filiação ideológica, ainda que os limite à posicionamentos ligados à esquerda e aos movimentos sociais subalternos; estas duas premissas são respeitadas. Recentemente, o desenvolvedor de videogames anarquista Pedro Paiva, publicou o post “O gamer como germe do fascista online e a urgência do videogame na rua¹³⁰”.

Como a autora gerencia o blog e outras plataformas sozinha é compreensível que algumas estejam desatualizadas, ou sem uso, como no caso do Instagram de Lola. Em geral existe um veículo de comunicação principal e alguns adjacentes, que podem ter conteúdos complementares ou servirem para fins de divulgação: neste caso o veículo principal é o blog, e a fanpage mantida no Facebook era complementar, contendo links para as postagens de *Escreva Lola escreva*. O Twitter da autora serve como ferramenta de uso pessoal, evidentemente grande parte da sua popularidade advém do ativismo no blog. O recém lançado canal Fala Lola Fala, revela outra dinâmica das redes: a migração de uma plataforma para outra, especialmente quando a plataforma original entra em decadência. Mas migrar envolve riscos e a produção de conteúdo pode precisar rever diversos parâmetros, já que os formatos são diferentes, assim nem sempre a mudança é bem-sucedida e pode-se perder público leitor; esta questão será melhor tratada na última seção deste capítulo.

4.2. CAPITOLINA

A revista *Capitolina*¹³¹ existe desde abril de 2014, e tem edições mensais até setembro de 2016, quando as edições passam a ser esporádicas. No primeiro ano e meio as matérias chegam a quase 60 mensais, mas, a partir do começo de 2016, as postagens diminuem para menos da metade deste número, e continuam a diminuir durante os próximos anos: em 18/08/2019, as matérias do ano todo (2019) somam 25 publicações. *Capitolina* é distribuída on-line gratuitamente e já contou com mais de 130 colaboradoras e contém 1789 textos. A revista atua em diversas plataformas: no Twitter tem um perfil¹³² com 29,698 seguidores, seguindo 339 perfis, tendo ingressado em março de 2014; possui uma página no Facebook¹³³,

¹³⁰ Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com/2019/07/o-gamer-como-germe-do-fascista-online-e.html>>. Acesso em 15/09/2019.

¹³¹ Localizada no endereço virtual: <<http://www.revistacapitolina.com.br/>>. Acesso em 18/08/2019.

¹³² Localizado no endereço virtual: <<https://twitter.com/capitolinafala>>. Acesso em 18/08/2019.

¹³³ Localizada no endereço virtual: <<https://www.facebook.com/capitolinarevista>>. Acesso em 18/08/2019.

onde tem 48.837 seguidores e 48.629 curtidas; um Pinterest¹³⁴, com 519 seguidores (que só permaneceu ativo durante o primeiro ano da revista); um Instagram¹³⁵, com 12.381 seguidores, 955 publicações; um Tumblr¹³⁶, ativo até o segundo semestre de 2015; um canal no Youtube¹³⁷, onde possui 2.109 inscritos e publicou quase uma centena de vídeos; e playlists¹³⁸ na plataforma 8tracks¹³⁹. Ao contrário do blog *Escreva Lola escreva*, cujas redes estão inscritas ora sob o nome do blog ora sobre o nome da autora, a *Capitolina* usa sempre o nome da revista, tanto porque conta com um time de inúmeras colaboradoras, o que impede o uso do nome de uma autora específica, quanto por ter um projeto coletivo e um formato menos amador, ainda que o seja. A revista ainda possui dois livros, “Capitolina vol. 1 – O poder das garotas” e “Capitolina vol. 2 – O mundo é das garotas”, respectivamente em 2015 e 2016, que reúnem artigos publicados na revista e outros, ambos publicados pela editora Seguinte. Todos os dados foram colhidos nos respectivos endereços virtuais, na data de 18/08/2019.

A revista também possuiu um projeto de financiamento coletivo no site *Catarse*¹⁴⁰, feito para financiar o segundo ano da revista (incluindo hospedagem, marketing, comunicação e o redesign do site, também previa a criação de um podcast da revista, que não aconteceu), ele buscava arrecadar, entre as datas 23/05/2015 e 07/07/2015, R\$ 10.345,00, tendo superado a meta. *Capitolina* contou com 155 apoiadores, entre mulheres e homens, e o fato de uma revista independente, escrita e com público adolescente, conseguir levantar esse projeto, e publicar dois livros, é um sinal do seu alcance. Morozov (2018) reconhece no crescimento dos financiamentos coletivos de propostas culturais um sintoma das políticas de austeridade característicos do neoliberalismo.

O nome *Capitolina* foi escolhido coletivamente pelas colaboradoras iniciais, fazendo referência à personagem *Capitu* do livro *Dom Casmurro* de autoria de Machado de Assis,

¹³⁴ Localizado no endereço virtual: <<https://br.pinterest.com/capitolinapins/boards/>>. Acesso em 18/08/2019. O Pinterest serve como uma ferramenta de compartilhamento de imagens.

¹³⁵ Localizado no endereço virtual: <<https://www.instagram.com/revistacapitolina/>>. Acesso em 18/08/2019.

¹³⁶ Localizado no endereço virtual: <<https://revistacapitolina.tumblr.com/>>. Acesso em 18/08/2019. Tumblr é uma plataforma de blogagem.

¹³⁷ Localizado no endereço virtual: <<https://www.youtube.com/channel/UCgknwHunOg19f0oo7LB28Qg>>. Acesso em: 18/08/2019.

¹³⁸ Uma lista de áudios ou vídeos a ser executada.

¹³⁹ Localizadas no endereço virtual: <<https://8tracks.com/capitolina>>. Acesso em 18/08/2019. 8tracks é um serviço de transmissão contínua de músicas.

¹⁴⁰ Catarse é um serviço de financiamento coletivo on-line, que cobra uma porcentagem da arrecadação dos projetos cadastrados.

Capitu é a alcunha do nome Maria Capitolina. A escolha se deu porque o nome, além de feminino, era “poderoso e impactante”, faz parte da cultura brasileira e é conhecido pela maioria das/dos adolescentes brasileiros, já que é uma leitura tradicional dos cursos de Língua Portuguesa do Ensino Médio; demonstrando uma preocupação grande do grupo em criar, se apropriar, reelaborar, significados que sejam compartilhados pelo seu potencial público leitor. Além disso Capitolina é o nome da loba lendária (*Lupa Capitolina*) que teria alimentado os míticos fundadores de Roma: Remo e Rômulo. Capitolina também é um epíteto de Vênus, deusa do panteão romano, associada ao amor e à beleza, cuja estátua se encontrava no Capitólio.

Antes de a primeira edição da revista ser publicada, o grupo fez o upload¹⁴¹ de um vídeo no Youtube, chamado *Em breve... Capitolina!*¹⁴² (no dia 16 de março de 2014), onde as autoras explicam quais as motivações e objetivos do projeto que estavam prestes a lançar; neste vídeo se identificam como “[...] umas várias meninas, de diversas idades, que nos juntamos, e juntas percebemos que somos um monte de coisas misturadas, de mil tipos diferentes. Mas que não cabíamos nas revistas de adolescentes. Achávamos que aquilo não conversava com o que somos de verdade.”. Aqui as autoras já demonstram uma insatisfação com o conteúdo que era produzido pelas mídias tradicionais para meninas adolescentes: uma adaptação dos temas “femininos” adultos – sexualidade, beleza, relacionamentos, decoração, etc. – e com a linha editorial; a revista *Capitolina* também produz textos sobre estas pautas, mas sob outros pontos de vista, declaradamente feministas, elaborando outras posturas possíveis e com um viés político de inclusão explícito. Mas, além das pautas tradicionais das mídias femininas, *Capitolina* também aborda temas como arte, política, educação, tecnologia, jogos digitais, etc.; “O público, que ganhou poder com as novas tecnologias, que está ocupando um espaço na intersecção entre os velhos e os novos meios de comunicação, está exigindo o direito de participar intimamente da cultura.” (JENKINS, 2008, p. 51).

O projeto da revista se destaca e é exemplar da esfera pública virtual porque estabelece uma editoria que tem como características principais a auto-enunciação e uma imprensa amadora e independente, relacionando-se evidentemente à concepção de esfera pública burguesa. O fato de que a revista é escrita de forma colaborativa faz dela um pequeno

¹⁴¹ Upload é a ação de enviar informação, arquivo, texto, etc., para um computador remoto, permitindo que outras pessoas acessem o mesmo arquivo.

¹⁴² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xn5cOIYlqRs>>. Acesso em 19/08/2019.

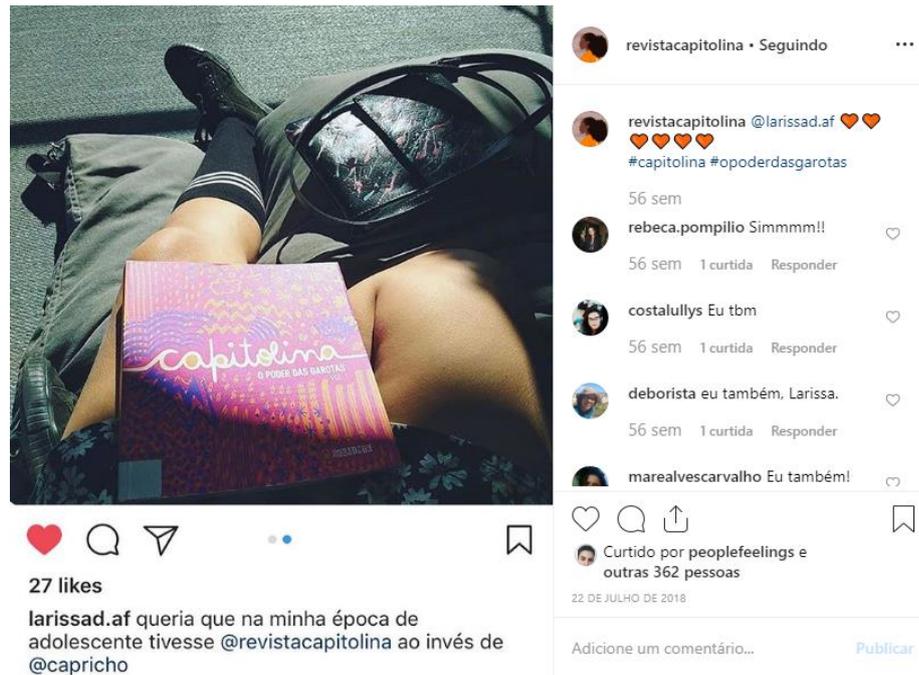
espaço de deliberação e debate, que não está de nenhuma forma separado do espaço social de disputa discursiva e é evidentemente influenciado por este, e que se amplia na medida em que traz textos ao público, influenciando a formação da opinião pública, em um processo contínuo de formação da publicidade habermasiana.

As temáticas femininas (inclusive feministas) sempre tiveram papéis, mesmo que superficiais e estereotipados, nas mídias tradicionais, afinal mulheres são parte do seu público e existem e existiram publicações específicas para essas consumidoras. Segundo (URETA, 2005) o feminismo, percebendo o papel midiático na formação dos papéis de gênero, sempre esteve reclamando seu espaço dentro dos meios informacionais, mas a conquista desse espaço só tomou novo fôlego com as redes sociais e as novas formas de interação entre as pessoas (através das mídias online).

A sensação de que as revista tradicionais femininas não representam suas leitoras é compartilhada pelo público alvo da revista: em umas publicações do perfil da Capitolina no Instagram a foto de uma leitora é replicada¹⁴³, na legenda se lê “Queria que na minha época de adolescente tivesse @revistacapitolina ao invés de @capricho¹⁴⁴”, ao que várias outras mulheres respondem “eu também”. Nesta mesma fotografia o perfil @umatangerina responde: “Simmm!!! Eu só tenho a agradecer a vocês da Capitolina, conhecer o trabalho da revista foi um dos grandes incentivadores na minha jornada no feminismo, imagina então se tivesse tido esse contato desde a adolescência??!”; a possibilidade de divulgar uma agenda política foi ampliada com a internet e as redes sociais virtuais (UTSUNOMIYA, 2011), o nicho de ativismo feminista conseguiu publicizar seus debates e se tornar familiar a novos sujeitos.

¹⁴³ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BliusNXBV6i/>>. Acesso em 19/08/2019

¹⁴⁴ Capricho foi uma publicação para meninas adolescentes, da Editora Abril.



Fonte: Instagram.

Para além disso, as autoras se colocam como agentes conscientes em um processo de formação de mídia alternativa e de opinião pública. O vídeo continua “Uma revista on-line para adolescentes, para falarmos o que quisermos, conversarmos com novas meninas e crescermos juntas, nadando um pouco contra a maré”, reforçando o caráter de uma imprensa autônoma e de identificação das autoras com o público leitor, elas mesmas meninas adolescentes; é uma produção discursiva de um grupo para si mesmo (ainda que, nas redes, as produções não se restrinjam ao seu público original). De fato, a identificação com as mulheres que as leem é tão grande que a linha que divide leitoras e autoras fica difusa (“Uma revista on-line para *adolescentes*, para *falarmos* o que *quisermos*”). Existe uma interação pretendida explicitamente (“conversarmos com novas meninas”), um diálogo de troca que é característica fundamental tanto da esfera pública habermasiana (HABERMAS, 1984) e seu processo de formação da opinião pública, quanto da esfera pública virtual e seus desdobramentos análogos. A existência e a relevância conquistada por mídias feministas, como *Capitolina* e *Escreva Lola escreva*, por fomentar a discussão pública de temáticas caras ao feminismo, acaba influenciando as pautas e posicionamentos das mídias tradicionais: “[...] o que também afeta o jornalismo contemporâneo na medida em que tais eventos pautam/agendam a mídia massiva, por exemplo.” (RODRIGUES, 2013, p. 34).

O site da revista permite que se navegue pelas edições mensais – a atual edição, de junho de 2019, é a 48ª – ou pelas colunas, que são: *artes* (144 artigos), *se liga* (55 artigos),

saúde (36 artigos), *esportes* (24 artigos), *relacionamentos & sexo* (110 artigos), *culinária & FVM* (108 artigos), *tech & games* (99 artigos), *fala mais* (17 artigos), *poéticas* (43 artigos), *sociedade* (13 artigos), *ciência & tecnomania* (4 artigos), *educação* (30 artigos); os textos podem estar inscritos em mais do que uma coluna ou em nenhuma. Alguns esclarecimentos talvez sejam necessários: a coluna *se liga* fala de música; *FVM* é uma abreviação de “*faça você mesmo*” (ou *DIY – do it yourself* – na versão em inglês); *fala mais* e *sociedade* têm teores claramente políticos e as posições postadas encontram-se à esquerda neste espectro; *poéticas* é uma reunião de textos, poesias (próprias ou não), quadrinhos, ilustrações, etc.; *educação* reúne artigos sobre técnicas de estudo, ingresso no ensino superior, etc., e temas que vão desde a reforma do ensino médio¹⁴⁵ até os projetos de lei “Escola sem partido¹⁴⁶”, entre outros. As postagens não estão abertas para comentários, mas no final de cada uma delas existem atalhos para que os leitores possam compartilhar nas suas redes sociais, se assim o desejarem.

Capitolina representa uma forma de publicação muito comum na web 2.0, e que tem causado um impacto considerável sobre as mídias tradicionais. A possibilidade de criar discursos sobre si nas redes e, a partir destes, elaborar uma identidade e de disputar significados socialmente e agir publicamente, ainda que limitados pelo meio que tem caráter manipulativo. Isso pode permitir que esses grupos criem horizontes políticos, e elaborem ações coletivas, que comportem o surgimento de cenários em que as suas condições de subalternidade sejam ultrapassadas:

Além disso, sustendo que esses espaços discursivos, em si mesmos, constituem formações nitidamente políticas nas quais a cidadania é construída e exercida, os direitos são imaginados e não só demandados, as identidades são forjadas e os poderes e os princípios são negociados e disputados. (ALVAREZ, 2014, p.19).

O processo de elaboração consciente de si, e a disputa na construção de identidades, pressupõe um feminismo que não é essencialista e reconhece a agência dos sujeitos sobre si mesmos, de forma que a natureza não é determinante sobre o feminino (HARAWAY, 2009). É difícil, no entanto, caracterizar a revista dentro de uma vertente única do feminismo. Contando com mais de 130 colaboradoras, na sua maioria adolescentes, os feminismos

¹⁴⁵ A reforma do ensino médio é uma lei, bastante polêmica e criticada pelos educadores, aprovada durante o governo do presidente Michel Temer.

¹⁴⁶ Os projetos de lei “Escola sem partido” existiram nas esferas municipal, estadual e federal do poder legislativo e tinham como propósito combater uma suposta doutrinação ideológica política e de gênero. Esses projetos partiram de setores conservadores e de direita.

apresentados são variados e nem todas as autoras da revista apresentam uma formação teórica feminista; elas se apresentam através da identificação com um projeto de emancipação da mulher. Ainda assim, as questões femininas que envolvem raça e classe são constantemente abordadas, sugerindo que o corpo editorial da revista está atento às questões do feminismo interseccional. Como em muitos outros espaços da internet, o feminismo interseccional aqui eventualmente se cruza com o feminismo liberal, especialmente nas postagens relativas à cantora Beyoncé. A cantora, atualmente reconhecida como ativista feminista e negra é constantemente ovacionada, a revista publica inclusive uma “falsa entrevista¹⁴⁷”. O fato de que Beyoncé parece ignorar as questões de classe que envolvem as mulheres racializadas permanece despercebido.

Os temas mais recorrentes abordados pela revista guardam algumas surpresas: *artes, relacionamentos & sexo, culinária & FVM e tech & games*; a ausência de colunas sobre moda e beleza também gera estranhamento, não que estes temas estejam ausentes, pelo contrário, eles podem ser encontrados em algumas postagens esporádicas (sob a *tag* moda estão indexados 24 posts, estilo reúne 6, maquiagem 8, beleza 13, sendo que alguns textos podem ser encontrados em mais de uma *tag*). Em um texto de 4 de outubro de 2015, intitulado “A moda rosna, o estilo abraça¹⁴⁸”, a colaboradora Julia Oliveira explica, entre outras coisas, porque a sessão *moda e beleza* foi renomeada para *estilo*: explicando que, enquanto a moda é passageira e exteriormente coerciva, o estilo é estável e uma expressão da personalidade do sujeito (cabe dizer que a coluna *estilo* também não existe mais, sendo um demonstrativo do caráter potencialmente efêmero dos conteúdos postados on-line, que, ao contrário da publicações impressas, não possuem rastros físicos). Os temas subalternos encontram lugar na publicação: 100 matérias encontram-se “tageadas” sob *feminismo*, 183 sob *negro*, 74 sob *LGBTI*, 88 sob *machismo*, 40 sob *racismo* e 34 sob *homofobia*. Ainda, a última edição publicada, em junho de 2019, chamada “Orgulho¹⁴⁹”, com 4 textos publicados (sendo um deles a publicação de uma playlist no Spotify¹⁵⁰) é voltada à comemoração do mês do orgulho LGBTI+. O mapeamento das etiquetas e colunas usadas pela revista ajuda a compreender quais são os temas que geram mais engajamento das autoras, e de como elas foram

¹⁴⁷ Disponível em: <<http://www.revistacapitolina.com.br/entrevista-beyonce/>>. Acesso em: 15/09/2019.

¹⁴⁸ Disponível em: <<http://www.revistacapitolina.com.br/a-moda-rosna-o-estilo-abraca/>>. Acesso em 18/08/2019.

¹⁴⁹ Disponível em: <<http://www.revistacapitolina.com.br/2019/06/>>. Acesso em 18/08/2019.

¹⁵⁰ Spotify é um serviço de transmissão de músicas e um agregador de podcasts.

construindo um projeto e uma identidade, conscientemente, para a *Capitolina* e para si mesmas (através do contato entre si, com outras mulheres e outras publicações).

Ainda, as *tags* e colunas mudaram algumas vezes durante os cinco anos da revista, de forma que algumas delas não existem mais. Causa algum espanto que não existam colunas diretamente relacionadas à feminismo ou política, mas isso não significa que esses temas não sejam abordados, pelo contrário eles transpassam todos os conteúdos, gerando discursos intencionalmente refletidos e politizados, a partir de uma perspectiva feminista.

Na matéria de nome “Contas para seguir no Instagram¹⁵¹”, a mesma autora (Julia Oliveira) cita Tavi Gevinson. Tavi ficou conhecida aos 12 anos, sendo a autora de um blog chamado “Style Rookie”¹⁵², que nasceu em 2008; como o nome sugere as postagens eram principalmente sobre moda. Em alguns anos o blog se tornou um espaço de discussões feministas. No segundo semestre de 2011, Gevinson funda a revista on-line para adolescentes “Rookie”¹⁵³, que tem 4 *yearbooks*¹⁵⁴ publicados. A revista deixou de publicar novas matérias no ano de 2018, mas seus arquivos ainda estão disponíveis par consulta. A revista *Rookie* é uma das inspirações de *Capitolina*, no formato em que o conteúdo é disponibilizado, nas linguagens (visual e escrita) utilizadas, nos temas abordados, no ativismo feminista e político, etc., evidenciando uma forma de produzir conteúdos que se popularizou na internet e a interação constante entre os meios e as pessoas.

Como acontece com *Escreva Lola escreva*, os textos publicados na *Capitolina* têm um qualificativo bastante pessoal, informal e próximo; existe uma intenção e construção discursiva para se aproximar do leitor, para gerar identificação e interação. Evidentemente, as mídias tradicionais também usam linguagens que estejam de acordo com a faixa etária, renda, gênero, etc., do seu público alvo; mas enquanto existe uma identificação real entre as autoras da revista *Capitolina* e as suas leitoras – já que se trata de mulheres jovens e adolescentes que estão escrevendo para outras mulheres jovens e adolescentes, e, como elas enfatizam também para si mesmas – as revistas femininas tradicionais fabricam proximidade e identificação, que é reconhecida como insuficiente ou irreal (“Mas que não cabíamos nas

¹⁵¹ Disponível em: <<http://www.revistacapitolina.com.br/contas-para-seguir-no-instagram/>>. Acesso em 18/08/2019.

¹⁵² Disponível em: <<http://www.thestylerookie.com/>>. Acesso em 18/08/2019.

¹⁵³ Disponível em: <<https://www.rookiemag.com>>. Acesso em 18/08/2019.

¹⁵⁴ Compilados de artigos publicados pela revista durante o período de um ano.

revistas de adolescentes. Achávamos que aquilo não conversava com o que somos de verdade.”).

A revista *Capitolina* está presente em uma multiplicidade de plataformas. Como no caso do blog *Escreva Lola escreva*, existe um veículo principal – a página virtual da revista – e alguns veículos complementares. Em geral eles servem como fontes de publicidade das matérias publicadas e lugar de comunicação e interação com leitoras e leitores. O canal de Youtube *Capitolina* começou como um lugar de divulgação das edições da revista on-line passando a produzir conteúdo complementar – receitas, hangouts, tutoriais diversos, literatura, etc. – e, recentemente, começou a produzir conteúdos quase independentes da revista. Uma das seções era chamada “Leitura das minas”, onde eram resenhados livros escritos por mulheres; esse segmento cresceu tanto que o canal acabou por se concentrar nestas resenhas e em entrevistas com autoras, quase se tornando um Booktube¹⁵⁵.

Assim como aconteceu com os blogs, esse formato de publicação tem perdido público. A inconstância e diminuição considerável da quantidade de conteúdo publicado dão sinais de esgotamento. Ainda, é possível supor que a vida das mulheres que fundaram a revista e escreviam as matérias mudou consideravelmente desde a sua fundação: a passagem da adolescência para a vida adulta pode ter significado rever prioridades (lembrando que é uma revista colaborativa e gratuita) e perda da identificação com a proposta inicial (uma revista de conteúdo adolescente).

Atualmente as fundadoras Clara Browne¹⁵⁶, Lorena Piñero e Sofia Soter¹⁵⁷ continuam criando projetos de produção de conteúdos para a internet. Sofia Soter atualmente tem dois projetos de podcasts: *Chá da tarde*¹⁵⁸ e *Cuidado: Garota!*¹⁵⁹, o último em parceria com Lorena Piñero, ambos com temáticas literárias, no quais temas relativos ao feminino são abordados. O projeto gráfico de *Chá da tarde* foi feito por Clara Browne; o interesse por literatura já estava expresso na revista *Capitolina*, tanto pelo nome escolhido, por matérias publicadas e pelo Youtube da revista que, especialmente nas últimas publicações focou-se no tema. Tanto Browne quando Soter se identificam, nas suas respectivas páginas no Twitter como escritoras.

¹⁵⁵ Como é chamado o conjunto de canais de Youtube dedicados à resenhas de livros ou crítica literária.

¹⁵⁶ Twitter localizado no endereço virtual: <<https://twitter.com/BrowneBrownie>>. Acesso em 15/09/2019.

¹⁵⁷ Página pessoal localizada no endereço virtual: <<http://sofiasoter.com/>>. Twitter localizado no endereço virtual: <<https://twitter.com/sofiasoter>> Acesso em: 15/09/2019.

¹⁵⁸ Disponível em: <<https://anchor.fm/sofia630>>. Acesso em 15/09/2019.

¹⁵⁹ Disponível em: <<https://cuidadopodcast.tumblr.com/>>. Acesso em 15/09/2019.

A transformação de blogueiras amadoras em escritoras profissionais é observado por Boyle (2016), o que significa que a enunciação na esfera pública virtual pode se transformar em possibilidades de vocalização nos meios de comunicação tradicionais, e que, esse tipo de inserção pode significar um alargamento das pautas subalternas nestes veículos, como também aponta Boyle (2016).

4.3. UM BLOG TODO SEU

Os blogs têm perdido público e relevância nos últimos anos, e já não funcionam bem como plataforma principal de conteúdo: muitos produtores de conteúdo migraram dos blogs para outras plataformas, especialmente Youtube e Instagram, que vivem um boom de popularidade. Em alguns casos, os blogs ainda existem e funcionam como conteúdos complementares (já que cada plataforma ou formato atende melhor a alguns conteúdos específicos). O blog *Escreva Lola escreva*, já vem passando por decréscimo desde ao menos 2017, ano em que a autora escreve “Ou só uma leitora (anônima) reparou e avisou, ou ninguém fora os meus inimiguinhos acessa mais esse blog.” (ESCREVA LOLA ESCREVA), e a recente tentativa de lançar um canal de Youtube mimetiza o caminho que outros produtores de conteúdos já trilharam. O mesmo acontece com a revista digital *Capitolina*, cuja frequência de publicações diminuiu muito; recentemente o Instagram da revista se dedica a reunir artigos temáticos já publicados pela revista em datas específicas (como no caso abaixo, no *Dia nacional do orgulho lésbico*) o que deixa evidente que o projeto perdeu tenacidade e não serão publicadas matérias comemorativas nestas datas; é uma forma de manter o público da revista mesmo com postagens muito esparsas.



Fonte: Instagram.

Ainda que os dois veículos escolhidos por esta pesquisa já não tenham a relevância que tinham, em parte por causa do seu formato ou plataforma, o fato é que eles foram significativos para o estabelecimento de uma esfera pública virtual que publicizasse o feminismo. Considerando que ambos são frutos de projetos pessoais (mesmo quando feito em coletivo) e não tinham pretensões de profissionalização, eles acabam por estar sujeitos às condições de vida, tempo, interesses das autoras e/ou fundadoras. Em geral este tipo de projeto tem curta duração, especialmente em ambientes virtuais, cuja dinâmica esgota rapidamente certos veículos e plataformas em prol de outros. De qualquer maneira, o blog de Lola Aronovich constitui uma exceção, já que continua contando com publicações constantes, mesmo que com menor frequência, e mesmo suas entradas antigas tem comentários recentes, em muitos casos de leitoras/leitores novos, mostrando que muitos chegam até o blog através de pesquisas relacionadas.

Porém a lógica de fabricação de conteúdos em blogs é muito diferente da produção para canal do Youtube ou Instagram. No primeiro caso, seguia-se a lógica da produção independente e amadora, o blog de Lola, por exemplo, não tem nenhuma “parceria”, isto é patrocínio, e só conta com a possibilidade de doação esporádica através de PayPal¹⁶⁰. Já as

¹⁶⁰ Paypal é uma companhia que fornece serviços de pagamentos online, muito associado à precarização do trabalho.

plataformas Instagram e Youtube têm passado por um processo de profissionalização progressiva dos seus maiores produtores de conteúdo: o Youtube, por exemplo está desde 2012 investindo na monetização dos seus vídeos¹⁶¹ e os produtores passam a ser remunerados, remuneração que vem de três fontes básicas: estatísticas do canal, marcas patrocinadoras e financiamento coletivo através de sites como Padrim e Patreon¹⁶². Esse processo acontece também através da melhoria técnica da qualidade dos vídeos, o que gera um custo monetário grande para o produtor de conteúdo, já que pressupõe a compra de equipamentos de captação de vídeo sofisticados, e, muitas vezes, a contratação equipes de gravação e/ou edição audiovisual. Morozov supõe que a necessidade crescente de financiamento coletivo para a produção cultural – aqui representado pelo mecenato moderno – é mais um dos sintomas das medidas de austeridade características dos governos neoliberais. (MOROZOV, 2018).

A profissionalização destas plataformas acaba com o conteúdo amador e independente, a obra assume uma lógica industrial: produção para o consumo. Assim, no Youtube e no Instagram, as fotos, vídeos, stories¹⁶³, começam a ser fabricados em grande escala e visando a viralização quase instantânea: as produções precisam atingir um grande público em pouco tempo – caso não o algoritmo “sabota” o conteúdo – e precisam ser atualizados constantemente, resultando numa produção gigantesca¹⁶⁴ mas vazia de sentidos. Ao mesmo tempo o patrocínio e o mecenato se tornam formas de controle dos discursos produzidos, seja pelo público, por empresas ou pelo Estado¹⁶⁵. Não se trata só de consumo de conteúdo, mas de um mercado que se faz através da ascensão dos influencers¹⁶⁶. As mídias digitais trocam a construção de discursos sobre si e de projetos políticos pela publicidade:

Mas não devemos nos iludir com a crença de que um meio de emancipação social possa surgir e prosperar num ambiente político extremamente tóxico, que é

¹⁶¹ Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/tecnologia/youtube-busca-maior-profissionalizacao-do-conteudo/>>. Acesso em 20/08/2019.

¹⁶² Plataformas de financiamento coletivo, um mecenato moderno.

¹⁶³ Stories são imagens ou pequenos vídeos que são disponibilizados por um período determinado. São utilizados principalmente nas plataformas do Facebook e Instagram.

¹⁶⁴ Disponível em: <<https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2018/10/01/como-usar-o-algoritmo-do-youtube-a-favor-de-seu-conteudo.html>>. Acesso em 20/08/2019.

¹⁶⁵ Ficaram notórios os casos em que o governo federal, de Michel Temer, financiou vídeos de youtubers em que estes apoiam a reforma do ensino médio. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/mec-desloca-r-295-mil-para-propaganda-de-youtubers-sobre-a-reforma-do-ensino-medio.ghtml>> e <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/02/1859532-governo-paga-youtubers-para-fazer-elogios-as-mudancas-do-ensino-medio.shtml>>. Acesso em 20/08/2019.

¹⁶⁶ Influencers são perfis, blogs, vlogs, etc., com muitos seguidores, e que são considerados influentes. Eles são procurados por empresas para publicidade a ser veiculada nas redes destes influencers.

individualista e consumista e não admite a existência de vida fora do mercado. Como Schwartz comentou em seu artigo de 1973 [My life in vídeo], “as novas mídias podem comunicar novos valores encarnados em si ou podem promover um consumismo novo e dinâmico, numa embalagem eletrônica para valores antigos. (MOROZOV, 2018, p. 25).

Considerando esse cenário de crescente profissionalização é difícil imaginar que um canal de conteúdo amador, sem pós-produção e gravada com equipamento caseiro, tenha lugar no Youtube; ainda assim Lola Aronovich, por conta da popularidade prévia do seu ativismo e das suas redes, alcançou um número considerável de assinaturas – totalizando mais de dez mil assinantes – e um dos seus vídeos, “O caso Rhuan não tem nada a ver com ideologia de gênero¹⁶⁷”, tem mais de 29 mil visualizações, ainda que este seja um caso isolado entre seus vídeos (que, em geral, chegam a quase 2 mil visualizações) e parte da popularidade se deve às polêmicas geradas pelo caso¹⁶⁸.

O processo de uberização¹⁶⁹ da economia (MOROZOV, 2018) alcança também essa produção de conteúdos, já que as plataformas Instagram e Youtube favorecem a produção profissional mas não mantêm relações trabalhistas com youtubers ou instagramers, enquanto fatura com as propagandas veiculadas (as propagandas veiculadas pelas plataformas diferem das promovidas pelos usuários). É uma forma de trabalho em que os custos materiais e imateriais caem sobre os produtores de conteúdo (o ritmo frenético de produção tem levado muitos ao esgotamento, debilitando sua saúde física e mental¹⁷⁰), enquanto os lucros são divididos – desproporcionalmente, cabe dizer.

¹⁶⁷ Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCPhSwuDNVafCktJxo8P0ZCw/videos>>. Acesso em 20/08/2018.

¹⁶⁸ O menino Rhuan Maycon da Silva Castro foi esfaqueado e decapitado, as acusadas são sua mãe Rosana Auri da Silva e Kacyla Pryscyla Santiago, companheira de Rosana. O caso teve repercussão nacional e setores conservadores atribuíram o assassinato ao relacionamento homoafetivo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/com-ajuda-de-companheira-mae-mata-e-esquarteja-filho-de-9-anos-no-df.shtml>>. Acesso em 20/08/2019.

¹⁶⁹ O processo de uberização da economia é caracterizado pela criação de plataformas que colocam consumidores e “fornecedores” em contato direto, com um custo percentual pago pelo “fornecedor”. Na prática funciona como uma política de emprego em que a empresa não estabelece nenhum vínculo empregatício, não assume custos de manutenção, etc; uma forma de precarização do trabalho.

¹⁷⁰ Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2018/10/ansiedade-depressao-e-burnout-realidade-nada-cool-por-tras-da-fama-de-youtubers.html>>. Acesso em 20/08/2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*We who believe in freedom cannot rest until it comes.*¹⁷¹

Ella Baker

Esta pesquisa nasceu do meu envolvimento com a militância feminista na *web 2.0*, da minha participação ativa em campos de ação discursiva (ALVAREZ, 2014) e da percepção da potencialidade política dos debates virtuais para os campos progressistas; supondo que, ainda que os espaços virtuais não sejam neutros, e estão imersos em redes de controle e vigilância social, o alargamento dos sujeitos enunciadorees representava um processo democratizante, que permitia a grupos subalternos disputar a opinião pública. Esses processos, atravessados por contradições, acabam por sugerir a existência de uma esfera pública virtual, pautada pela produção de discursos sobre si e pela disputa discursiva de grupos diversos. Esta esfera pública virtual, ainda que contenha elementos análogos à esfera pública habermasiana e ao espaço público de Hannah Arendt, se constitui para além dos limites apontados por estes, num cenário de hiperconectividade (LEVY, 2009), comunidades virtuais (CASTELLS, 1999), auto-enunciação dos movimentos sociais subalternos, manipulação midiática e vigilância comercial e estatal.

A emergência da esfera pública virtual, que está invariavelmente relacionada ao surgimento da *web 2.0*, permitiu que grupos sociais subalternizados elaborassem e publicassem narrativas sobre si e construíssem projetos políticos próprios a partir de estruturas não institucionais ou fortemente hierarquizadas. As possibilidades enunciativas da esfera pública virtual tornaram o feminismo um dos maiores movimentos sociais da segunda década do século XXI. Produzir textos em primeira pessoa, falar sobre as opressões que pesam sobre si (especialmente sobre mulheres racializadas e pobres), disputar políticas públicas a partir das necessidades advindas da própria vivência, são ações muito poderosas, elas interpelam afetos, de indignação, de empatia, de solidariedade, de ira, etc., e que tornaram os discursos feministas mais populares, trazendo para o centro dos debates sociais pautas

¹⁷¹ “Nós que acreditamos na liberdade não podemos descansar até que ela venha.”. (Tradução nossa).

como: direitos reprodutivos, gênero, sexualidade, feminicídio, etc.; pautando inclusive os meios de comunicação tradicionais e o mercado publicitário, que passaram a adaptar-se às demandas do seu público ou consumidores.

A revista *Capitolina* e o blog *Escreva Lola escreva* são dois dos inúmeros espaços usados por mulheres feministas para criar laços comunicativos, estabelecer relações, produzir significados compartilhados, dividir relatos cotidianos, enfim, publicizar a si mesmas. Esse movimento, essencial para o estabelecimento de uma esfera pública, é mimetizado por outros grupos sociais subalternos, mas também por grupos conservadores, tornando a esfera pública virtual, já por definição um lugar de disputa e de ação política, uma espécie de campo de batalha discursiva.

Capitolina representa a construção de um projeto próprio de imprensa, que passa por uma construção intencional da própria identidade: escrever sobre si – e para si – é uma forma de controlar os processos sociais de negociação de quem se é. Esse projeto, ao propor uma revista feminina e feminista para adolescentes lançou uma alternativa (colaborativa e independente) aos modelo tradicional, no qual as revistas eram escritas e editadas por mulheres e homens adultos e publicadas por grandes editoras. A revista *Capitolina* acabou por reunir um público (não só de adolescentes) que se identificava com os conteúdos e com o projeto. A revista acaba por se parecer muito com os pequenos jornais que pipocavam durante a esfera pública burguesa (HABERMAS, 1984), tanto no seu funcionamento e organização como na sua funcionalidade, e, para além disto, a diminuição do ritmo de postagens também aponta para outra característica das publicações burguesas: sua efemeridade, sendo um projeto coletivo, e também amador, ele tem curta duração, já que depende do tempo livre disponível, interesse, identificação, etc., das autoras (diferentemente do que ocorre com as grandes mídias profissionais).

O blog *Escreva Lola escreva* foi um dos principais popularizadores do feminismo, e, um feito considerável e incomum para um blog pessoal e amador, continua tendo público e publicações frequentes – quase diárias – mesmo após onze anos da sua abertura, aproximando mulheres e homens dos debates promovidos por mulheres feministas, por mulheres negras, mulheres LGBTI+, etc.; a autora procura criar um espaço de segurança e acolhimento para suas leitoras e seus leitores, o que tornou o blog um “santuário” para grupos e pessoas oprimidas – o que é claramente perceptível pela imensa quantidade de relatos de leitores publicados. O envolvimento de Lola Aronovich com lutas subalternas rendeu-lhe

muitos desafetos, perseguição e ameaças virtuais; a sua pessoa e o seu blog são alvos constantes de ataques digitais.

Castells diz “que a luta fundamental pelo poder é a batalha pela construção de significado na mente das pessoas.” (2013, p. 11), e talvez seja significativo que este livro – Redes de indignação e esperança – tenha sido publicado no Brasil no mesmo ano em que a esquerda e os grupos progressistas começaram a perder terreno nas disputas on-line de significado; justamente este livro, que representa os afetos de esperança que estavam sendo gerados e mobilizados por estas construções narrativas, pelas experiências altermundialistas, pelos movimentos antiautoritários e antiglobalização. Ainda que muitos desses movimentos tenham tido poucos resultados duradouros, eles se apresentavam como horizonte utópicos de sociedades anticapitalistas e democráticas. As eleições mais recentes, que tem colocado uma direita autoritária na frente das democracias liberais, colocaram os grupos progressistas em uma posição defensiva que os desmobilizou.

As redes não são espaços neutros, as grandes plataformas tem ambições monopolistas e se beneficiam dos governos neoliberais que, ao adotar políticas de corte orçamentário abrem mercados que podem ser ocupados por serviços “eficientes e baratos” (quando não “gratuitos”); em troca oferecemos dados relativos às nossas preferências políticas, estéticas, artísticas, etc. (MOROZOV, 2018). Esses dados são utilizados para mapear nossos afetos e produzir discursos, campanhas e propagandas que nos toquem pessoalmente. A manipulação midiática atingiu o nível do sujeito individual. A relação entre os Estados, o capital e a Big Tech é quase orgânica e não pode ser ignorada. Recentemente a Intercept Brasil publicou uma reportagem¹⁷² revelando que, durante as eleições brasileiras de 2018, canais de extrema-direita, apoiadores do candidato Jair Bolsonaro, tiveram um crescimento gigantesco e incomum. Em 2014 a plataforma estabeleceu a meta de um bilhão de horas de reprodução de vídeo diárias, o que foi alcançado através do estudo dos comportamentos dos usuários, traçando perfis e preferências, utilizando reprodução automática e recomendação de vídeos semelhantes. É assim que Yasodara Córdova, ao clicar – a partir de um computador novo, sem histórico de navegação e sem conta associada – em um vídeo sobre máquinas pesadas acabou em um vídeo sobre munição para armas semiautomáticas¹⁷³. O algoritmo projetado para

¹⁷² Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/08/28/ranking-youtube-extrema-direita/>>. Acesso em 30/08/2019.

¹⁷³ Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/01/09/youtube-direita/>>. Acesso em 30/08/2019.

augmentar as horas de visualização dos usuários acaba favorecendo conteúdos extremistas, conspiratórios, com informações falsas, etc., enfim, pautas sensacionalistas, e o Youtube acabou se tornando um espaço de radicalização¹⁷⁴ e de promoção da direita neoliberal, extremista e autoritária.

A web 2.0 é um campo em que os sujeitos, as posições, as hegemonias discursivas, etc., mudam muito rapidamente, e cujo controle não está nas mãos das pessoas (ao contrário do que a produção de conteúdos faz parecer): o viés manipulativo das mídias tradicionais encontra um novo formato que o associa à vigilância empresarial e estatal. O fato de que vários grupos antagônicos podem se manifestar nas redes dissimula as relações desiguais de poder entre eles, mas não as anula.

Ainda assim existem espaços em que grupos subalternos encontraram a possibilidade de vocalização e de disputar, ainda que não em paridade, a construção da opinião pública e de novos horizontes políticos; esse trabalho, de construir narrativas sobre si, inegavelmente trouxe estes grupos e suas demandas para o centro do debate político – e acendeu a indignação e ira de grupos diametralmente opostos. Essa realidade e este espaço enunciativos não devem ser desprezados, já que “Para a sociedade em geral, a principal fonte de produção social de significado é o processo da comunicação socializada.” (CASTELLS, 2013, p.11). A presença feminina e feminista na esfera pública já foi estabelecida (ainda que esteja sob constante ameaça) e garantir a sua permanência, expansão e frear as ondas autoritárias e obscurantistas que se levantam, se mostram como os novos desafios, entre muitos outros, da militância em rede.

¹⁷⁴ Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/03/10/opinion/sunday/youtube-politics-radical.html>>. Acesso em 30/08/2019.

REFERÊNCIAS

- ABDEL-MONEIM, Sarah Grussing. O ciborgue Zapatista: tecendo a poética virtual de resistência no Chiapas cibernético. **Revista Estudos Feministas**, n. 39, p. 39-64, 2002.
- ADELMAN, Miriam. Teoria social e discursos sociológicos do “pós-68”. In: _____. **A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea**. 2. Ed. São Paulo: Blucher, 2016.
- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In: **O que é o contemporâneo?** Chapecó: Argos, 2011.
- AGUIAR, Thais Florencio de. Autonomia como fundamento da democratização da democracia: algumas ferramentas teóricas do spinozismo. **Revista Gavagai**, v. 4, n. 1, p. 41-68, jan/jun 2017.
- ALBUQUERQUE, Afonso de; CARVALHO, Eleonora de Magalhães; SANTOS JR, Marcelo Alves. Ciberativismo no Brasil. **Revista Cadernos Adenauer**, v. XVI, n. 3, p. 75- 95, 2015.
- ALCÂNTARA, Lívia Moreira de. Ciberativismo e a dimensão comunicativa dos movimentos sociais: repertórios, organização e difusão. **Política & Sociedade**, 14, n. 34, p.315-338, 2016.
- ALMEIDA, Thiago D’angelo Ribeiro. Manifestações no Brasil: uma referência de ação política integrada às novas tecnologias da informação. In: SOUSA, Cidoval Morais de (org.). **Jornadas de junho: repercussões e leituras**. Campina Grande: EDUEPB, 2013. Disponível em: <http://www.uepb.edu.br/editora-universitaria-disponibiliza-e-books-jornadas-de-junho-e-campina-grande-hoje-e-amanha/>. Acesso em 29/03/2018.
- ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Revista Cadernos Pagu**, n. 43, p. 13-56, jan-jun 2014.
- ALVAREZ, Sônia, DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- ALVAREZ, Sônia, ESCOBAR, A. **The making of social movements in Latin America: identity, strategy and democracy**. Boulder: Westview Press, 1992.
- ANSELMINO, Natalia Raimondo; REVIGLIO, María Cecilia; DIVIANI, Ricardo. Esfera pública e redes sociais na internet: o que é novo no Facebook? **Revista Rizoma**, v. 4, n. 1, p. 67-89, ago 2016.
- ANTOUN, Henrique; MALIN, Fábio. Ontologia da liberdade na rede: a guerra das narrativas na internet e a luta social na democracia. **Revista FAMECOS**, v.17, n. 3, p. 286-294, setembro/dezembro de 2010.

ANTOUN, Henrique; MALINI, Fábio. Ontologia da liberdade na rede: as multi-mídias e os dilemas da narrativa coletiva dos acontecimentos. In: **XIX Encontro da Compós**. Rio de Janeiro, 2010.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminism for the 99%**: a manifesto. London: Verso, 2019.

ASSIS, Mariana Prandini Fraga. Uma apreciação feminista da teoria arendtiana. **Revista Tese**, v. 3, n. 1, p. 1-17, ago-dez 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13497/12370>. Acesso em 20/12/2018.

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Revista DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 709-728, 2004.

BARAKA, Ajamu. Beyonce and the politics of cultural dominance. **BLACK AGENDA REPORT**. Disponível em: <https://www.blackagenda.com/beyonce-politics-social-dominance>. Acesso em 27/08/2019.

BEAUMONT, Peter. Global protest grows as citizens lose faith in politics and the state. **The Guardian**. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/jun/22/urban-protest-changing-global-social-network>. Acesso em: 04/07/2017.

BEÇAK, Rubens; LONGHI, João Victor Rozatti. O papel das tecnologias de comunicação em manifestações populares: A “Primavera Árabe” e as “Jornadas de Junho” no Brasil. **Revista Eletrônica do curso de Direito UFSM**, v. 10, n. 1, p. 388-405, 2015.

BEDINELLI, Talita. “O que aconteceu em junho de 2013 no Brasil ainda não acabou”. **El País**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/13/politica/1434152520_547352.html. Acesso em 05/07/2017.

BEM, Daniel Francisco de; BRANCALEONE, Cassio. As rebeliões da Tarifa: reflexões sobre economia moral e o anarquismo. In: 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013, Águas de Lindóia – SP. Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013.

BENHABIB, S.; CORNELL, D. (orgs.). **Feminismo como crítica da modernidade**: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1995.

BENHABIB, Seyla. The public sphere: models and boundaries. In: CALHOUN, Craig. **Habermas and the public sphere**. Massachusetts: MIT Press, 1996.

BORGES, Beatriz Pedrosa. Internet como nova esfera pública e seu espaço na sociedade contemporânea. **Revista Razón y Palabra**, n. 52.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRANCALEONE, Cassio; MELLO, Rodrigo Chaves de. Movimentos sociais contemporâneos e a democracia para além do Estado: hipóteses para o debate. **Revista Gavagai**, v. 4, n. 1, p. 41-68, jan/jun 2017.

BRITO, Priscilla Caroline de S. Primavera feminista: a internet e as manifestações de mulheres em 2015 no Rio de Janeiro. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Woman's Worlds Congress**. Florianópolis, 2017.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. Da UNESP, 1997.

BURKE, Peter; BRIGGS, Asa. **Uma história social da mídia: de Gutemberg à Internet**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CAPITOLINA. Disponível em: <http://www.revistacapitolina.com.br/>. Acesso em 27/08/2019.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: volume I**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CIDADÃO KANE. Direção de Orson Welles. Produção de RKO. Estados Unidos: RKO, 1941. 1 DVD (119 MIN), son., preto e branco.

CLEAVER, Harry. The Zapatistas and the electronic fabric of struggle. Disponível em: <http://www.schoolsforchiapas.org/wp-content/uploads/2014/07/HarryClever.pdf>.

COSTA, Marisa; ANDRADE; Paulo. Nos rastros do conceito de pedagogias culturais: invenção, disseminação e uso. **Educação em Revista**, 2017.

COSTA, Sérgio. **Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa**. Novos Estudos Cebrap, n. 38, março, 1994.

DAMATTA, Roberto. Como ter anthropological blues? In: NUNES, E. O. (org.). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2018.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DIANI, Mario; MCADAM, Doug (eds.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

DIAS, Tatiana. O algoritmo é mais embaixo: como a promessa de liberdade da internet resultou em invasão de privacidade e ameaças à democracia. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/crise-facebook#o-algoritmo-e-mais-embaixo>.

DOYLE, Sady. The true story of how Teen Vogue got mad, got woke, and began terrifying men like Donald Trump. **Quartz Media**. Disponível em: <https://qz.com/866305/the-true-story-of-how-teen-vogue-got-mad-got-woke-and-began-terrifying-men-like-donald-trump/>. Acesso em 27/11/2017.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. **Elementos para uma teoria dos meios de comunicação**. São Paulo: Conrad Livros, 2003.

ESCREVA LOLA ESCREVA. Disponível em: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com/>. Acesso em 27/08/2019.

FÁTIMA, Branco di. **Primavera Árabe**: vigilância e controle na sociedade da informação. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/fatima-branco-primavera-arabe-vigilancia-e-controle.pdf>.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos @web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Revista Cadernos Pagu**, n.44, p. 199-228, jan-jun 2015.

FERREIRA, Gleidiane de S. Feminismo e redes sociais na marcha das vadias no Brasil. **Revista Ártemis**, v. XV, n. 1, p. 33-43, jan-jul. 2013.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, Craig. **Habermas and the public sphere**. Massachusetts: MIT Press, 1996.

FUNDADOR do MPL fala sobre o movimento, as jornadas de junho e o Tarifa Zero: Marcelo Pomar explica a evolução da forma como o Tarifa Zero é debatido na esfera pública e discorre sobre a potencialidade explosiva em torno da luta por transporte público. **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/13683>. Acesso em 04/07/2017.

GIVANS, Robert; SOULE, Sarah. **The diffusion of social movements**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

GROS, Frédéric. **Desobedecer**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Volume 2. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. Further Reflection on the public sphere. In: CALHOUN, Craig. **Habermas and the public sphere**. Massachusetts: MIT Press, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, Jürgen. Political communication in media society: does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. **Revista Communication Theory**, n. 16, p. 411-426, 2006.

HABERMAS, Jürgen. The public sphere: an encyclopedia article (1964). **New German Critique**, n. 3, p. 49-55, outono 1974.

HAJE, Lara. Esferas públicas feministas na internet. **Revista Logos**, n. 19, p. 88-105, 2003.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HARAWAY. Donna . Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminism-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (org.) **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

HONIG, Bonnie. Introduction: The Arendt question in feminism. In: _____. **Feminist Interpretations of Hannah Arendt**. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1995, p. 1-16.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2009.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual**. São Paulo: Editora 34, 2011.

LOPES, Gustavo Chaves. As redes sociais e os novos fluxos de agendamento: uma análise da cobertura da Al Jazeera sobre a Primavera Árabe. **Palavra Chave**, v. 16, n.3, p. 789-811, dez. 2013.

LOSEKANN, Cristiana. A esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro. **Revista Pensamento Plural**, Pelotas, p. 37-57, jan/jun 2009.

MALINI, Fábio. **A Batalha do Vinagre**: por que o #protestoSP não teve uma, mas muitas hashtags. Disponível em: <http://www.labic.net/cartografia/a-batalha-do-vinagre-por-que-o-protestosp-nao-teve-uma-mas-muitas-hashtags/>. Acesso em 04/07/2017.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MALINI, Fábio; GOVEIA, Fábio; CIARELLI, Patrick, et al. **#VemPraRua**: Narrativas da revolta brasileira. Disponível em: <http://labic.net/wp-content/uploads/VemPraRua-Narrativas-da-Revolta-brasileira.pdf>. Acesso em 06/07/2017.

MANJOO, Farhad. The internet is dying: repealing net neutrality hastens that death. **New York Times**. Disponível em: <https://mobile.nytimes.com/2017/11/29/technology/internet-dying-repeal-net-neutrality.html?referer=https://t.co/hMcpGPVVHZ?amp=1>. Acesso em 10/12/2017.

MANO, Máira Kubik. Internet, feminismos e a possibilidade de unidades provisórias. **Revista RECIS**, out-dez, 2015.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Cultrix: São Paulo, 2002.

MEDEIROS, Jackson da Silva. Considerações sobre a esfera pública: redes sociais na internet e participação política. **Revista Transinformação**, n. 25, p. 27-33, jan-abr 2013.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**: necrose. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**: neurose. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1997.

MORIN, Edgar. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado (orgs.). **Para navegar no século XXI**. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2000.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

MOROZOV, Evgeny. **Big tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

NEGRI, Antonio. Para uma definição ontológica da Multidão. **Revista Lugar comum**, nº 19-20, p. 15-26.

ORTEGA, Francisco. Hanna Arendt, Foucault e a reinvenção do espaço público. **Revista Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 24, p. 225-236, 2001.

PENA-VEGA, Alfredo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (orgs.). **O pensar complexo**: Edgar Morin e a crise da modernidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PERLATTO, Fernando. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 53, p. 121-145, mar. 2015.

PIÑERO-OTERO, Teresa; MARTÍNEZ-ROLÁN, Xabier. Los memes en el activismo feminista en la red: #ViajoSola como ejemplo de movilización transnacional. **Revista Cuadernos.Info**, n. 39, p. 17-37, dez 2016.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2003.

PRIESTLAND, David. Anarchism could help to save the world. **The Guardian**. Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/2015/jul/03/anarchism-could-help-save-the-world>. Acesso em 04/07/2017.

PRIMAVERA feminista no Brasil: em outras nações, as mulheres lutam por salários iguais. No Brasil, para não retrocederem em suas conquistas. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html. Acesso em 09/02/2017.

RESENDE, Paulo Edgar R.; ROSA, Pablo Ornelas. Ativismo identitário e o capital subalterno. **Revista Gavagai**, v. 4, n. 1, p. 41-68, jan/jun 2017.

RIZZOTTO, Carla Candida; MEYER, Natasha; SOUSA, Fernanda Castro de. Ativismo digital: uma análise da repercussão de campanhas feministas na internet. **Revista Rizoma**, v. 5, n. 1, p. 124-147, ago 2017.

RODRIGUES, Adriana Alves. Redes sociais e manifestações: mediação e reconfiguração da esfera pública. In: SOUSA, Cidoval Morais de (org.). **Jornadas de junho: repercussões e leituras**. Campina Grande: EDUEPB, 2013. Disponível em: <http://www.uepb.edu.br/editora-universitaria-disponibiliza-e-books-jornadas-de-junho-e-campina-grande-hoje-e-amanha/>. Acesso em 29/03/2018.

SÁDABA, Igor; GORDO, Ángel (cords.). **Cultura digital y movimientos sociales**. Madrid: Catarata, 2008.

SANCHO, Guiomar Rovira. El devenir feminista de la acción colectiva: las redes digitales y la política de prefiguración de las multitudes conectadas. **Teknokultura**, 15(2), p. 223-240, 2018.

SANTAMARINA, Diana Rivero; URETA, Ainara Larrondo. La actividad de las publicaciones feministas en red: retos para la transmisión de la cultura feminista en España. **Revista Teknokultura**, v. 13, n. 1, p. 117-140, 2016.

SANTOS, Maria Elisa de Magalhães. Rede de comunicação como estratégia de ação política: ativismo feminista no Facebook em análise história contemporânea (2013-2016). **Revista Científic@ - Multidisciplinary Journal**, v. 5, n. 1, p. 54-63, 2018.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, n.1, p. 109-130, jan-abr 2006.

SILVA, Carmen S. M. **Feminismo popular e lutas antissistêmicas**. Recife: Edições SOS Corpo, 2016.

SILVA, Luiz Martins da. Jornalismo, espaço público e esfera pública hoje. **Revista Comunicação e espaço público**, ano IX, n. 1 e 2, 2006. P. 36-47.

SOUSA, Cidoval Morais de (org.). **Jornadas de junho: repercussões e leituras**. Campina Grande: EDUEPB, 2013. Disponível em: <http://www.uepb.edu.br/editora-universitaria-disponibiliza-e-books-jornadas-de-junho-e-campina-grande-hoje-e-amanha/>. Acesso em 29/03/2018.

SOUZA, Fábio Feltrin de. Os conceitos de cultura e linguagens na historiografia: um debate interdisciplinar. **Revista Internacional Interdisciplinar InterThesis**, n. 12, vol. 2, 2015.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TADEU, Tomaz (org.) **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

TARIFA ZERO. Disponível em <http://www.tarifazero.org>. Acesso em 04/07/2017.

TEDX. Por uma vida sem catracas: Marcelo Pomar at TEDxFloripa. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=eCuP5NUMNy0>. Acesso em 04/07/2017.

TOMAZETTI, Tainan Pauli. O feminismo na era digital e a (re)configuração de um contexto comunicativo para políticas de gênero. **Revista Razón y Palabra**, n. 90, ago 2015.

TORNQUIST, Carmen Susana; FLEISCHER, Soraya Resende. Sobre a Marcha Mundial das Mulheres: entrevista com Nalu Faria. **Revista Estudos Feministas**, n. 20, p.291-312, jan-abr 2012.

URETA, Ainara Larrondo. La red al servicio de las mujeres: aproximación a la relación mujer y medios de comunicación en internet. **Revista Estudios Sobre el Mensaje**, n. 11, p. 375-392, 2005.

UTSUNOMIYA, Fred Izumi; REIS, Mariza de Fátima. Reflexões sobre o alcance do agir comunicativo da sociedade civil em redes sociais: o ciberativismo em questão. In: **Anais do Simpósio em Tecnologias Digitais e Sociabilidade**. Salvador, 13-14 out. 2001.

Várias autoras. **Capitolina: o mundo é das garotas**. São Paulo: Seguinte, 2016.

Várias autoras. **Capitolina: o poder das garotas**. São Paulo: Seguinte, 2015.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, E. O. (org.). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

WOITOWICZ, Karina Janz. Imprensa feminista no contexto das lutas de mulheres: ativismo midiático, cidadania e novas formas de resistência. **Revista Ação Midiática**, v. 2, n. 1, 2012.

WOOLF, Virginia. Um teto todo seu. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ZAFRA, Remedios. Un cuarto propio conectado: feminismo y creación desde la esfera público-privada online. **Revista Asparkia**, n. 22, p. 115-129, 2011.

